

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ÍNDICE

SÍNTESE DE INDICADORES RELEVANTES	4
1. ÓRGÃOS SOCIAIS	6
2. QUADRO DIRECTIVO	8
3. ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO	11
4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	13
4.1. Economia Internacional	14
4.2. Economia da Zona Euro	16
4.3. Economia Portuguesa	18
5. ACONTECIMENTOS RELEVANTES	23
6. ACTIVIDADE DAS PRINCIPAIS ÁREAS DO BANCO	27
6.1. Banca Comercial	28
6.2. Banca de Empresas, Corporativa e Institucional	31
6.3. Mercados	33
6.4. Banca de Investimentos	34
6.5. Risco	36
6.6. Recursos e Meios	41

7. ACTIVIDADE DAS EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO	44
7.1. BBVA Gest	45
7.2. BBVA Leasimo	46
7.3. Invesco Managment nº1	47
7.5. BBVA Fundos	48
8. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DO GRUPO	50
9. RECONHECIMENTO PÚBLICO	67
10. ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	69
• Informação sobre os accionistas • Relatório dos Auditores • Demonstrações Financeiras : Consolidadas • Certificação legal de Contas : Consolidadas • Relatório e Parecer do Conselho Fiscal : Contas Consolidadas • Acta da Assembleia Geral	

Síntese de Indicadores Relevantes

SÍNTESE DE INDICADORES RELEVANTES

BBVA (Portugal) Contas Consolidadas	VARIAÇÃO
-------------------------------------	----------

BALANÇO	2006	2007	ABS	%
Activo Líquido Total	5 492 123	6 135 478	643 355	11.7%
Crédito a Clientes	4 699 277	5 008 854	309 577	6.6%
Recursos de Clientes	2 700 418	2 650 827	-49 592	-1.8%
Em Balanço	1 645 637	1 697 726	52 088	3.2%
Fora de Balanço	1 054 781	953 101	-101 680	-9.6%
Capital	212 544	220 307	7 763	3.7%

CONTA DE RESULTADOS	2006	2007	ABS	%
(+) Juros e rendimentos similares	202 823	308 544	105 721	52.1%
(-) Juros e encargos similares	132 654	229 916	97 262	73.3%
(=) Margem Financeira	70 169	78 628	8 459	12.1%
(+) Rendimentos de Capital (Dividendos)	347	396	49	14.2%
(+) Resultados de Serviços e Comissões	34 442	34 402	-40	-0.1%
(+) Outros Resultados de Exploração	13 359	24 754	11 395	85.3%
(=) Produto Bancário	118 317	138 180	19 863	16.8%
(-) Custos c/Pessoal e Administrativos	122 162	91 266	-30 897	-25.3%
(-) Amortizações	4 704	4 571	-134	-2.8%
(-) Provisões e Imparidade	12 518	17 828	5 310	42.4%
(=) Resultado antes de impostos e de interesses minoritários	-21 068	24 516	45 583	n.a
(-) Provisões p/Impostos s/Lucros	-140	-911	-771	550.2%
(-) Provisões p/Impostos Correntes	1 865	3 599	1 734	93.0%
(-) Provisões p/Impostos Diferidos	-2 005	-4 510	-2 505	124.9%
(=) Resultado após impostos e antes de interesses minoritários	-20 927	25 426	46 354	n.a.
(-) Interesses minoritários	1 119	1 600	481	42.9%
(=) Resultado Consolidado do Exercício	-22 047	23 826	45 873	n.a.

	2006	2007	Δ 2007/2006
Rácio de Solvabilidade	8.57%	8.62%	0.05%
Número de Agências Bancárias	109	110	1
Número de Empregados	884	830	-54

1.

Orgãos Sociais

1. ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente: Adolfo Jorge Pinheiro de Castro Brito

Secretário: Maria de Carmo de Abreu Barbosa

Conselho de Administração

Presidente : José Eduardo Vera Cruz Jardim

Administrador – Delegado: José Manuel Doiztuá Garcia

Vogais :

Álvaro Aresti Aldasoro

Segundo Huarte Martin

Javier Bernal Dionis

Guilherme Vitorino Guimarães de Palma Carlos

José Joaquim Ponte da Silva

Conselho Fiscal

Presidente: Luís Fernando Sampaio Pinto Bandeira

Vogal: Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima

ROC: Martinez, Carvalheda, Plácido & Associados ,SROC nº105, representada por Plácido Norberto dos Inocentes, ROC nº 772

ROC Suplente: Deloitte & Associados, SROC nº 43, representada por Luís Augusto Magalhães, ROC nº 550

2.

Quadro Directivo

2. QUADRO DIRECTIVO

	CD	CGRC	CAP
Administrador-Delegado			
Presidente do Comité de Direcção			
José Manuel Doiztuá Garcia	P	P	P
Administradores			
José Joaquim Ponte da Silva	*	*	*
Directores Gerais			
Alberto Charro	*	*	*
Luís Filipe da Silva Figueiredo	*		
Manuel Gonçalves Ferreira	*		*
Miguel de Abreu Peixoto	*		
Susana Ribeiro Nunes	*	*	*

Principais Comitês

Comité de Direcção (CD)

Tem por principais missões a gestão e tomada de decisões de alto nível do Banco, a entrada e saída de áreas específicas de negócio, a gestão e política de pessoal, a política e prioridades operativas de aplicação geral, o acompanhamento de projectos multinacionais e multi-funcionais e o acompanhamento e acções correctivas dos resultados do Banco.

Comité de Gestão de Risco de Crédito (CGRC)

Tem por missão a análise causal do investimento irregular, a atribuição de responsabilidades pela sua gestão e a definição de estratégias de actuação tendentes a maximizar os resultados. Está também no seu âmbito o acompanhamento da evolução da carteira de risco creditício.

Comité de Activos e Passivos (CAP)

Tem por missão o controlo e acompanhamento de riscos derivados da taxa de juro, por razões estruturais ou tomada de posições, o risco de câmbio e o risco de liquidez.

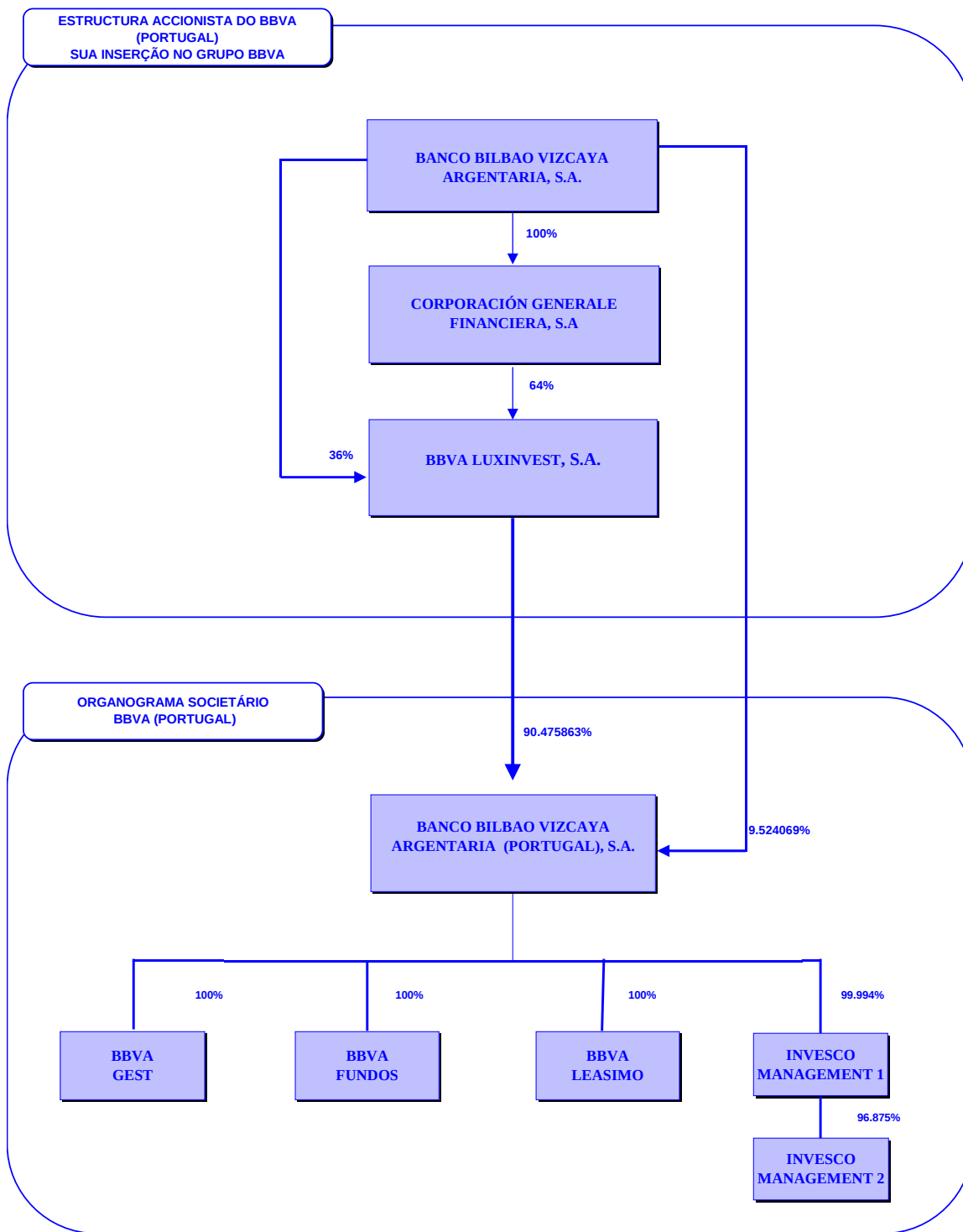
Cabe-lhe estabelecer os limites à tomada de posições e decidir sobre as posições estruturais a manter ou a corrigir e, em geral, a gestão financeira do Banco.

3.

Organograma Societário e Estrutura Accionista

3. ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO E ESTRUTURA

ACCIONISTA



4.

Enquadramento Macroeconómico

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. no cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias de informação, vem apresentar à Assembleia Geral, relativamente ao exercício de 2007, o seu relatório sobre as actividades e resultados das diferentes Áreas do Banco e empresas subsidiárias, bem como as contas consolidadas, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal, das Certificações Legais e do Relatório dos Auditores Externos.

4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

4.1 Economia Internacional

O crescimento económico mundial em 2007 manteve uma trajectória notoriamente positiva mas em desaceleração. Comparando com 2006, este foi um ano de crescimento sustentado principalmente pelos países emergentes, com a Ásia e especialmente a China como principais protagonistas, enquanto se assistiu a um abrandamento moderado na Europa e a uma desaceleração acentuada da economia dos EUA. Foi também um ano desigual no que respeita ao ritmo de crescimento. Depois de um crescimento robusto no primeiro semestre, assistiu-se a uma desaceleração acentuada, principalmente no último trimestre do ano. A combinação da associação de políticas monetárias acomodáticas, com um excesso de poupança global e com uma forte inovação financeira, contribuíram para a emergência da fragilidade do sistema financeiro. Com o eclodir da crise no mercado hipotecário "subprime" americano no final de Julho, agudizou-se o clima de incerteza e assistiu-se a uma crise de liquidez nos principais mercados interbancários, com impacto ainda não completamente avaliado sobre a economia real.

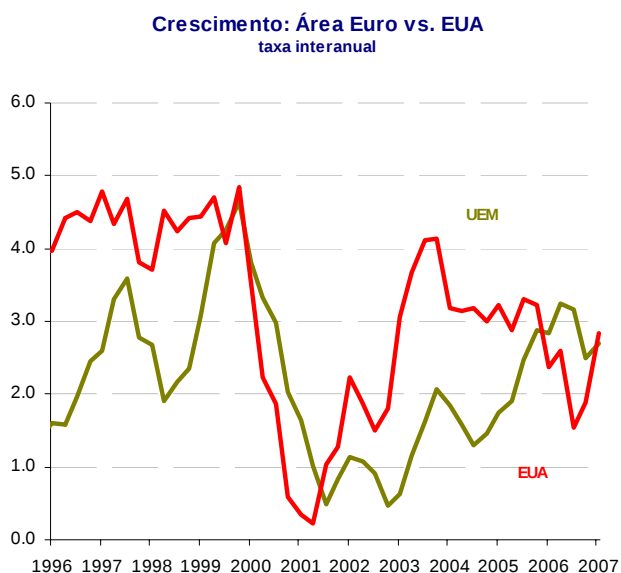
Crescimento do PIB por Regiões (em %)

	2006	2007	2008
EUA	2.9	2.1	2.2
UEM	2.9	2.6	1.8
América Latina	5.4	5.0	4.6
China	10.7	10.9	9.9
MUNDIAL	5.4	4.6	4,4

Fonte: SEE BBVA e Comissão Europeia

A vulnerabilidade acrescida da economia mundial, que deriva do desconhecimento da verdadeira dimensão e alcance da actual crise, levou os principais bancos centrais a reposicionarem as suas prioridades e, em detrimento do controlo da inflação, a colocarem a preocupação com o crescimento no topo das mesmas. Mesmo o BCE, num contexto de tensão inflacionista por efeito da pressão dos preços dos bens alimentares e do petróleo, manteve a taxa de referência inalterada desde Junho nos 4%.

As expectativas para 2008 permanecem envoltas num clima de incerteza e o crescimento global deverá abrandar.



Os três choques negativos que afectaram a economia mundial nos meses finais de 2007, crise nos mercados financeiros, desvalorização do USD e preços do petróleo, deverão conduzir a um menor crescimento da economia europeia e poderão criar uma recessão nos EUA, se os problemas associados aos mercados imobiliários e financeiros acabarem por afectar o consumo.

A inflação deverá ser positivamente influenciada por uma desaceleração da procura mas permanecerá pressionada por tensões ao nível da oferta de bens alimentares e energéticos. É de prever que o próximo movimento das autoridades monetárias, americana e europeia, seja no sentido da baixa.

4.2 Economia da Zona Euro

O optimismo relativo ao crescimento para a economia da Zona Euro deteriorou-se bastante a partir de finais do segundo semestre. Enquanto que, na primeira metade do ano, se assistiu a uma assinalável dinâmica das exportações e do investimento, à recuperação do consumo e a novos ganhos de produtividade, os choques negativos referidos anteriormente condicionaram negativamente a evolução da economia no resto do ano.

O preço do petróleo, medido em euros, cresceu cerca de 20% desde Junho, com os correspondentes efeitos na inflação e possíveis efeitos no consumo e investimento, caso continue a sua tendência altista. A valorização do euro também pode vir a ter um impacto nas exportações e, indirectamente, noutras componentes da procura. Por fim, a persistência da turbulência financeira originada por problemas de liquidez e perdas associadas ao mercado hipotecário das "subprime" deteriorou as condições de crédito da Zona Euro e está a afectar a confiança de empresários e consumidores.

Espera-se assim um crescimento do PIB de 2,6% em 2007 e uma desaceleração temporária para 1,8% em 2008. No entanto a Zona Euro mantêm-se suportada por distintos factores, que permitem a resiliência face aos principais factores de risco. Entre

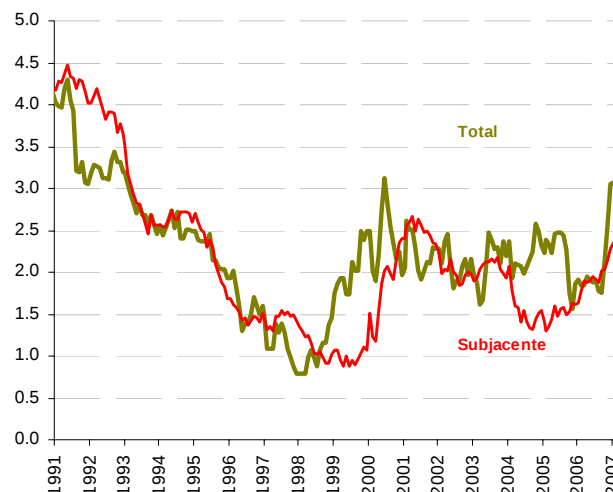
eles destacam-se a forte criação de emprego, os elevados lucros das empresas e um potencial de crescimento acrescido.

A política monetária a definir pelo BCE depara-se com um dilema, que já levou a instituição a adiar a então falada subida de taxa de referência em Setembro. Confrontando os riscos associados, por um lado a desaceleração da actividade económica e, por outro, uma inflação que surpreendeu recentemente por uma subida acentuada dos preços dos alimentos e cujo controlo constitui o objectivo central do BCE, a balança deverá pender para que a preocupação com o crescimento se sobreponha temporariamente aos riscos inflacionistas, sendo previsível um possível corte nas taxas de juro, que estão nos 4%, na próxima primavera.

A valorização do euro face ao dólar que, desde finais de 2005 progrediu de 1.18\$/€ para 1.47\$/€ no final de Dezembro de 2007, conjugada com a desaceleração do comércio mundial, poderá afectar as exportações de bens transaccionáveis da Zona Euro, embora se espere que a procura interna compense parcialmente este menor dinamismo da procura externa.

A inflação, que se fixou nos 2,1% em 2007, deverá estabilizar em 2008, não só devido à manutenção de elevadas taxas de câmbio do euro face ao USA, que minimizam o impacto do aumento de preço dos bens importados, como o aumento dos preços tem tido o seu principal suporte numa das componentes mais voláteis do IPC, os bens alimentares.

UEM:IHPC
(Em taxa de variação interanual)



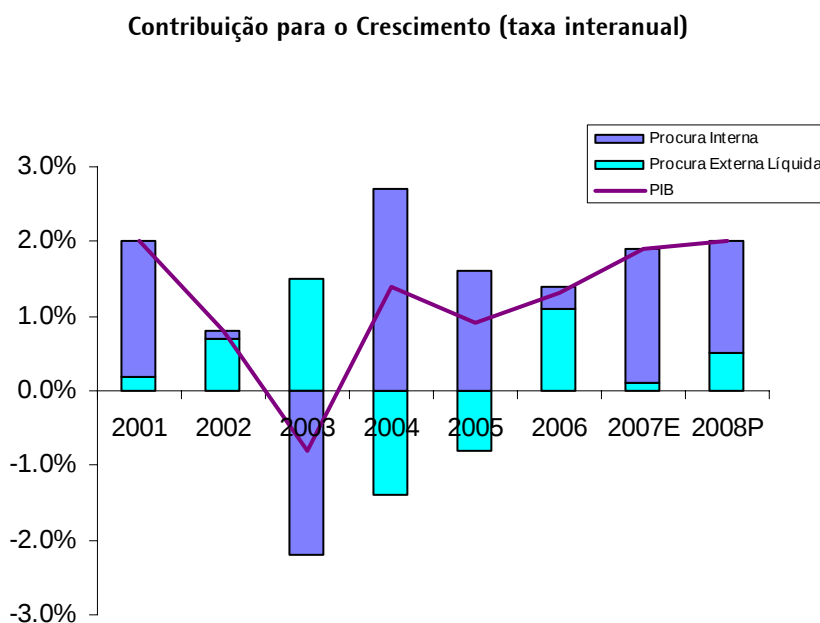
Fonte: Eurostat e BBVA

Em suma, a economia da Zona Euro encontra-se bem suportada, com uma forte criação de emprego, empresas saneadas e com elevados lucros, produtividade crescente e moderação salarial. No entanto os riscos são claramente no sentido da baixa e derivam de um potenciar dos choques: crise de liquidez passar a crise de crédito, depreciação maior do dólar e manutenção aos níveis actuais (ou subida) do preço do petróleo. Uma queda abrupta no crescimento da economia dos EUA poderia por em causa a expectativa de uma desaceleração moderada e transitória, da economia europeia.

4.3 Economia Portuguesa

Depois da economia portuguesa ter apresentado um crescimento de 1,3% em 2006, o comportamento do PIB em 2007, com uma evolução homóloga de 1,9%, confirmou a expectativa de existência de uma retoma moderada que deverá prosseguir ao longo de 2008. Condicionada por exigentes processos de ajustamento ao nível das contas públicas e por necessárias alterações ao nível da estrutura produtiva, com os consequentes e dolorosos efeitos na taxa de desemprego, a procura interna conseguiu, apesar de tudo,

recuperar no último semestre do ano. Esta recuperação deve-se à evolução do investimento que, depois de nove trimestres em queda, voltou a apresentar um crescimento positivo a partir do 2º trimestre de 2007.



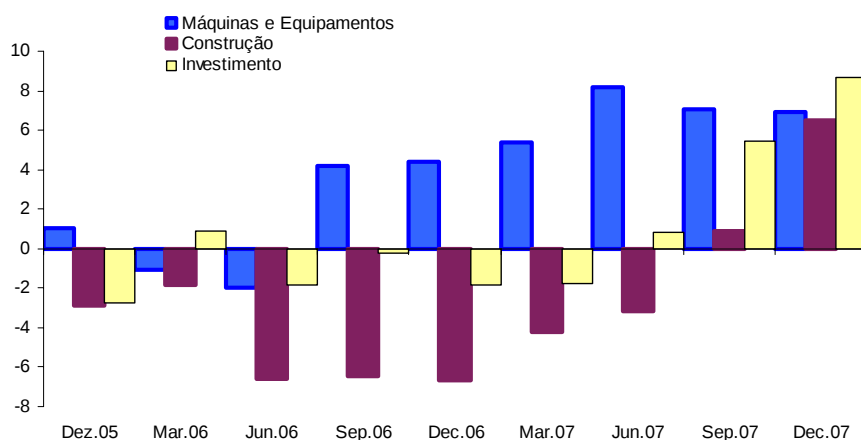
Fonte: INE e Banco de Portugal

A contribuição do consumo privado, apesar de condicionado por elevadas taxas de endividamento, por condições financeiras menos acomodáticas e por um fraco desempenho do emprego, cujo crescimento em 2007 foi praticamente nulo, apresentou alguma recuperação, que não deverá prosseguir em 2008. Corroborando esta previsão estão indicadores como os de confiança que, depois de uma trajectória de recuperação em 2006, apresentaram um declínio sustentado, não dando mostras de uma clara inversão de tendência, ou os relativos ao mercado de trabalho, onde os sinais são claramente negativos, continuando a aumentar o desemprego de longa duração, que atinge níveis que se aproximam dos 50% da população desempregada.

A recuperação da formação bruta de capital, com um crescimento anual de 3,2%, depois de ter caído 0,8% em 2006, foi a principal condicionante do ritmo e a da intensidade da

retoma da procura interna. Assistiu-se a uma inversão da tendência de queda a partir do segundo semestre, nomeadamente na componente do investimento em bens de equipamento e, a partir do terceiro trimestre, também da construção. No entanto os empresários ainda sofrem de um elevado grau de incerteza. Essa incerteza manifesta-se, não só face à evolução de uma procura interna condicionada por elevados níveis de endividamento e pela necessidade de manter a consolidação orçamental, como face a uma procura externa que, apesar de dinâmica durante a primeira metade do ano, privilegia mercados concorrentes mais competitivos e já denota os efeitos negativos sobre a economia real da crise dos mercados financeiros.

Investimento e Componentes (taxa inter-anual)



Fonte: INE, e BBVA

A necessidade de assunção de riscos, de alterar o paradigma da especialização e de procurar novos mercados, inscreve-se numa mudança de atitude, já iniciada, que será tanto mais visível quanto mais rapidamente os efeitos das reformas estruturais se fizerem sentir.

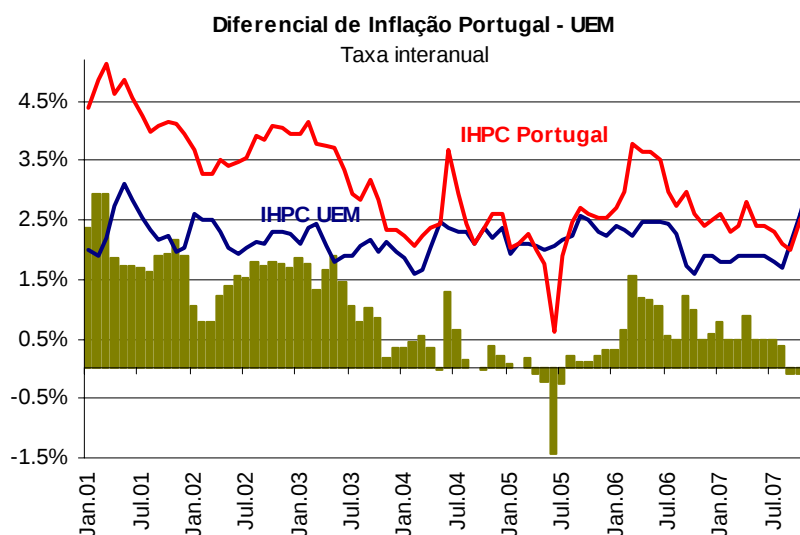
A necessidade de inscrever o valor do défice público dentro dos parâmetros definidos pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), levou o Governo a promover um esforço de

consolidação orçamental que lhe permitiu assegurar um valor de défice público que, já em 2007, se situou abaixo dos 3% do PIB. Este esforço, canalizado principalmente e com sucesso para a obtenção da receita, dada a rigidez de algumas das principais componentes da despesa, se consistente, permitirá assegurar um crescimento sustentado da economia.

Com este ambicioso plano de consolidação orçamental é crível considerar que o consumo público continuará a perder peso no crescimento do PIB, contribuindo para alterar, de uma forma que se pretende consistente, o padrão de crescimento em vigor na última década.

A paulatina alteração deste padrão de crescimento, menos assente no dinamismo do consumo público e privado, e mais focado numa maior dinâmica do sector exportador, onde se ganhou quota de mercado, conduziu ao desagravamento de outro dos principais desequilíbrios da economia portuguesa, o défice externo. Em 2007, a necessidade de financiamento da economia traduziu-se num défice da balança corrente e de capital que se prevê de 6,7% do PIB, menos 2 pontos percentuais que em 2006.

No ano em curso, a taxa de inflação média situou-se em 2,5%, o que significa uma redução dos preços de 0,6 pontos percentuais em relação à inflação registada em 2006. Esta situação deu lugar a uma diminuição do diferencial de preços entre Portugal e a Zona Euro, evolução positiva e oposta à verificada no ano anterior.



Fonte: Datastream e Eurostat

Para 2008, a incerteza condicionará a evolução da economia portuguesa. Os riscos associados derivam: para as exportações, de uma desaceleração maior que a prevista para a economia da Zona Euro (responsável por cerca de 80% do nosso comércio externo) e, especialmente, da economia espanhola (cerca de 30% deste universo); para o investimento, de uma política de crédito mais restritiva e de uma quebra de confiança dos empresários, o que levaria a adiar decisões de investimento.

Em síntese, prevê-se um ano conturbado, em que procura externa contribuirá menos para o crescimento, o que, crê-se, será compensado por uma evolução mais positiva da procura interna, nomeadamente ao nível do investimento. A previsão de um crescimento do PIB de 2% poderá ser revista em baixa se a solidez da economia da Zona Euro for demasiado afectada pela previsível recessão americana. A retoma da confiança dos agentes económicos, determinante para a consolidação do crescimento, ocorrerá em paralelo com a mitigação dos riscos, o que deverá acontecer, espera-se, a partir do segundo semestre de 2008.

<i>Previsões Macroeconómicas</i>	<i>Banco de Portugal</i>		
	<i>2007</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>
PIB	1.9	2.0	2.3
Consumo Privado	1,2	1,1	1,6
Consumo Público	0.0	0,0	0,4
FBCF	2.6	3.3	3.1
Exportações	7.0	4.9	6.0
Importações	4.1	2.9	3.7
Inflação (IHPC)	2.4	2,4	2,0
Défice BCorrente+BCapitais (% PIB)	6.7	6.5	5.3

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Económico de Inverno 2006

5.

Acontecimientos Relevantes

5. ACONTECIMENTOS RELEVANTES

Em 2007 o BBVA Portugal manteve a prioridade estratégica de crescimento selectivo, com um enfoque direccionado para segmentos de mercado preferenciais e alicerçado num conjunto de produtos e serviços inovadores, diferenciados e competitivos.

O empenho prosseguido, mantendo elevados níveis de exigência e adaptabilidade por forma a satisfazer as necessidades dos seus Clientes, num contexto de competitividade acrescida, permitiu um crescimento do Activo de 17% face a 2006, destacando-se o dinamismo do Crédito Total que apresentou uma evolução de 14%, valor superior ao da média do sector (expurgado o efeito da venda, a 31 de Dezembro de 2007, da participação na BBVA – Instituição Financeira de Crédito). Este crescimento, aliado a exigentes critérios de prudência e eficazes instrumentos de controlo e gestão de risco, permitiram ao BBVA manter o seu Rácio de Cobrança Duvidosa em níveis significativamente baixos, 0,42%.

- Para o crescimento do **Crédito Total** destaca-se a contribuição do segmento do Crédito à Habitação, um dos produtos mais dinâmicos e concorrenciais do sector, com uma variação, em termos homólogos, de 11%. Procurando reforçar a adaptabilidade e flexibilidade de um dos principais vectores estratégicos da actividade do BBVA Portugal, apresentaram-se este ano novas soluções de crédito à habitação que permitem aos clientes ampliar ou reduzir o prazo do seu empréstimo, suspender o seu pagamento em determinadas condições, optar por prestações finais diferenciadas e, ainda, fixar a sua prestação por um prazo acordado.

Num mercado caracterizado por um elevado ambiente concorrencial, o BBVA procura assim apresentar soluções inovadoras, distintivas e versáteis.

- Igualmente nos **Produtos de Activo** e no que concerne ao crédito a particulares, empreenderam-se igualmente um conjunto de acções que visam aumentar a base de clientes portadores de cartão de crédito. Antecipando soluções úteis e adaptáveis às crescentes exigências dos seus clientes, o BBVA apresentou um novo produto de crédito ao consumo, o "Crédito Bónus BBVA".
- No **Crédito a Grandes Empresas** regista-se a manutenção de uma forte quota de penetração no seu segmento, 7,13%. Saliente-se igualmente o dinamismo que a área de Investment Banking desenvolveu no âmbito dos Project Finance, em que o BBVA, co-liderou e organizou três operações de financiamento, duas ligadas ao sector energético, energia eólica e energia solar fotovoltaica, e outra relativa à Scut Açores. De salientar igualmente a significativa presença no mercado de Papel Comercial, com um montante global emitido de 748 milhões de euros.
- No que respeita aos **Recursos Geridos** é de salientar a evolução positiva na captação de depósitos e no que concerne aos Fundos de Pensões. Penalizados pelo ambiente volátil e negativo dos mercados financeiros, os Fundos de Investimento apresentaram uma evolução negativa. Apesar desta evolução, o BBVA manteve a aposta na procura de soluções que assentem na diferenciação e na criação de valor, lançando um fundo que reforça a sua posição competitiva nos produtos de capital garantido, o "Fundo BBVA Europa Máximo" e dois fundos flexíveis, destinado a clientes com tolerância para suportar possíveis perdas de capital, os fundos "BBVA Gestão Dinâmica Flexível" e o "BBVA Multifundo Dinâmico".
- No âmbito dos **Produtos de Passivo**, o BBVA apresentou uma gama abrangente de soluções distintivas e adequadas a diferentes perfis de risco dos clientes. Estas soluções financeiras disponibilizadas adaptam-se a clientes com um perfil de risco conservador, que pretendam uma remuneração pré-definida e um pagamento periódico de juros ou, ainda, diversificar as suas aplicações a médio prazo, usufruindo de garantia de remuneração mínima e de capital garantido. Para clientes com um perfil de risco mais agressivo que desejem uma aplicação

potencialmente mais rentável, apresentam-se soluções sem garantia de capital no vencimento e com elevado potencial de valorização.

- Associado aos produtos de **Protecção e Segurança**, o BBVA criou, entre outras, a "Solução Dual Protecção 2015" e a "Solução Dual Protecção 2020" que disponibilizam, aos subscritores dos Fundos de Pensões Abertos BBVA Protecção 2015 ou BBVA Protecção 2020, um produto adaptado ao seu horizonte temporal de reforma com garantia do capital investido.
- O BBVA reforçando a sua política de **Responsabilidade Social**, efectuou uma doação de equipamento informático ao Projecto Associação de Acção Social da Universidade Lusíada - Cabo Verde 07. Com esta iniciativa a Universidade Lusíada e o BBVA pretenderam dar o seu contributo para a realização de cursos de informática junto da população mais jovem da aldeia de Santa Catarina, na ilha do Fogo. No mesmo âmbito, neste caso assumindo particular destaque, nesta acção concreta, a vertente humana e social, o BBVA solidarizou-se com as vítimas do sismo que ocorreu este ano no Peru e abriu uma conta para onde todos os colaboradores do Banco poderiam transferir a sua doação. Pretendendo também contribuir para acrescentar valor junto dos seus Clientes e da Sociedade em geral, reflectindo sobre variáveis que condicionam a evolução quer da economia portuguesa no seu conjunto, quer de mercados específicos, o BBVA promoveu uma conferência sob o tema "Riscos Financeiros na Perspectiva da Empresa – Início de um novo Ciclo".
- O compromisso de promover serviços diferenciados e apresentar soluções inovadores aos nossos clientes, foi recompensado pela eleição do produto BBVA NET CASH como a **melhor banca electrónica por Internet para empresas**, instituições e corporações em Portugal. Esta classificação foi atribuída pela prestigiada revista "Global Finance".
- Em 31 de Dezembro de 2007 o BBVA alienou a participação de 50,1% que detinha na BBVA – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A., (IFC), por € 27.358.000.

6.

Actividade das Principais Áreas do Banco

6. ACTIVIDADE DAS PRINCIPAIS ÁREAS DO BANCO

6.1 Banca Comercial

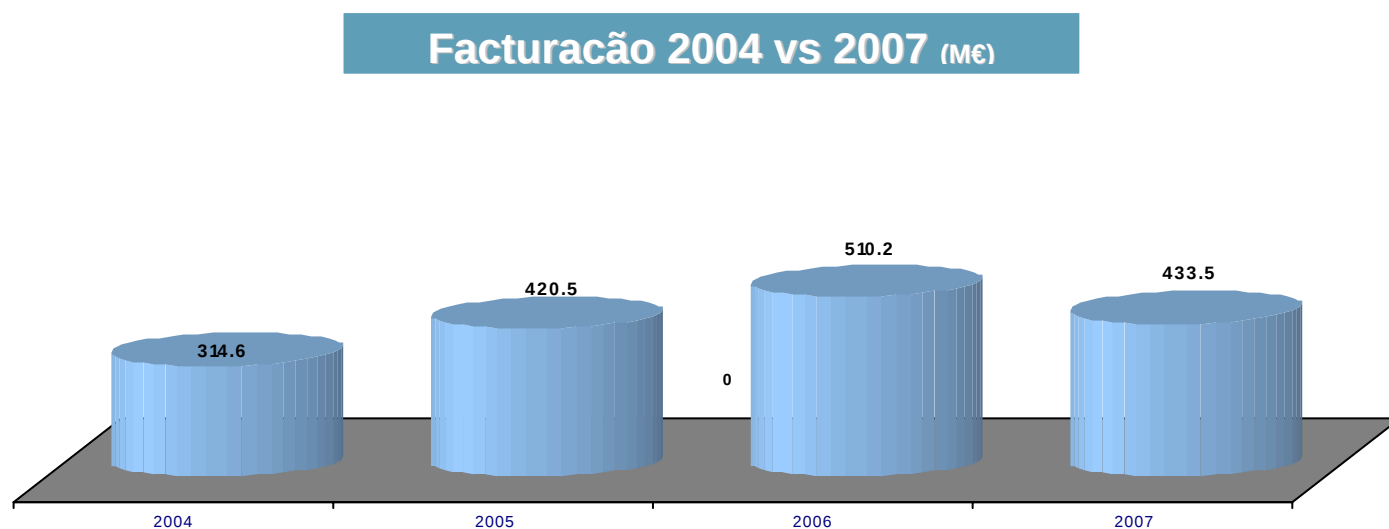
Crédito Habitação

Em Abril de 2007, relançou-se o Crédito Habitação Fácil BBVA com novos e inovadores atributos que permitiam:

- suspender o pagamento até 2 prestações por ano;
- alterar o valor da prestação, aumentando ou reduzindo o prazo do empréstimo;
- mudar de Taxa Variável para Taxa Fixa ou vice-versa.

Este relançamento foi apoiado por uma campanha publicitária, na imprensa e rádio, assim como por diversas acções de marketing directo, sob o tema "Fácil hoje, Fácil Amanhã".

Embora tenham sido oferecidas aos nossos clientes excelentes Soluções de Crédito Habitação, verificou-se uma desaceleração da facturação, em virtude do contexto altamente competitivo e da fraca performance do mercado de habitação.



Ao longo do ano de 2007, a Unidade de Prescrição de crédito à habitação continuou a desenvolver o seu relacionamento com mediadoras imobiliárias e consultores financeiros, tendo sido responsável por 40% da facturação de crédito à habitação. Nesta área teve particular destaque o financiamento a não-residentes e o apoio dado na comercialização de alguns empreendimentos.

Crédito ao Consumo

No Crédito ao Consumo deu-se continuidade ao produto estrela, o Crédito 0% BBVA. Em Dezembro este produto foi substituído por um produto inovador e pioneiro no mercado, o Crédito Bónus BBVA. Este crédito oferece ao Cliente um período de carência de capital e juros de 12 meses e tem associado um bónus de fidelidade que, caso o Cliente domicilie o seu ordenado no BBVA, consiste na devolução dos juros do 1º ano.

Foram igualmente realizadas novas acções e campanhas promocionais, de que são exemplo o Crédito Oferta e o Crédito Revolving.

Este ano foi criada também uma nova unidade de Prescrição de crédito ao consumo, com o objectivo de, através deste produto e à semelhança do que se tem vindo a desenvolver com o canal de Prescrição de crédito à habitação, canalizar clientes a partir de fornecedores na proximidade das agências.

Recursos

A estratégia de captação de recursos baseou-se, mais do que numa política de preço, na diferenciação através do lançamento de produtos inovadores, de valor acrescentado e que satisfaçam as necessidades dos nossos clientes alvo.

Assim, ao longo do ano de 2007 foram disponibilizados aos clientes vários produtos, que permitiram uma maior diversificação de investimento, dos quais destacamos:

- o Depósito Taxa Crescente Trimestral BBVA e o Depósito Super Crescente Trimestral BBVA: aplicações a 18 meses, com capital garantido na maturidade, que permitem a obtenção de uma taxa de juro pré-definida e crescente todos os trimestres, com pagamento trimestral de juros;
- o Depósito Euribor 4-10 BBVA e o Depósito Intervalo Euribor 12M BBVA: aplicações a 2 anos, indexadas ao comportamento da Euribor a 12 Meses, com capital garantido na maturidade;
- o Depósito Vencedor BBVA e o Depósito Vencedor 18 Meses BBVA: aplicações a curto/médio prazo, ligadas ao comportamento do índice DJ EUROSTOXX50, com capital e remuneração mínima garantida na maturidade;
- O Depósito Triplo 6 BBVA: aplicação a 3 anos e 2 meses, indexada ao comportamento de 4 acções, que constituem o activo subjacente, com capital e remuneração mínima garantida;
- a Solução Dual Invest BBVA: produto que combina uma aplicação num Depósito com a subscrição de unidades de participação do Fundo BBVA Imobiliário-FEI ou no Fundo BBVA Gestão Flexível Todo-o-Terreno, FEI, sendo o capital investido repartido da seguinte forma:
 - 50% é aplicado num Depósito indexado ao comportamento da Euribor 12M com capital e remuneração mínima garantida.
 - 50% é aplicado num dos Fundos.

Negócios

Em 2007, enquadrado no modelo de gestão seguido por Banca Comercial, o negócio das agências exclusivamente de empresas foi integrado nas restantes agências da rede comercial.

Este modelo comercial permitiu um comportamento muito positivo da venda cruzada e um reforço da assessoria financeira às PME's.

Apesar do contexto bastante competitivo foi possível obter um crescimento do volume de negócios, face ao ano anterior, de cerca de 10%, mantendo excelentes indicadores de mora.

Este crescimento alicerçou-se numa oferta de soluções diferenciadas orientada para a satisfação das PME's e elevado dinamismo comercial.

Qualidade de Serviço

Mais uma vez o BBVA Portugal obteve uma excelente classificação, o 2º lugar no estudo independente – Multimétrica. Este estudo faz a avaliação anual da qualidade de serviço e orientação prestada aos Clientes pelas principais instituições bancárias nacionais.

Colectivos

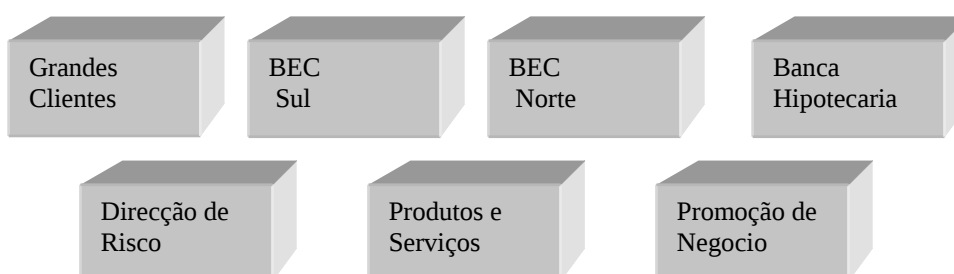
Ao longo de 2007 continuou-se a melhorar a oferta aos nossos clientes através de protocolos com empresas e associações, visando oferecer condições mais vantajosas aos respectivos colaboradores e associados. Durante o ano de 2007, o número de clientes provenientes de protocolos cresceu 20%, representando 8,5% do volume total de negócios de particulares.

6.2 Banca de Empresas, Corporativa e Institucional

A Banca de Empresas, Corporativa e Institucional (BEC) teve, durante o ano de 2007, um dos anos mais marcantes da história dos negócios empresariais e afins do BBVA Portugal.

Esta área, organiza-se hoje em torno de todas as actividades que correspondam a diferentes tipologia de Organizações, públicas ou privadas, grandes ou pequenas, institucionais ou não, e de todos os ramos de actividade, incluindo o sector imobiliário.

A actual morfologia da BEC, que tem como objectivo atender de forma próxima e segmentada os nossos clientes, é a seguinte:



A **Promoção de Negócio** é a nova área criada no final do ano e que tem funções de interligação das restantes áreas, favorecendo e criando as condições para que toda a **BEC** se muna de informação e instrumentos que permitam uma eficácia comercial mais acentuada. Entre as suas principais atribuições estão:

- desenvolvimento de Ofertas Específicas e dirigidas da base de clientes;
- desenvolvimento de Ferramentas de Gestão (CRM's, Workflow's, etc...);
- publicidade, divulgação e posicionamento da Banca de Empresas do BBVA;
- difusão de informação relevante para utilização das respectivas direcções comerciais e respectivos executivos;
- tratamento de informação relativa a bases de dados, preços, análises da concorrência, planos comerciais.

A **Bec Sul** e a **BEC Norte**, agregam as distintas áreas em função do perfil de cada cliente: Banca Corporativa (Clientes com facturação superior a 100 milhões de euros); Banca Institucional (dirigida a clientes de cariz Institucional / Público); Banca de Empresas (Empresas com nível de facturação superior a 2 milhões de euros).

Em 2007 cresceu consideravelmente a sua base de clientes, tendo conseguido aumentar a sua penetração em novos grupos empresariais relevantes.

A **Bec Sul** tem à sua responsabilidade os pólos de Lisboa, António Augusto Aguiar, Rebelva, Setúbal e Leiria.

A **Bec Norte** inclui Guimarães, Braga, Porto, Porto Sul, Matosinhos, Aveiro.

A Norte houve um substancial reforço da quota de mercado nos segmento de empresas e, sobretudo, banca corporativa, com destaque para um vasto conjunto de operações de Papel Comercial e o início de uma comercialização massiva de produtos com base em instrumentos de derivados financeiros de cobertura de risco de taxa de juro. A aposta forte em clientes de grande dimensão, permitiu mais que triplicar o volume de activos neste segmento. Apesar do aumento significativo de negócio, a orientação de política de **Risco** do BBVA manteve-se, com resultados muito positivos.

A **Direcção de produtos e serviços**, continuou a aprofundar novas aplicações informáticas nomeadamente na área do factoring, esperando já no início de 2008 o lançamento da nova aplicação para esse segmento. Entretanto, fortaleceu-se o acordo com o Banco Europeu de Investimentos, incrementando a linha de crédito existente em mais 20 milhões de euros, e formalizou-se um novo protocolo com o Turismo de Portugal, para o financiamento de projectos na área Turística e Hoteleira.

Quanto a **Grandes Clientes**, como área de excelência para a gestão dos 30 principais grupos empresariais portugueses e que representa cerca de 18% do valor total de volume de risco da BEC, saliente-se o apoio, conjuntamente com o BEI, ao investimento da Vivo SA no Brasil, bem como a liderança e participação em várias operações de mercado de capitais.

A **Banca Hipotecária**, que, por forma a potenciar sinergias, integrou a BEC em 2007, manteve uma forte presença no sector das promoções imobiliárias.

6.3 Mercados

O ano de 2007 foi marcado pela existência de dois períodos com características completamente distintas. O primeiro semestre marcou a última fase, embora com alguns sinais mistos, de um longo período de comportamento favorável e de crescimento dos negócios de mercados, o que foi totalmente transformado no segundo semestre com uma crise muito vincada nos mercados monetários e de crédito.

A actividade de Mercados do BBVA Portugal está totalmente focada na estruturação de soluções para os seus clientes com um perfil essencialmente de cobertura de riscos financeiros sejam de taxas de juro, cambiais, crédito, acções ou de preço de commodities. Sendo assim, o Banco esteve imune às flutuações dos mercados embora estando particularmente atento às consequências das variações extremas dos mercados nos negócios dos seus clientes, procurando encontrar novas soluções que respondam a um meio envolvente particularmente exigente.

Neste enquadramento tem-se revelado particularmente acertada a opção do Banco pela disponibilização de soluções de gestão riscos à sua ampla plataforma de clientes, democratizando o seu acesso. O projecto Riskpyme que arrancou no final de 2006, teve em 2007 o seu primeiro ano em pleno com resultados muito positivos, sendo certo que possui ainda um amplo potencial de crescimento e que constitui um alargar de soluções oferecidas e de criação de valor particularmente útil nas actuais condições de mercado.

Em 2007 o Banco continuou a reforçar o seu papel como uma das principais contrapartes em produtos estruturados para as redes dos diversos bancos presentes em Portugal, tendo também assumido um protagonismo maior na distribuição de produtos indexados aos riscos de taxa de juro, crédito e acções junto da comunidade de investidores institucionais portugueses.

6.4 Banca de Investimentos

A área de banca de investimento compreende três segmentos de actividade: financiamento estruturado, mercado de capitais e corporate finance.

Em 2007, observou-se uma evolução favorável, sendo de realçar, na vertente de Project Finance, a conclusão dos financiamentos dos Grupos 4 e 5 do Projecto Generg (Deal of the Year 2005) que totalizaram €202 milhões e onde o BBVA actuou como *Mandated Lead Arranger (MLM)*. Igualmente como *MLM* o BBVA participou no financiamento adicional de €65 milhões para a construção de novos parques eólicos da Babcock&Brown, e no Empréstimo *Bridge* de €110 milhões, concedido à Acciona Energia, para o início do desenvolvimento da central solar de Moura, que será a maior central fotovoltaica da Europa.

Este ano foi muito positivo para o segmento de Mercado de Capitais, tendo-se registado um crescimento significativo das comissões em mais de 35%. Em termos qualitativos a

evolução ainda foi mais favorável, conseguindo o BBVA integrar, pela primeira vez, a League Table da Bloomberg para Portuguese Issuer Bonds, em resultado da liderança de várias emissões de obrigações. Este desempenho de Portugal contribuiu para a posição do Grupo BBVA no Top 5 Ibérico. Das emissões de Obrigações lideradas pelo BBVA destacam-se as seguintes: Sonae Distribuição (€310 milhões), Jerónimo Martins Retalho (€200 milhões), CGD Obrigações Hipotecárias (€2.000 milhões) e Grupo Inditex (€42,5 milhões).

No produto papel comercial a performance foi claramente positiva, em resultado do esforço de marketing efectuado junto de um segmento de empresas que, normalmente, não estão no Mercado de Capitais. Foram formalizados 28 novos programas de papel comercial, estando agora, sob gestão, um total de 40 programas. Dos novos programas fechados em 2007 destacam-se os seguintes: Brisa (€ 100 milhões); Pingo Doce (€110 milhões); Feira Nova (€90 milhões) e Galp Energia (€150 milhões).

Em termos de Empréstimo Sindicados, o BBVA actuou como *MLA* no Credit Facility Agreement de USD 3BN efectuado pela EDP no âmbito da compra da empresa americana Horizon.

No segmento de corporate finance, destaca-se a assessoria prestada ao grupo Águas de Portugal na alienação da Prolagos no Brasil. Esta operação evidencia a especial vocação do BBVA para assessoria de empresas portuguesas em operações cross-border com a América Latina e Espanha.

January 2007  BANCO ESPÍRITO SANTO EUR 200,000,000 FRN 3Years Sole Bookrunner	May 2007  Millennium bcp EUR 400,000,000 FRN 4Years Sole Bookrunner	June 2007  Caixa Geral de Depósitos EUR 2,000,000,000 Covered Bond 5 Years issue Co-Manager	September 2007  SONAE DISTRIBUIÇÃO EUR 310,000,000 FRN 8 Years Arranger	December 2007  JMR EUR 200,000,000 FRN 5 Years Bookrunner
July 2007  edp USD 3.000,000,000 Syndicated Term Loan Facility Arranger	September 2007  Feira Nova EUR 90,000,000 Papel Comercial Lider	September 2007  PINGO DOCE EUR 110,000,000 Papel Comercial Lider	December 2007  galp energia EUR 150,000,000 Papel Comercial Lider	December 2007  ÁGUAS DE PORTUGAL R\$ 151.680.000,00 Sale of 100% of the share capital of Financial Advisor

6.5 Risco

A gestão do risco tem por objectivo essencial gerir activamente a exposição à incerteza para optimizar os rendimentos do Banco.

Para alcançar tal objectivo, a função de riscos deve assegurar que todos os riscos sejam devidamente identificados, medidos e valorados. Desta forma garante-se que a variável risco está presente em todas as decisões que se tomem, contribuindo para configurar o perfil de risco desejado pela Instituição.

Nas actividades financeiras assumem-se riscos continuamente, pelo que a gestão integral de todos eles é essencial para alcançar um conhecimento profundo dos níveis de exposição e manter assim a solvência do Grupo, na busca do equilíbrio risco/rentabilidade.

A gestão de risco no BBVA alinha-se com os objectivos gerais do Grupo, fixa os limites de exposição ao risco e contribui para o objectivo último de criação de valor para os accionistas.

Para facilitar a construção de uma função de riscos que sirva estes objectivos, o Grupo BBVA vem-se dotando dos aspectos tanto qualitativos (estrutura, sistemas e procedimentos), como quantitativos (metodologias e ferramentas) necessários.

O Grupo dispõe de uma estrutura organizativa que, assente em princípios de uma gestão do riscos avançada, preserva a independência da função, mantendo a proximidade às áreas de negócio onde se originam e admitem os riscos.

A estrutura organizacional fortalece a responsabilidade orgânica e funcional dos distintos órgãos institucionais e executivos do Grupo, de acordo com as melhores práticas e recomendações das autoridades normativas e supervisoras.

Esta estrutura de gestão do risco constitui um elemento chave que contribuiu para uma eficaz integração da gestão de riscos no Banco, ao permitir uma adequada coordenação de planos de trabalho sob critérios de risco e objectivos únicos.

Os aspectos qualitativos foram desenvolvidos de acordo com objectivos chave da função de riscos:

- A independência da gestão do risco, que assegure uma adequada informação para a tomada de decisões
- A uniformidade de estruturas e sistemas que facilitem a admissão de riscos segundo o perfil desejado, o seguimento da carteira e a qualidade da exposição ao risco.

Atendendo aos aspectos estritamente quantitativos, completou-se o mapa de ferramentas utilizadas em risco de crédito, calibrando os ratings para empresas e os scorings de particulares. Estas ferramentas são essenciais para o processo de admissão e para o seguimento e classificação das carteiras. O objectivo é quantificar, ex-ante, os níveis de provisões necessários em função do nível de risco implícito em cada carteira.

Gestão do risco de crédito

A gestão do risco de crédito no Grupo BBVA fundamenta-se numa abordagem global que abarca cada uma das fases do processo: análise, autorização, seguimento e, se fôr o caso, recuperação.

O segundo pilar no qual se sustenta esta gestão do risco no Grupo é representado pelas normas, políticas, procedimentos, metodologias, ferramentas e sistemas, que constituem um suporte básico para uma gestão eficiente.

Com o objectivo de poder assegurar uma adequada gestão do risco, o modelo definido de gestão do risco de crédito, suportado numa organização matricial, está integrado na estrutura geral de controlo do Banco e envolve todos os níveis que intervêm na tomada de decisões de risco mediante a atribuição de funções e utilização de procedimentos, circuitos de decisão e ferramentas que delimitam claramente as responsabilidades.

A função de riscos de crédito tem entre os seus objectivos garantir uma adequada qualidade do risco de crédito através do seguimento dos limites e dos objectivos estabelecidos para o Grupo BBVA, que estão em consonância com a estratégia e o perfil de riscos desejado.

A utilização de ferramentas que valorem a exposição ao risco de crédito e rentabilidades ajustadas ao risco desejado permite uma gestão dinâmica da carteira, identificar concentrações de risco indesejadas, e assegurar que os riscos se mantêm dentro dos limites estabelecidos.

Na sequência das políticas definidas e dos processos de gestão desenvolvidos, os resultados obtidos em 2007 estão em linha com os objectivos conservadores relativamente a este tipo de risco, tal como é evidenciado pelo rácio de crédito vencido sobre crédito total que passou de 0.59% para 0,42%, respectivamente nos finais de 2006 e 2007.

Gestão de risco de mercado

A gestão deste risco visa limitar as perdas e optimizar a relação entre o nível de exposição assumido e os benefícios esperados, de acordo com os objectivos fixados pelo Grupo.

A unidade de Gestão Global de Riscos de Mercado, que actua como unidade central e independente relativamente às áreas de mercado onde se origina o risco, desenvolve um conjunto

de políticas visando capturar o nível de riscos do Grupo, controlar a sua adequação aos limites fixados e informar a Direcção.

10 ³ EuroS		
VAR	2007	2006
Máximo	208	194
Médio	103	65
Mínimo	36	10
31 Dez	91	46

O modelo "Valor em Risco"(VaR) constitui a principal ferramenta de medição do risco de mercado no Grupo BBVA.

Esta metodologia, que é aplicada na sua modalidade de matriz de covariâncias, estima a perda máxima que pode produzir-se nas posições de mercado, com um

nível de confiança de 99%, para um horizonte temporal de um dia.

O modelo parte de uma análise do comportamento histórico dos principais factores de risco de mercado, ou seja, taxas de juro, taxas de câmbio, cotações e volatilidades implícitas de opções. A partir das variações diárias que registaram estas variáveis no

passado recente, constrói-se diariamente uma matriz de volatilidades e correlações que permite estimar as perdas potenciais futuras para cada factor de risco e para o conjunto de factores.

As medições de riscos das diferentes áreas de mercado do Grupo são realizadas numa única ferramenta de cálculo corporativa, garantindo-se assim a homogeneidade dos cálculos e permitindo uma estimativa do risco agregado que compreende o efeito diversificação entre mercados e carteiras.

No Grupo BBVA segue-se um processo de permanente melhora dos sistemas, adequando-os às metodologias mais desenvolvidas para a medição dos riscos das áreas de mercado.

O processo de seguimento de riscos de mercado é complementado com o controlo de sinais de alerta tais como o forte incremento das volatilidades de mercado ou a acumulação de perdas (stop-loss) e a realização de testes de backtesting e stresstesting. A aparição dos sinais de alerta mencionados desencadeia a aplicação de medidas urgentes para limitar o impacto negativo no património do Grupo.

Risco de juro estrutural

O risco taxa de juro diz respeito ao impacto que movimentos nas taxas de juro têm nos resultados e no valor patrimonial da entidade. Este risco deriva dos diferentes prazos de vencimento ou de repreciação dos activos, passivos e posições fora de balanço da entidade (risco de repreciação), face a alterações na pendente da curva de taxas de juro (risco de curva), face a variações na relação entre as curvas de mercado que afectam as distintas actividades bancárias (risco de base), bem como pela existência de opções implícitas em muitos produtos bancários (risco de opção).

O impacto acumulado na Margem de Juros, dos instrumentos sensíveis à taxa de juro até um ano, medido de acordo com a instrução 19/2005 do Banco de Portugal, seria de de 2.889 mEuros em 31/12/2007.

Risco cambial

A exposição ao risco cambial nas actividades estruturais, derivada principalmente de activos denominados em divisas distintas das que os financiam, é avaliada de forma periódica no COAP. No quadro das políticas de gestão do risco cambial aprovadas neste Comité, são adoptadas as medidas necessárias em cada momento para o seu atenuamento.

No exercício de 2007, não existem valores relevantes a reportar relativamente a este tipo de risco.

Gestão global do risco operacional

É risco operacional todo aquele que não se enquadre como risco de crédito ou de mercado, nomeadamente o associado a processos, à tecnologia, aos recursos humanos, às práticas de venda e os externos.

Os objectivos da função de Gestão do Risco Operacional são implantar em toda a organização uma referência de gestão que permita identificar, quantificar e seguir estes riscos, com o objectivo de minimizá-los.

Para tal desenvolveram-se internamente ferramentas próprias aplicando técnicas de auto-avaliação para identificar e quantificar os riscos operacionais. Obtêm-se desta forma mapas de riscos por categorias que permitem estabelecer políticas de mitigação.

Para o seguimento posterior da evolução do risco utiliza-se outra ferramenta baseada no uso de indicadores quantitativos e qualitativos, que constitui um mapa de gestão dinâmico e permite retratar a evolução dos riscos no tempo e consequentemente comprovar se as medidas de mitigação produzem os resultados desejados.

Os riscos operacionais são agrupados em dois grandes grupos:

Um primeiro que integra os de reduzido montante mas frequência elevada os quais, por serem conhecidos, devem determinar alterações nos circuitos operativos ou melhorias nos controlos internos permitindo obter resultados satisfatórios num período de tempo razoavelmente curto.

Um segundo integrando os de elevado impacto económico mas de baixa frequência para os quais a única prevenção possível são os chamados planos de contingência, ou seja, procedimentos alternativos.

A implementação da gestão do risco operacional no BBVA está a ser levada a cabo por linhas de negócio. Esta estratégia facilita tanto a identificação como a mitigação, permitindo ainda formar os futuros responsáveis pelo seu seguimento.

Uma correcta gestão do risco operacional contribui eficazmente para a criação de valor já que permite reduzir o potencial de perdas e constitui uma vantagem competitiva para o Grupo.

6.6 Recursos e Meios

Recursos Humanos

Dando continuidade à nossa política de Recursos Humanos de ajustar o mais possível as necessidades estruturais à optimização e motivação da equipa de profissionais do banco, criou-se uma política de compensação mais atractiva dando maior relevo ao conceito de remuneração variável.

Reajustaram-se funções e perfis funcionais à nova estrutura do Banco, permitindo um melhor acompanhamento das carreiras profissionais de cada colaborador.

Na área da Formação, foi implementado o Plano estipulado para o ano em causa, com especial enfoque no contínuo aperfeiçoamento das competências comerciais dos nossos Colaboradores. Foi o ano de consolidação da Plataforma de e-learning CONOCE, tendo esta sido utilizada para efectuar uma formação que abrangeu todo o Banco, subordinada ao tema do DMIF.

Relativamente à Comunicação Interna, foi constituído um grupo de trabalho que permitiu lançar as bases de um ambicioso plano de Comunicação, a implementar, na íntegra, em 2008. Este projecto visa aumentar consideravelmente tanto os canais como o caudal de informação que circula no BBVA Portugal, respondendo desta forma a uma necessidade premente transmitida pelos Colaboradores.

Operações

Durante o ano de 2007 foi iniciado um plano de transformação da Área de Operações do Banco, com o objectivo de dotar esta unidade dos meios e recursos necessários à centralização de todas as tarefas operativas, visando a libertação da força de vendas de toda a carga administrativa.

Tendo por base a "industrialização" de operações, este plano de transformação implicou a análise e reengenharia de alguns processos operativos do Banco e a implementação de automatismos em determinadas tarefas.

Transformação e Produtividade

A Área de Transformação e Produtividade, durante o ano de 2007, concretizou um conjunto de acções com vista à optimização da estrutura organizativa do BBVA Portugal, a fim de eliminar duplicidades bem como estruturas fragmentadas, possibilitando assim um funcionamento mais fluído na tomada de decisões, maximizando economias de escala.

A materialização de oportunidades de centralização, resultou num incremento da competitividade e na optimização do "servicing" a Clientes, e permitiu ainda um aumento significativo do tempo disponível para a dedicação à venda das distintas unidades de negócio.

A revisão dos processos nos pontos de venda estabeleceu um novo modelo produtivo, mais eficiente e cada vez mais flexível, o qual incorpora de forma muito mais efectiva as novas funcionalidades requeridas pelos mercados.

Business Partners e Desenho e Desenvolvimento

Constituiu uma vertente fulcral na actividade o acompanhamento e formação da Rede de Balcões, no âmbito de procedimentos, que se traduziu na concretização de "Acções de Formação" periódicas durante o ano de 2007.

Realce para a criação das necessárias condições estruturais e de sistemas de informação que, visando uma aproximação das áreas de negócio aos seus Clientes e potenciando uma maior dedicação destas áreas ao negócio, permitiram concretizar a centralização do Crédito ao Consumo e a re-segmentação de Empresas da Banca Comercial para BEC.

De frisar ainda a implementação e/ou adaptação de sistemas informáticos de forma a responder aos requisitos impostos pela Directiva Comunitária relativa aos Mercados de Instrumentos Financeiros (DMIF), por exemplo, na classificação de Clientes, níveis de protecção em função da classificação atribuída aos Clientes, comunicações e informações.

Tecnologia e Inovação

Durante o corrente exercício esta área levou a cabo o plano ""desafio 3,5 M". Este plano foi muito ambicioso e importante, na óptica da redução de Gastos Gerais nas rubricas de Informática e Comunicações.

Este projecto tinha como base inúmeras iniciativas das quais se destacaram, pela importância e contributo para o resultado final, o plano de "eliminação de sub-contratação por contratação interna" e o plano de "sinergias com Espanha" nas áreas de Segurança Lógica, Segurança de ambientes Windows, Gestão de utilizadores e perfis de Rede, Comunicações do Sistema Central, Armazenamento, BD e Sistemas Transaccionais do sistema central, Servidores de Sistemas Distribuídos, entre outros.

Foi também criada, dentro do Departamento de Tecnologia e Inovação, a área de Inovação que, durante o último trimestre de 2007, teve como principal objectivo estruturar as missões e funções, ter/estudar/propor ideias de projectos de inovação tecnológica.

7.

Actividade das Empresas Subsidiárias e Consolidação

7. ACTIVIDADE DAS EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO

▪ Consolidação Integral

7.1 BBVA GEST – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.

Activo Líquido	6.107.703 €
Situação Líquida	4.977.366 €
Capital Social	1.000.000 €
Resultado Líquido	2.534.825 €
Participação do BBVA	100%

A BBVA Gest iniciou o ano de 2007 com uma quota de mercado de 2,49%, tendo, em 31/12/07 uma quota de mercado de 2,33%.

A BBVA Gest no ano de 2007 lançou três novos fundos. O Fundo Especial de Investimento Aberto de Capital Garantido BBVA Europa Máximo, o Fundo de Investimento Mobiliário Aberto BBVA Gestão Dinâmica Flexível e o Fundo BBVA Multifundo Dinâmico – Fundo de Fundos.

Em 17/05/2007 o Fundo BBVA Gestão Flexível Todo-O-Terreno-FEI, transformou-se num Fundo Flexível passando a denominar-se, BBVA Gestão Flexível Todo-O-Terreno Fundo de Investimento Aberto.

A 31 de Dezembro de 2007, os activos sob gestão e administração da BBVA GEST totalizaram aproximadamente os 600 milhões de euros. Em 2007 a produção líquida foi negativa em 133 milhões de euros.

OIC	PATRIMÓNIO (EUROS)					
	31-12-2002	31-12-2003	31-12-2004	31-12-2005	31-12-2006	31-12-2007
BBVA CASH - FT	243.762.314	226.382.578	214.677.964	156.994.163	116.760.777	80.553.477,090
BBVA LIQUIDEZ FT	-	50.305.141	89.843.707	115.311.838	94.999.154	59.970.589,940
FUNDO DE TESOURARIA EURO						
BBVA TAXA FIXA EURO	11.862.542	10.763.141	7.377.187	5.660.057	2.856.863	1.317.825,700
FUNDO OBRIGAÇÕES TX FIXA EURO						
BBVA TAXA VARIÁVEL	-	17.421.397	39.574.702	54.732.806	56.751.399	35.761.562,370
FUNDO OBRIGAÇÕES TX INDEXADA EURO						
BBVA PPA	2.749.130	2.829.727	3.075.830	5.063.549	6.369.650	7.755.652,390
FUNDO ÍNDICE						
BBVA MISTO	14.487.869	12.549.737	8.088.301	4.297.830	2.921.268	1.849.218,580
FUNDO MISTO PREDO.OBRIGAÇÕES						
BBVA BOLSA EURO	4.472.872	7.014.022	8.397.023	11.452.709	20.361.067	20.360.040,490
FUNDO AÇÕES EURO						
BBVA M.F.EQUILIBRADO	3.692.229	4.341.663	3.778.710	2.815.079	2.946.068	3.105.951,250
FUNDO DE FUNDOS						
FCG EXTRA 5 BBVA	-	47.567.326	50.377.134	48.939.835	46.875.902	42.918.393,550
FCG IBEX BBVA	-	-	23.461.577	23.573.691	25.695.335	24.910.119,530
FCG IBEX BBVA II	-	-	10.026.368	9.967.151	10.212.724	9.639.124,290
FCG RANKING PLUS	-	-	-	28.789.772	27.536.900	24.228.059,990
FCG EXTRA 5 AÇÕES	-	-	-	9.287.390	9.376.411	8.885.800,040
FCG 100 IBEX POSITIV	-	-	-	22.862.301	21.591.680	18.762.094,710
FCG TOP DIVIDENDO	-	-	-	30.993.195	31.734.948	26.707.413,270
FCG TOP DIVIDENDO II	-	-	-	9.074.204	8.772.313	7.764.400,850
FCG EURO CONSOLIDADO	-	-	-	-	23.303.124	20.350.757,750
FCG DUPLO 8 BBVA	-	-	-	-	15.622.984	14.319.849,350
FCG BBVA EUROPA MÁX	-	-	-	-	-	10.213.738,800
FUNDO CAPITAL GARANTIDO						
BBVA IMOBILIÁRIO FEI	-	-	62.710.761	99.892.656	89.391.511	68.413.965,310
BBVA M.ALTERNATIVO	-	-	7.881.674	21.148.083	30.699.343	20.374.583,690
BBVA GFTT - FEI	-	-	-	37.401.744	80.606.040	75.838.948,450
FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO						
BBVA G.DIN.FLEXÍVEL	-	-	-	-	-	12.603.054,910
FUNDO FLEXÍVEL						
BBVA MULT.DINÂMICO	-	-	-	-	-	3.410.776,780
FUNDO DE FUNDOS DE AÇÕES						
Activos sob Gestão	281.006.957	378.174.733	529.270.939	698.258.043	725.385.461	600.015.399
Variação		34,58%	39,95%	31,93%	3,89%	-17,28%

7.2 BBVA LEASIMO – Sociedade de Locação Financeira, S.A.

Activo Líquido	55.774.423 €
Situação Líquida	10.222.067 €
Capital Social	7.500.000 €
Resultado Líquido	795.335 €
Participação do BBVA	100%

A deliberação de reduzir a actividade comercial da BBVA Leasimo, já que a mesma é realizada, desde meados de 2005, no balanço do BBVA Portugal, focando-se a empresa na

gestão da carteira actual de clientes, constitui o factor explicativo da inexistência de novos contratos.

A redução da actividade comercial, com a sua consequente transferência para o balanço do BBVA Portugal, e a distribuição de dividendos ao accionista único, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A., reflecte-se numa quebra do Activo Total que registou, no final do ano, o valor de € 55.774.423, valor inferior em 23% ao observado no ano anterior. O Resultado Líquido que, neste exercício, foi de € 795.335, apresentou uma variação positiva de 9,6%.

7.3 Invesco Management nº1, S.A.

Activo Líquido	11.941.896 €
Situação Líquida	10.977.019 €
Capital Social	16.212.000 €
Resultado Líquido	- 680.522 €
Participação do BBVA	99,99%

O BBVA adquiriu, em Julho de 2006, a sociedade Invesco Management nº1, sociedade de serviços auxiliares com sede no Luxemburgo. Por sua vez, esta sociedade constituiu a sociedade Invesco Management nº2, na qual detém uma participação de 96,88%, e que se dedica à aquisição e gestão de créditos hipotecários em contencioso.

7.5 BBVA FUNDOS – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Activo Líquido	3.809.978 €
Situação Líquida	3.305.718 €
Capital Social	1.000.000 €
Resultado Líquido	1.554.558 €
Participação do BBVA	100%

Fundos Sob Gestão:	Uni: mil euros
---------------------------	----------------

Fundos Sob Gestão:	Uni: mil euros
Fundos Pensões Grupo BBVA	200.493
Fundo Pensões Credit	85.501
Fundo Pensões BBVA PPR	48.027
Fundo Pensões BBVA Solidez PPR	12.448
Fundo Pensões CVI PPR	1.968
Fundo Pensões Aberto BBVA Protecção 2015	10.480
Fundo Pensões Aberto BBVA Protecção 2020	4.918
Fundo Pensões Aberto BBVA PME's	2.772

A BBVA Fundos assume-se como a área instrumental do Grupo BBVA Portugal orientada ao negócio de pensões, inserindo-se assim na área de serviços de previsão social. A gestora possui duas linhas de negócio, área de empresas e de particulares, oferecendo produtos vocacionados para cada uma das mesmas.

A BBVA Fundos encerrou o exercício com um volume de activos sob gestão de 367 milhões de Euros, evidenciando assim um crescimento anual de 2%.

Igualmente segundo dados do ISP, a BBVA Fundos manteve a posição no ranking de entidades gestoras a operar no mercado português, num universo de 27 operadores, que se manteve estável em 2007, com uma quota de mercado actual de 1.64%, com um ligeiro decréscimo em relação ao ano anterior. Ocupa a 9ª posição no ranking global, mantendo-se como a primeira a surgir logo após as gestoras associadas aos grupos bancários e financeiros locais dominantes.

Em termos de linhas de negócio, a BBVA Fundos possui actualmente sob sua gestão 8 fundos de pensões, dos quais 3 são do tipo poupança reforma, 2 pertencem à categoria de fundos fechados e os restantes 3 à de fundos de pensões abertos.

Na BBVA Fundos, existiu um crescimento nos fundos Abertos e PPR de 13% e um ligeiro decréscimo, inferior a 1%, nos fundos fechados.

Em 2007 a BBVA Fundos manteve a sua orientação comercial muito focada na comercialização de Fundos Abertos, com a continuação de um ênfase particular nos fundos Protecção 2015 e 2020, reconhecidos de forma geral como produtos com características que possibilitam um planeamento eficaz de um complemento de reforma, com o objectivo de atenuar as alterações introduzidas pela Reforma da Segurança Social.

Os objectivos para o ano de 2008 mantêm-se ambiciosos, com uma estratégia comercial que passa pelo crescimento nos valores captados, fundamentalmente ao nível das adesões individuais. A BBVA Fundos continuará a aprofundar o desenvolvimento de ferramentas comerciais e de informação que possam formar e informar a rede comercial do BBVA, contribuindo para o esclarecimento das questões associadas à temática da redução de prestações por parte do sistema estatal e necessidade de promover a poupança organizada e planeada para colmatar esse efeito por parte de empresas e particulares.

8.

Análise Económico-Financeira do Grupo

8. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DO GRUPO

As demonstrações financeiras consolidadas reflectem as contas do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A., na qualidade de empresa-mãe e as das suas subsidiárias, empresas onde o BBVA detém o controlo ou o poder de gerir as respectivas políticas financeiras e operacionais. As demonstrações financeiras das subsidiárias são consolidadas pelo método integral.

A análise económica e financeira ao nível de Grupo (Consolidado) assume um carácter muito mais expressivo na medida em que as diferentes subsidiárias desenvolvem uma actividade centrada exclusivamente nos produtos correspondentes à sua especialidade, e que se integram na gama de produtos e serviços que o banco proporciona aos seus clientes.

Sendo entidades distintas do banco tanto por imperativo legal como por razões de especialização, estas sociedades actuam em estreita colaboração com as diferentes áreas do banco e dependem da sua rede de distribuição, pelo que só a análise do conjunto permite revelar os resultados alcançados por essa conjugação de actividades.

De acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002 e com a sua transposição para o ordenamento jurídico português, através do Aviso 1/2005 do Banco de Portugal de 21 de Fevereiro, o BBVA elabora as suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Introdução – Condicionantes da actividade

Em 2007 assistiu-se a um crescimento moderado da actividade económica, assente numa evolução mais positiva da procura interna, dinamizada por uma recuperação do investimento mas condicionada por uma evolução pouco dinâmica do consumo privado e por uma estagnação do consumo público.

Neste cenário, o sector bancário em Portugal continua a apresentar uma assinalável resiliência, que se traduz num comportamento positivo ao nível do volume de negócios, da rentabilidade e da eficiência. Não obstante, a instabilidade que grassa nos mercados financeiros permite perspectivar algumas dificuldades acrescidas no curto prazo.

Em 2007 mantém-se a tendência de aceleração do crédito interno, principalmente o crédito concedido a empresas não financeiras. Segundo dados do Banco de Portugal o crescimento anual do crédito ao sector não monetário, exceptuando a Administração Pública (ajustado pelos efeitos de titularização), registou um crescimento de 10,7% em Dezembro, valor que compara com 8,6% em Dezembro de 2006, reflectindo principalmente a evolução mais dinâmica do crédito às instituições financeiras não monetárias e às sociedades não financeiras, tendência idêntica à observada no ano anterior. O financiamento a particulares apresenta uma desaceleração (8,9% em Dezembro de 2007 face a 9,9% em Dezembro de 2006), principalmente na vertente habitação, que apresenta um crescimento de 8,5% em Dezembro de 2007, valor que compara com 9,9% em Dezembro de 2006. Por sua vez, o crédito ao consumo e a outros fins registou, segundo o Banco de Portugal, um crescimento homólogo de 11,1% em Dezembro de 2007 face a um crescimento de 10,1% em Dezembro de 2006.

Apesar da expansão do volume de crédito e do aumento da instabilidade e incerteza nos mercados financeiros, mantêm-se baixos os níveis de incumprimento que se fixaram, segundo dados do Banco de Portugal relativos ao primeiro semestre de 2007, em 1,3%.

Assistiu-se igualmente a uma evolução mais positiva na captação de depósitos. Os recursos de clientes registaram, segundo o Banco de Portugal, um crescimento homólogo de 5% em Junho de 2007. Esta progressão reflectiu uma alteração de estratégia na

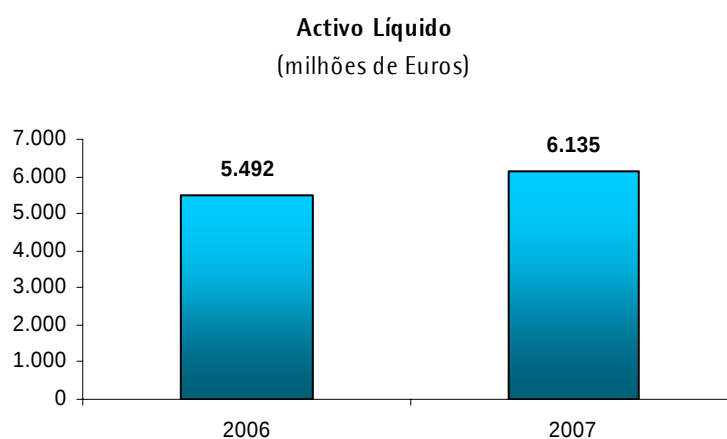
captação de recursos por parte da banca, numa altura em que se verifica uma menor apetência por produtos de desintermediação financeira, de que são exemplo os fundos de investimento. Em Dezembro de 2007, de acordo com o Boletim Estatístico de Banco de Portugal, o crescimento dos depósitos de particulares (residentes) tinha crescido, em termos homólogos, 8,1%, evolução que denota, do lado da oferta, uma estratégia mais agressiva com condições financeiras mais atractivas e, do lado da procura, uma preferência por produtos sem risco.

Neste contexto de acentuada concorrência, o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal) continua a implementar uma política comercial que incorpora um elevado grau de personalização e assessoria e que promove a distribuição de produtos de activo e de passivo inovadores, diferenciados e competitivos.

Actividade

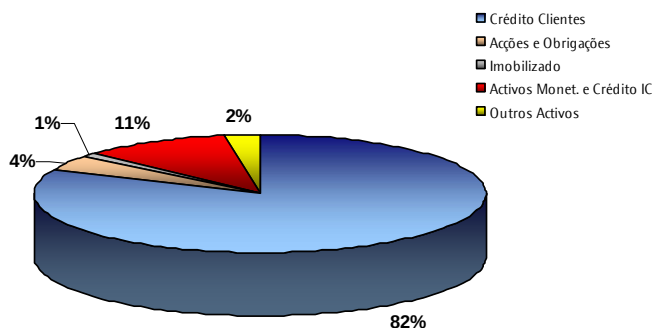
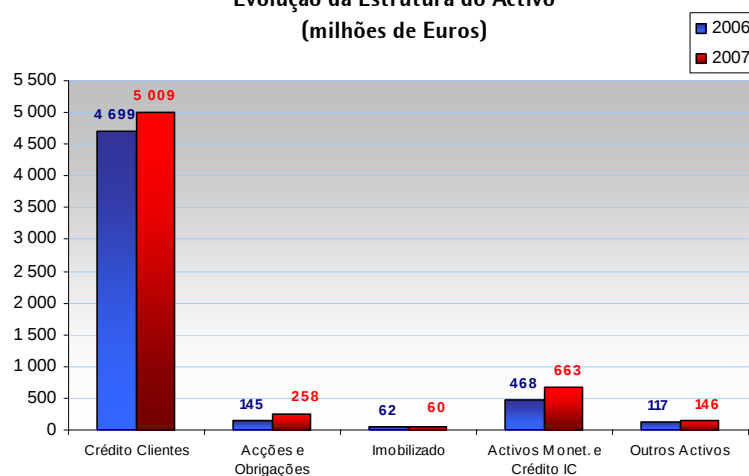
Activo

No final de 2007 o Activo Líquido consolidado do BBVA ascendia a 6.135 milhões de euros, o que traduz um acréscimo de 11.7% face ao ano anterior, mais 643 milhões de euros. No entanto, em base comparável (expurgando o efeito da venda no final do ano da BBVA – Instituição Financeira de Crédito), o crescimento foi de 17%.



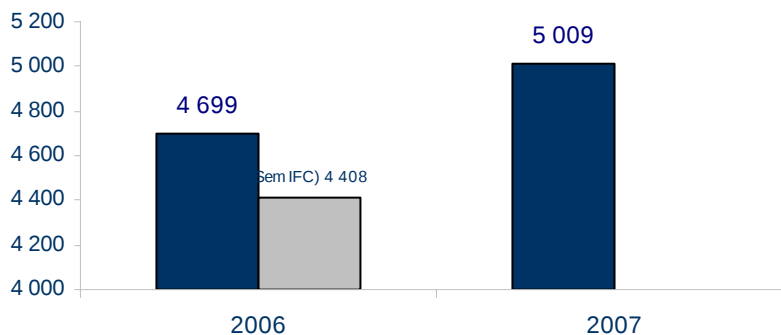
Este crescimento assenta essencialmente no comportamento da carteira de crédito, mais 310 M.€, das aplicações em instituições de crédito, mais 201 M.€ e da carteira de activos

financeiros disponíveis para venda, mais 102 M.€. Ao analisarmos a estrutura do Activo, 82% do seu valor corresponde a Crédito a Clientes, o que traduz uma diminuição do seu peso relativo em cerca de 4%. Evolução contrária sofreu a componente Acções e Obrigações, que passou a apresentar um peso relativo de 4%, face aos 3% do ano transacto. As Aplicações em Instituições de Crédito também sofreram um aumento significativo, mais 59%.

Estrutura do Activo - 2007

**Evolução da Estrutura do Activo
(milhões de Euros)**


Crédito a Clientes

O crédito concedido a clientes atingiu 5.009 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2007, registando um crescimento, em base comparável, de 13,6% face a idêntico período do ano anterior.

**Crédito a Clientes
(milhões de Euros)**


No quadro seguinte, que representa a repartição do crédito por segmentos, verifica-se que o Crédito a Empresas, que apresentou, em 2007, um crescimento de 9%, representa 58% do Crédito Total enquanto que o Crédito a Particulares, que contribui com 39% para a carteira de crédito, diminuiu 28M€, registando um decréscimo de 1,4%.

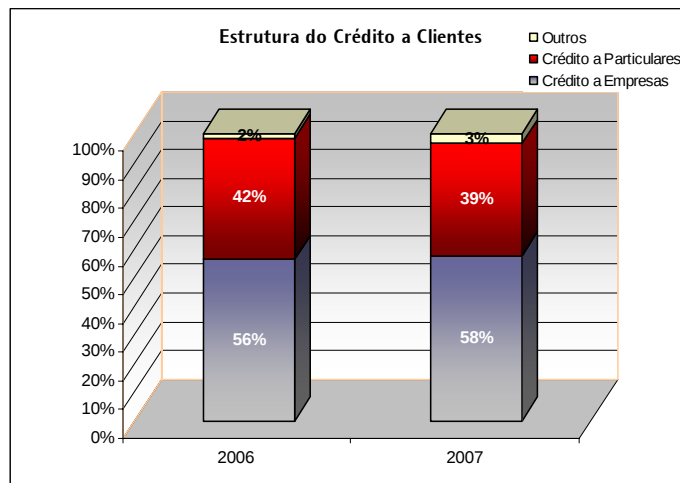
Numa base comparável, e expurgando o efeito da venda da IFC, o Crédito a Empresas cresceu 15% e o Crédito a Particulares cresceu 7%.

Unidade: milhares de euros

CRÉDITO POR SEGMENTOS	2007	%	2006	%	Var 07/06(%)
Crédito a Empresas	2.907.492	57,6	2.663.312	56,2	9,2
Crédito a Particulares	1.972.237	39,0	2.000.157	42,2	-1,4
• Crédito Habitação	1.752.534	34,7	1.565.739	33,0	11,9
• Outro Crédito a Particulares	219.703	4,3	434.418	9,2	-49,4
Outros Créditos	173.205	3,4	77.069	1,6	124,7
Total do Crédito (bruto)	5.052.934	100,0	4.740.538	100,0	6,6

No crédito a particulares, salienta-se, uma vez mais, o bom desempenho de um segmento considerado prioritário, o do crédito à habitação que, mercê de uma política comercial dinâmica e concorrencial, permite que este segmento apresente uma evolução superior à do mercado, aumentando 12% face a idêntico período do ano anterior e ascendendo a 1.752 milhões de euros em Dezembro de 2007. Este segmento representa 35% do crédito total concedido.

Beneficiando de condições mais flexíveis e adaptáveis a um enquadramento monetário mais restritivo, é visível o resultado positivo do esforço comercial direccionado para este segmento de crédito.



O crescimento do Crédito foi acompanhado por criteriosas políticas de concessão de crédito, permitindo que se continue a verificar uma redução do nível de sinistralidade, com o rácio de crédito vencido, calculado de acordo com a Carta Circular 99/03 de 5 de Novembro do Banco de Portugal, a diminuir de 0,59% em 2006 para 0,42% em 2007.

O montante de crédito vencido atingiu 21.002 milhares de euros em Dezembro de 2007. Este valor compara com 28.059 milhares de euros em idêntico período do ano anterior e traduz um decréscimo de 25%. O grau de cobertura de crédito vencido evoluiu de 147,1% no ano de 2006 para 209,9% em Dezembro de 2007. Estas variações são menos expressivas quando se elimina o efeito não recorrente da venda da IFC, ocorrida no final do ano de 2007. Considerando este efeito, o montante de crédito vencido em 2007 traduziria um decréscimo de 7% face ao ano anterior e, a mais de 90 dias, o decréscimo seria de 5%.

Unidade: milhares de euros

CRÉDITO E JUROS VENCIDOS	2007	2006	Var (%)
Crédito e juros vencidos	21.002	28.060	-25,2
Mais de 90 dias (a)	18.259	22.907	-20,3
Crédito Cobrança duvidosa reclassif. como vencido (b)	1.212	969	25,1
Crédito em incumprimento(a+b)	19.471	23.876	-18,5
Crédito vencido/Crédito total	0.42%	0.59%	-0,17%
Mais de 90 dias/Crédito total	0.36%	0.48%	-0,12%
Crédito em incumprimento/Crédito total	0.39%	0.50%	-0,11%
Cobertura do crédito vencido	209,9%	147,1%	62,8%
Cobertura do crédito vencido há mais 90 d.	241,4%	180,1%	61,3%
Cobertura do crédito em incumprimento	226,4%	172,8%	53,6%

Se considerarmos exclusivamente o crédito vencido há mais de 90 dias, estes indicadores passam, em 2007, para 0,36%, no que respeita ao rácio relativo ao crédito total e a 241,4% no que concerne ao rácio de cobertura.

Ao efectuar a análise do crédito concedido por prazo de vencimento verifica-se que 23% estão concentrados no escalão de prazo mais curto, até três meses, ou no prazo mais longo, onde a concentração é de 46%. A evolução verificada em 2007 face ao ano anterior traduz uma ligeira diminuição de concentração no prazo mais curto, mas apresenta um aumento de concentração mais notório no prazo mais longo, mais 2%. De referir igualmente que, no final de 2007, o crédito contratado a mais de um ano era 63% do total de crédito concedido.

Unidade: milhares de euros

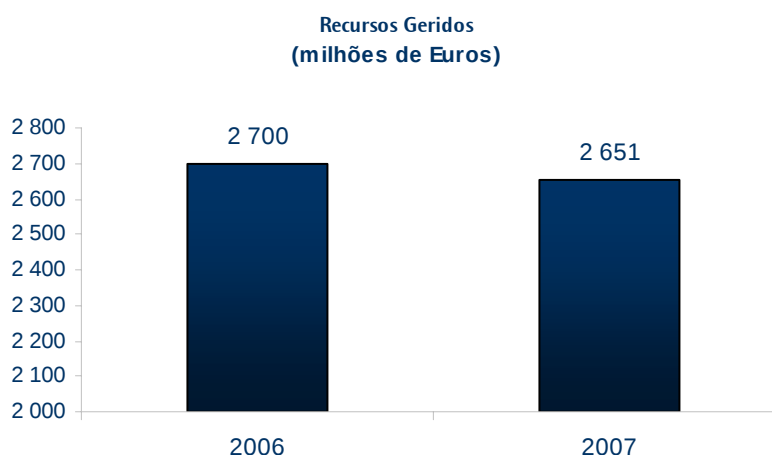
CRÉDITO POR PRAZO VENCIMENTO	2007	%	2006	%	Var (%)
Até 3 meses	1.172.126	23,2	1.216.718	25,7	-3,7
De 3 meses a 1 ano	671.525	13,3	601.957	12,7	11,6
De 1 a 5 anos	851.560	16,9	795.339	16,8	7,1
Mais de 5 anos	2.336.721	46,2	2.103.985	44,4	11,1
Vencidos	21.002	0,4	22.539	0,4	-6,8
Total do Crédito (bruto)	5.052.934	100,0	4.740.538	100,0	6,6

Recursos de Clientes

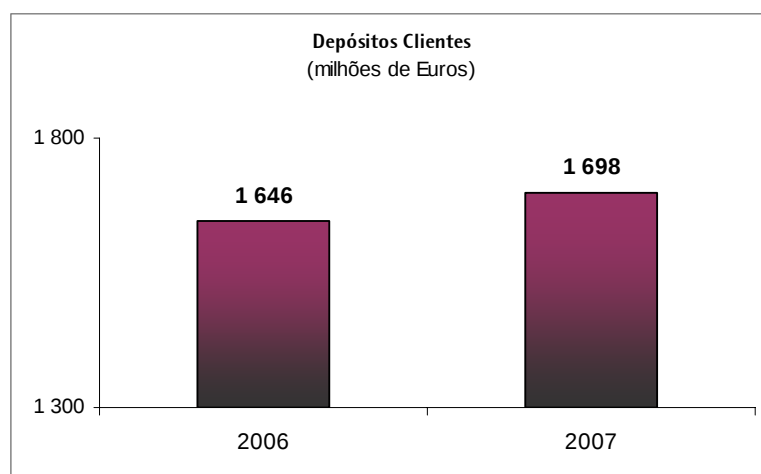
Os recursos totais de clientes (dentro e fora de balanço), apresentaram um comportamento ligeiramente negativo em 31 de Dezembro de 2007, -1,8%.

RECURSOS GERIDOS	2007	2006	VAR %
Depósitos de Clientes	1.697.726	1.645.637	3,2
Fundos de Investimento	602.375	730.186	-17,5
Outros Recursos fora de Balanço	350.726	324.595	8,1
Total de Recursos Geridos	2.650.827	2.700.418	-1,8

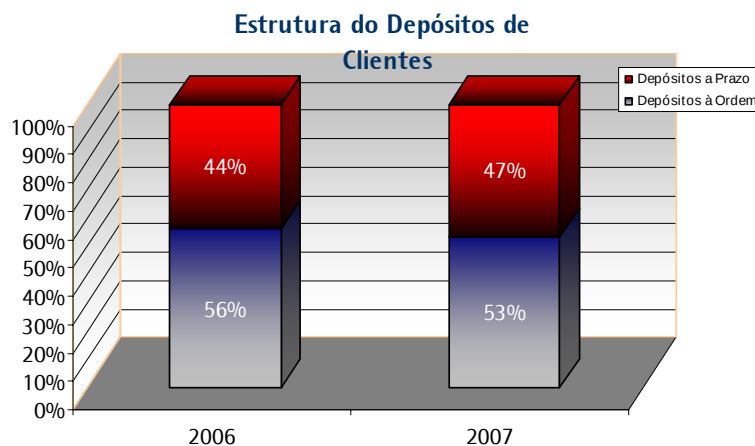
Penalizados pelo ambiente volátil e negativo dos mercados financeiros, os Fundos de Investimento apresentaram uma evolução negativa de 17,5%, não conseguindo os restantes recursos fora de balanço contrabalançar esta desaceleração.



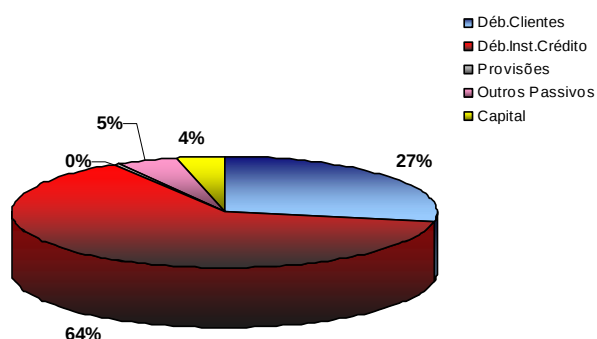
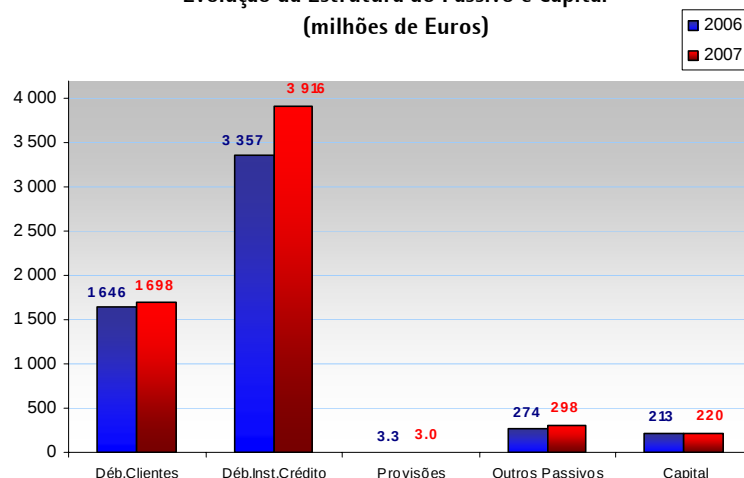
Já o comportamento dos Débitos para com Clientes foi marcado por alguma recuperação face ao ano anterior. Assim, em 31 de Dezembro de 2007, o valor dos Depósitos de Clientes atingia 1.698 milhões de euros, mais 52 milhões do que em 2006.



A evolução positiva dos Depósitos foi essencialmente suportada por um crescimento dos Depósitos Prazo, que apresentaram uma evolução positiva de 10%. Este comportamento traduz-se, quando se analisa a estrutura dos Depósitos, num aumento do peso relativo desta componente, que passou a representar 47% no total dos Depósitos. Os Depósitos à Ordem, componente com o peso mais importante nos Depósitos Totais, apresentaram um decréscimo de 2%.



Apesar de se ter verificado um aumento dos recursos obtidos de Clientes com expressão no balanço (Depósitos e Débitos representados por Títulos), o elevado crescimento do Crédito conduziu a que o rácio de transformação desses recursos registasse um valor de 295% em 2007.

Estrutura do Passivo e Capital – 2007

Evolução da Estrutura do Passivo e Capital (milhões de Euros)


Relativamente à estrutura de financiamento, os recursos provenientes de débitos junto de Instituições de Crédito representavam 64% do total de recursos (61% em 2006), seguidos pelos recursos provenientes de Depósitos de Clientes, que corresponderam a 28% do total (30% no período homólogo). O financiamento obtido por via das Instituições de Crédito foi efectuado quase totalmente por débitos a prazo, ou com pré-aviso, cerca de 99%.

Análise da Conta de Resultados

O ano de 2007, para o BBVA Portugal, caracterizou-se por um desempenho muito positivo, baseado num crescimento sustentado da evolução do crédito, apoiado por uma actividade comercial dinâmica, numa correcta política de gestão de taxas de juro e numa reestruturação interna, que se materializou numa contenção significativa de gastos e numa melhoria da eficiência.

A evolução dos resultados, que se fixaram em 23,8 milhões de euros, face aos 22 milhões de euros negativos do ano transacto, reflecte a consecução dos objectivos estratégicos delineados em 2006 e prosseguidos em 2007, que permitiram obter uma estrutura de recursos mais dinâmica, eficiente e racional.

Conta de Resultados	31-Dez-07	31-Dez-06	Abs	Δ%
(+) Juros e rendimentos similares	308 544	202 823	105 721	52.1%
(-) Juros e encargos similares	229 916	132 654	97 262	73.3%
(=) Margem Financeira	78 628	70 169	8 459	12.1%
(+) Rend. de Capital (Dividendos)	396	347	49	14.2%
(+) Result.Serviços e Comissões	34 402	34 442	-40	-0.1%
(+) Outros Resultados Exploração	24 754	13 359	11 395	85.3%
(=)Produto Bancário	138 180	118 317	19 863	16.8%
(-) Custos c/ Pessoal e Administrativo	91 266	122 162	-30 897	-25.3%
(-) Amortizações	4 571	4 704	-134	-2.8%
(-) Provisões e Imparidade	17 828	12 518	5 310	42.4%
(=) Resultado Bruto antes de Impostos	24 516	-21 068	45 583	n.a
(-) Impostos s/lucros	-911	-140	-771	550.2%
(-) Impostos correntes	3 599	1 865	1 734	93.0%
(-) Impostos diferidos	-4 510	-2 005	-2 505	124.9%
(=)Resultado Líquido	25 426	-20 927	46 354	n.a
(-)Interesses Minoritários	1 600	1 119	481	42.9%
(=)Resultado Atribuível	23 826	-22 047	45 873	n.a

Margem Financeira

A expansão do crédito conjugada com uma adequada política de gestão de taxas de juro activas e passivas, permitiram que a Margem Financeira atingisse um valor de 78,6 Milhões de euros, o que representa um acréscimo de 12,1% relativamente ao ano anterior.

Comissões

As comissões, que ascenderam a 34,4 Milhões de euros, apresentaram um valor ligeiramente inferior ao do ano anterior, -0,1%.

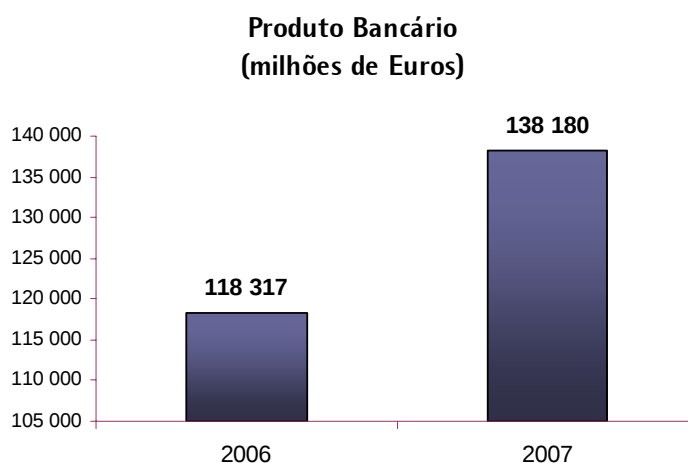
Unidade: milhares de euros

COMISSÕES LÍQUIDAS	2007	%	2006	%	Var (%)
De Operações de Crédito	2.591	7,5	2.684	7,8	-3,5
De Garantias e Avals	242	0,7	1.222	3,5	-80,2
De Cobrança e Pagamento	6.434	18,7	5.351	15,5	20,2
De Gestão de Activos	14.690	42,7	15.872	46,1	-7,5
De Manutenção de Contas	5.397	15,7	5.062	14,7	6,6
Outras	5.048	14,7	4.251	12,4	18,7
Total	34.402	100,0	34.442	100,0	-0,1

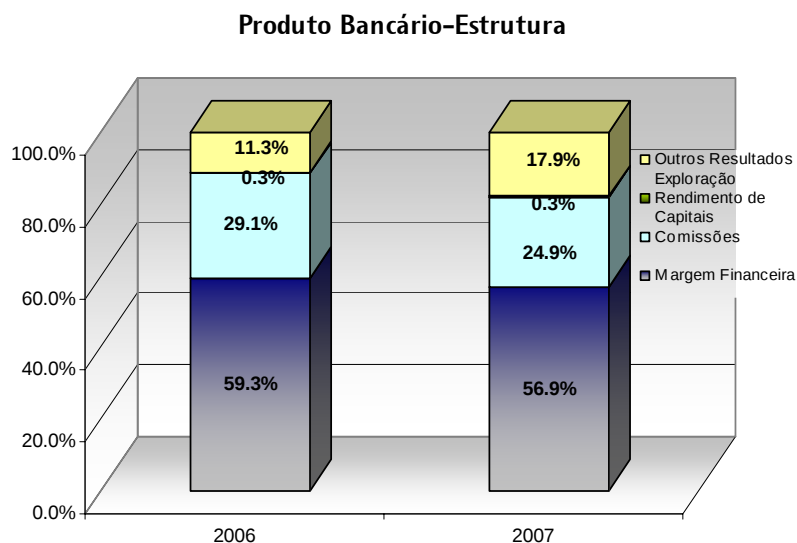
Ao analisar a composição das comissões salienta-se o bom comportamento das comissões de Cobrança e Pagamento que, representando 19% do total das comissões, cresceram 20% e a progressão das comissões de Manutenção de Contas, que aumentaram 7% e representam 16% das comissões totais. Esta progressão não foi, no entanto, suficiente para compensar a redução das comissões de Gestão de Activos que, sendo a parcela mais importante das comissões, caíram 8%.

Produto Bancário

O Produto Bancário ascendeu a 138.180 milhares de euros, valor que representa uma evolução positiva de 16,8% face a 2006.

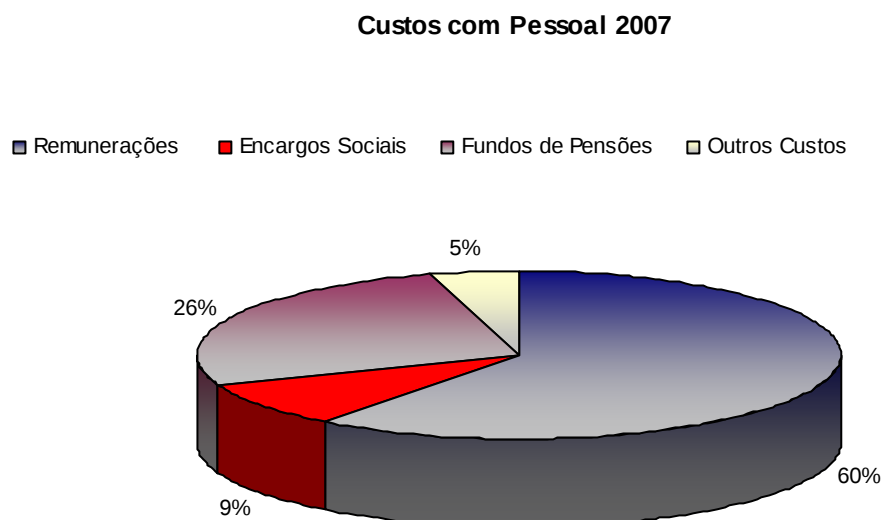


Para esta evolução contribuiu essencialmente o comportamento da componente Margem Financeira, cujo peso relativo, ao nível da estrutura continua a ser significativo. Importa igualmente mencionar o contributo dos Outros Resultados de Exploração que, com mais 11,4 Milhões de euros face ao período homólogo, beneficiaram da alienação da participação do BBVA na BBVA Instituição Financeira de Crédito, S.A..



Custos de Estrutura

Os Custos de estrutura elevaram-se a 95,8 Milhões de euros, menos 24,5% do que em 2006. Apesar de ter prosseguido o processo de reorganização do quadro de colaboradores, ocorreram menos reformas antecipadas no que no ano anterior.



Os custos com pessoal, influenciados por um número inferior de reformas antecipadas, diminuíram 27,3 milhões de euros, ascendendo a 59,3 milhões de euros, valor que compara com 86,6 milhões de euros dispendidos em 2006. A parte correspondente a remunerações voltou a ser a componente mais significativa, representando 60% do total dos custos de pessoal no final de 2007.

Mercê de uma política de racionalização e contenção de gastos, os Outros Custos Administrativos totalizaram 31,9 milhões de euros, menos 10,2% do que o valor registado em igual período do ano anterior.

Unidade: milhares de euros

OUTROS CUSTOS ADMINISTRATIVOS	2007	%	2006	%	Var (%)
Fornecimento de Terceiros	2.199	6.8	2.163	6,1	1.7
Rendas e Alugueres	3.994	12.5	3.756	10,6	6.3
Comunicações e Despesas .Expedição	3.750	11.7	4.003	11,3	-6.3
Deslocações Estrangeiro e Representação	1.408	4.4	1.687	4,7	-16.5
Publicidade e Publicações	2.413	7.6	3.457	9,7	-30.2
Avenças e Honorários	1.539	4.8	1.746	4,9	-11.9
Conservação e Reparação	1.362	4.3	1.366	3,9	-0.3
Seguros	2.285	7.2	1.117	3,1	104.5
Judiciais, Contencioso,Notariado	727	2.3	1.112	3,1	-34.6
Outros serviços de Terceiros	12.270	38.4	15.161	42,6	-19.1
Total	31.947	100	35.568	100,0	-10.2

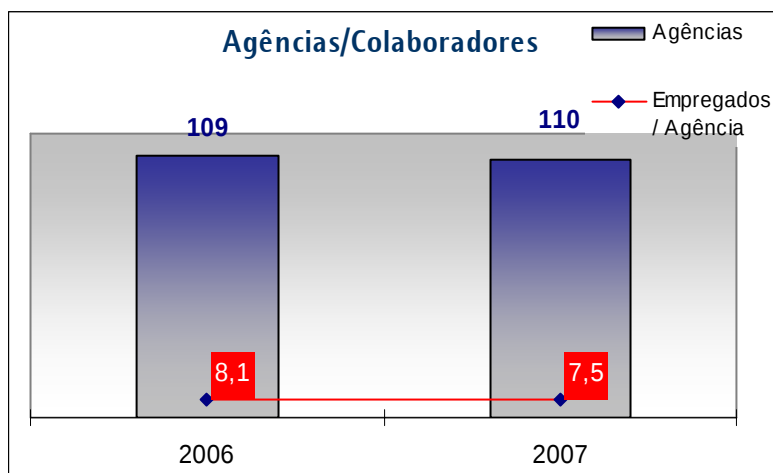
A diminuição dos Custos de Estrutura reflectiu-se positivamente no rácio de eficiência, entendido como a percentagem do produto bancário consumida pelos referidos custos , que se fixou em 69,4%. Não considerando os gastos com Amortizações, este rácio seria de 66%.

Unidade: milhares de euros

CUSTOS DE ESTRUTURA	2007	%	2006	%	Var (%)
Custos com Pessoal (a)	59.318	61.9	86.595	68.3	-31.5
Outros Custos Administrativos (b)	31.947	33.3	35.568	28.0	-10.2
Custos de Funcionamento (a+b)	91.265	95.2	122.163	96.3	-25.3
Amortizações (c)	4.571	4.8	4.704	3.7	-2.8
Custos de Estrutura (a+b+c)	95.836	100.0	126.867	100,0	-24.5
Custos de Pessoal em % Produto Bancário (*)	42.9%		73,2%		
Custos de Funcionamento em % Produto Bancário	66.0%		103,3%		
Custos de Estrutura em % Produto Bancário (*)	69.36%		107,2%		

(*) calculado de acordo com a instrução nº16/2004,

A política de reestruturação de recursos humanos traduziu-se numa diminuição de 54 funcionários, fixando o seu número, no final de 2007, em 830, o que implicou um ligeiro decréscimo do número de colaboradores por Agência.



O Resultado Líquido em 2007 ascende a 23.8 milhões de euros, o que representa um crescimento de 45,9 milhões de euros face a 2006. Este expressivo desempenho resulta do sucesso da reforma empreendida no ano anterior, que permitiu a otimização dos

recursos disponíveis, modernizando procedimentos e estruturas e aproveitando sinergias de grupo.

A rendibilidade bruta média dos capitais próprios (ROE), em termos anualizados, foi de 11,4%, valor que compara com -10,74% no período homólogo. Por sua vez, a Rendibilidade bruta do Activo médio (ROA) foi de 0,42% em 2007 face a -0,41% em 2006.

Seguindo a Instrução Nº 16/2004 do Banco de Portugal, os indicadores de rendibilidade em Dezembro de 2007 e os correspondentes ao período homólogo do ano anterior, são os seguintes:

RENDIBILIDADE	%	
	2007	2006
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Capitais Próprios Médios	11.44	-10,74
Produto Bancário / Activo Líquido Médio	2.38	2,32
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Activo Líquido Médios	0.42	-0,41

O exercício de 2007 alicerçou-se na prossecução e aperfeiçoamento da estratégia de crescimento sustentado, assente em ganhos consistentes de eficiência e na melhoria substantiva de rendibilidade.

Este percurso continuará em 2008, centrado num reforço da dinâmica comercial, num compromisso de qualidade e criação de valor e numa contínua procura de optimização de desempenho.

9.

Reconhecimento Público

9. Reconhecimento Público

Às pessoas e entidades que permitiram a consecução das metas e objectivos definidos para este exercício, nomeadamente às autoridades Monetárias e Financeiras, aos nossos clientes, a todos os quadros e colaboradores, assim como aos restantes titulares dos Órgãos Sociais, quer o Conselho de Administração deixar expressos os seus agradecimentos pela colaboração dispensada.

O Conselho de Administração

Lisboa, 13 de Fevereiro de 2008

10.

Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

10. Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

Informação sobre os accionistas

De acordo com os Artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se seguidamente a relação dos titulares de acções da Sociedade que fazem parte dos Órgãos Sociais:

Accionista: José Eduardo Vera Cruz Jardim

Nº de Acções Detidas : 50

Órgão Social: Presidente do Conselho de Administração

O referido accionista não é detentor de qualquer obrigação emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. e manteve constante, após a sua aquisição e até ao final do exercício de 2007, a sua posição de accionista.

De acordo com o ponto 4 do referido Artigo 448º, informa-se que o accionista BBVA Luxinvest, S.A. é detentor de 199.046.899 acções, correspondendo a 90,47586% do capital social da sociedade e que o accionista Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. é detentor de 20.952.951 acções, correspondendo a 9,52407% do capital social da sociedade.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVO	Notas	2007			2006	PASSIVO E CAPITAL	Notas	2007	2006
		Activo bruto	Imparidade e amortizações	Activo líquido					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	78.947	-	78.947	59.388	Passivos financeiros detidos para negociação	8	60.287	19.605
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	43.637	-	43.637	69.188	Recursos de outras instituições de crédito	19	3.916.047	3.356.785
Activos financeiros detidos para negociação	7	74.935	-	74.935	33.011	Recursos de clientes e outros empréstimos	20	1.697.726	1.645.637
Activos financeiros disponíveis para venda	10	214.546	(630)	213.916	112.393	Derivados de cobertura	8	24.154	15.603
Aplicações em instituições de crédito	11	540.387	-	540.387	339.603	Provisões	21	3.024	3.331
Crédito a clientes	12	5.052.934	(44.080)	5.008.854	4.699.277	Passivos por impostos correntes	16	805	764
Derivados de cobertura	8	18.194	-	18.194	10.611	Passivos por impostos diferidos	16	168	271
Activos não correntes detidos para venda	13	10.009	(2.237)	7.772	6.877	Outros passivos subordinados	22	170.027	144.731
Outros activos tangíveis	14	136.245	(77.460)	58.786	60.488	Outros passivos	23	42.933	92.853
Activos intangíveis	15	3.823	(2.678)	1.145	1.373	Total do passivo		5.915.171	5.279.580
Activos por impostos correntes	16	339	-	339	352	Capital	25	220.000	220.000
Activos por impostos diferidos	16	32.876	-	32.876	29.750	Prémios de emissão	25	7.008	7.008
Outros activos	17	59.930	(4.239)	55.691	69.812	Reservas de reavaliação	26	1.841	2.906
						Outras reservas e resultados transitados	26	(32.369)	(10.968)
						Resultado do exercício atribuível aos accionistas do Banco	26	23.826	(22.047)
						Interesses minoritários	27	1	15.644
						Total do capital		220.307	212.543
Total do Activo		6.266.802	(131.324)	6.135.478	5.492.123	Total do passivo e do capital		6.135.478	5.492.123

O Anexo faz parte integrante destes balanços.




BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Nota	2007	2006
Juros e rendimentos similares	28	308.544	202.823
Juros e encargos similares	29	(229.916)	(132.654)
Margem financeira		78.628	70.169
Rendimentos de instrumentos de capital	30	396	347
Rendimentos de serviços e comissões	31	41.898	39.970
Encargos com serviços e comissões	31	(7.496)	(5.528)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	32	1.196	1.741
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	33	(156)	27
Resultados de reavaliação cambial	34	880	939
Resultados de alienação de outros activos	35	144	448
Outros resultados de exploração	36	22.690	10.204
Produto bancário		138.180	118.317
Custos com pessoal	37	(59.318)	(86.595)
Gastos gerais administrativos	38	(31.947)	(35.568)
Amortizações do exercício	14 e 15	(4.571)	(4.704)
Provisões, líquidas de reposições e anulações	21	(1.504)	(2.679)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	21	(15.074)	(6.034)
Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações	21	(34)	-
Imparidade de outros activos, líquida de reversões e recuperações	21	(1.216)	(3.805)
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários		24.516	(21.068)
Impostos sobre lucros			
Correntes	16	(3.599)	(1.865)
Diferidos	16	4.509	2.005
		910	140
Resultado consolidado antes de interesses minoritários		25.426	(20.928)
Interesses minoritários	27	(1.600)	(1.119)
Resultado líquido consolidado do exercício atribuível aos accionistas do Banco		23.826	(22.047)

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.




BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2007	2006
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de juros e comissões	353.049	236.293
Pagamentos de juros e comissões	(225.218)	(134.036)
Pagamentos ao pessoal, fundo de pensões e fornecedores	(129.824)	(122.256)
(Pagamento) / recebimento de imposto sobre o rendimento	(3.642)	(2.162)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional	14.145	42.008
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	8.509	19.847
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais:		
Activos financeiros detidos para negociação e derivados de cobertura	(41.924)	(18.127)
Activos financeiros disponíveis para venda	(100.843)	(963)
Aplicações em instituições de crédito	(201.527)	99.738
Crédito a clientes	(622.515)	(853.620)
Activos não correntes detidos para venda	(1.782)	(366)
Outros activos	(5.385)	(6.652)
	(973.976)	(779.990)
Aumentos / (diminuições) de passivos operacionais:		
Passivos financeiros detidos para negociação e derivados de cobertura	40.682	(3.591)
Recursos de outras instituições de crédito	800.921	1.001.010
Recursos de clientes e outros empréstimos	51.401	(372.962)
Outros passivos	8.289	(1.181)
	901.293	623.276
Caixa líquida das actividades operacionais	(64.174)	(136.867)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Aquisições e alienações de activos tangíveis e intangíveis	(4.357)	(6.941)
Alienação da participação na BBVA - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	27.358	-
Recebimentos de dividendos	396	347
Caixa líquida das actividades de investimento	23.397	(6.594)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Aumento de capital	-	59.760
Empréstimos subordinados	26.000	75.000
Caixa líquida das actividades de financiamento	26.000	134.760
Aumento / (diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	(14.776)	(8.701)
Caixa e seus equivalentes no início do período	128.576	137.277
Caixa e seus equivalentes da BBVA - Instituição de Crédito, S.A. em 31 de Dezembro de 2006	(8.784)	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	122.584	128.576

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

50
22

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Nota	Capital	Prêmios de emissão	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados transitados		Resultado do exercício	Interesses minoritários	Total	
					Reservas	Resultados transitados				Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2005 - Pró-forma - IAS/IFRS	41	160.000	7.008	2.743	23.344	(45.220)	(21.876)	11.148	14.577	173.600
Aumento de capital	25	60.000	-	-	-	(240)	(240)	-	-	59.760
Aplicação do lucro do exercício de 2005:										
Transferência para reservas e resultados transitados		-	-	-	935	10.213	11.148	(11.148)	-	-
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda:										
Acrécimos		-	-	236	-	-	-	-	-	236
Efeito fiscal	16	-	-	(72)	-	-	-	-	-	(72)
Aquisição da Invesco Management nº 1, S.A.		-	-	-	-	-	-	-	(52)	(52)
Outros		-	-	(1)	-	-	-	-	-	(1)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	(22.047)	1.119	(20.928)
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	41	220.000	7.008	2.906	24.279	(35.247)	(10.968)	(22.047)	15.644	212.543
Aplicação do lucro do exercício de 2005:										
Transferência para resultados transitados		-	-	-	-	(22.047)	(22.047)	22.047	-	-
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda:										
Diminuições		-	-	(586)	-	-	-	-	-	(586)
Efeito fiscal	16	-	-	155	-	-	-	-	-	155
Alienação da BBVA - Instituição Financeira de Crédito, S.A.		-	-	-	-	-	-	-	(17.243)	(17.243)
Outros		-	-	(634)	-	646	646	-	-	12
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	23.826	1.600	25.426
Saldo em 31 de Dezembro de 2007		220.000	7.008	1.841	24.279	(56.648)	(32.369)	23.826	1	220.307

O Anexo faz parte integrante desta demonstração.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. (BBVA Portugal ou Banco) foi constituído por escritura pública em 1991, tendo iniciado a sua actividade em 28 de Junho de 1991. O Banco está autorizado a operar de acordo com as normas aplicáveis à actividade bancária em Portugal.

O BBVA Portugal dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, em todos os sectores da economia, na sua maior parte sob a forma de concessão de empréstimos ou em títulos, prestando ainda outros serviços bancários no País e no estrangeiro.

O BBVA Portugal dispõe de uma rede nacional de 109 balcões. Mantém também três sucursais na Madeira (duas sociedades financeiras exteriores e uma sociedade financeira internacional).

O Banco participa ainda, directa e indirectamente, no capital de um conjunto de empresas, nas quais detém posições maioritárias (Nota 3). Estas empresas constituem o Grupo BBVA Portugal.

Conforme indicado na Nota 25, o Banco é integralmente detido pelo Grupo BBVA.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2007 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foram preparadas com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e das disposições do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro.

As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2006 foram as primeiras apresentadas pelo Grupo BBVA Portugal de acordo com as IAS/IFRS.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, o Grupo BBVA Portugal apresentou as suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 9/2005 e nº 23/2004, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 3 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

Os impactos de transição para as IFRS são apresentados na Nota 41.

2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco e as das entidades controladas directamente e indirectamente pelo Grupo (Nota 3).

A nível das empresas participadas, são consideradas “filiais” aquelas nas quais o Banco exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A consolidação das contas das empresas filiais foi efectuada pelo método da integração global. As transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas filiais é apresentado na rubrica "Interesses minoritários", do capital próprio.

O resultado consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do Banco e das empresas filiais, na proporção da respectiva participação efectiva, após os ajustamentos de consolidação, incluindo, entre outros, a eliminação de dividendos recebidos e de mais e menos-valias geradas em transacções entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

2.3. Concentrações de actividades empresariais e "goodwill"

As aquisições de filiais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos activos entregues e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção de controlo sobre a entidade adquirida, acrescido de custos incorridos directamente atribuíveis à operação. Na data de aquisição, os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – "Concentrações de actividades empresariais" são registados pelo respectivo justo valor.

O goodwill corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição de uma filial e a percentagem efectiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respectivos activos, passivos e passivos contingentes. O goodwill é registado como um activo, não sendo objecto de amortização. No entanto é objecto de testes de imparidade com uma periodicidade mínima anual.

Até 1 de Janeiro de 2004, e conforme permitido pelas políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o goodwill era totalmente anulado por contrapartida de reservas no ano de aquisição das participações. De acordo com o permitido pela Norma IFRS 1, o Grupo não efectuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o goodwill gerado em operações ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 permanece registado em reservas.

2.4. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

As contas consolidadas são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que opera o Grupo BBVA Portugal (denominada "moeda funcional"), nomeadamente o Euro.

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transacção. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Euros com base na taxa de câmbio em vigor.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

2.5. Instrumentos financeiros

a) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os activos financeiros são classificados no reconhecimento inicial numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui activos financeiros detidos para negociação, os quais incluem essencialmente títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos a partir de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, nas rubricas de “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”. Os juros são reflectidos nas rubricas apropriadas de “Juros e rendimentos similares”.

ii) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, e não incluídos na categoria de activos financeiros acima referida. Esta categoria inclui crédito concedido a clientes, valores a receber de outras instituições financeiras e valores a receber pela prestação de serviços.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui títulos de rendimento variável e fixo não classificados como activos ao justo valor através de resultados, incluindo participações financeiras com carácter de estabilidade, bem como outros instrumentos financeiros aqui registados no reconhecimento inicial e que não se enquadrem nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39 acima descritas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, na "Reserva de justo valor". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício.

Os dividendos de instrumentos de capital próprio classificados nesta categoria são registados como proveitos na demonstração de resultados quando é estabelecido o direito do Grupo BBVA Portugal ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros enquadrados nas categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são registados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor de activos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Cotações fornecidas por um órgão independente da função de negociação do Grupo BBVA em Madrid. São fornecidos por esse órgão preços (*bid prices*) difundidos através de meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis em transacções recentes e preços gerados por modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação ao respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros detidos para negociação

Os passivos financeiros detidos para negociação correspondem a instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, os quais se encontram reflectidos pelo justo valor.

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de outras instituições de crédito e de clientes e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado.

c)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Derivados e contabilidade de cobertura

O Banco realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nocional.

Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os instrumentos financeiros derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com o contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor, com as variações no justo valor reflectidas em resultados.

Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objectivo de cobertura da exposição do Banco a um determinado risco inerente à sua actividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização do conceito de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, está sujeita ao cumprimento das regras definidas na Norma IAS 39.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o Banco apenas utiliza coberturas de exposição à variação do justo valor dos instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas “Coberturas de justo valor”.

Para todas as relações de cobertura, o Banco prepara no início da operação documentação formal, que inclui os seguintes aspectos:

- Objectivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas pelo Banco;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Mensalmente, são efectuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efectuados testes de eficácia prospectivos, de forma a demonstrar a expectativa da eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados mensalmente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, o Banco reflecte igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto. O impacto destas valorizações é reflectido em rubricas de “Resultados em activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”. No caso de derivados que tenham associada uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são reflectidos em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”, da demonstração de resultados.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no activo e passivo, respectivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são reflectidas nas rubricas onde se encontram registados esses activos e passivos.

Derivados de negociação

São considerados derivados de negociação todos os instrumentos financeiros derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes de acordo com a Norma IAS 39, incluindo:

- Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não constituem coberturas eficazes ao abrigo da Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objectivo de “trading”.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. O impacto destas valorizações é reflectido em rubricas de “Resultados em operações financeiras”. No caso de derivados que tenham associada uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são reflectidos em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”, da demonstração de resultados.

d) Imparidade de activos financeiros

Crédito a clientes

A imparidade estimada resulta da diferença entre o valor de balanço dos créditos e o respectivo cash-flow esperado actualizado, sendo utilizadas as taxas de juro em vigor dos créditos para efeitos do desconto financeiro.

O cálculo das perdas por imparidade foi efectuado segundo duas metodologias complementares, existindo operações de crédito sujeitas a análise individual e operações de crédito sujeitas a análise colectiva.

Na análise individual foram incluídas as operações de clientes em Contencioso cuja responsabilidade pelo acompanhamento é da Área de Recuperações.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Para as operações sujeitas a análise individual, a expectativa de recuperação futura foi apurada pela Área de Recuperações. O cálculo do cash-flow esperado das operações incide sobre o somatório dos cash-flow's estimados futuros, incluindo os relativos a operações vencidas, corrigidos por factores de recuperação esperados e tendo em conta o período estimado de recuperação (meses), descontados à taxa de juro actual dos contratos.

As operações não incluídas na análise individual, bem como as operações para as quais não sejam apuradas perdas por imparidade na análise individual, são analisadas de forma colectiva. Para estas é calculado o cash-flow esperado actualizado, tendo por base comportamentos históricos de incumprimento.

Para este efeito, a carteira de crédito concedido foi segmentada em onze grupos de clientes, nomeadamente:

- Crédito à habitação;
- Crédito ao consumo com finalidade específica, incluindo cartões de crédito;
- Crédito ao consumo – Outros fins;
- Crédito concedido através da Banca Corporativa;
- Crédito concedido através da Banca Comercial, excluindo crédito à habitação e crédito ao consumo;
- Crédito concedido através da Banca Hipotecária;
- Leasing;
- Garantias e avales prestados;
- Créditos documentários;
- Banca Institucional; e
- Instituições Financeiras.

A evidência de imparidade no Grupo BBVA Portugal está relacionada com a observação de diversos eventos de perda, de entre os quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor;
- Ocorrência de alterações adversas, por exemplo:
 - . Das condições e/ou capacidade de pagamento; e
 - . Das condições económicas do sector no qual o devedor se insere, com impacto na capacidade de cumprimento das suas obrigações.

As perdas por imparidade para os clientes sem incumprimento correspondem ao produto entre a probabilidade de incumprimento (PI) e o montante correspondente à diferença entre o valor de balanço dos respectivos créditos e o valor actualizado dos cash-flows dessas operações. A PI corresponde à probabilidade de uma operação ou cliente entrar numa situação de incumprimento durante um determinado período de emergência. Este período equivale ao tempo que decorre entre a ocorrência de um evento originador de perdas e o momento em que a existência desse evento é percebida pelo Grupo ("Incurred but not reported"). O Grupo BBVA Portugal considerou um período de emergência de 12 meses, no caso de crédito concedido a empresas e de 6 meses no caso de crédito concedido a particulares.

Se existir evidência de que o Grupo BBVA Portugal incorreu numa perda por imparidade em crédito e outros valores a receber, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor de balanço desses activos e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro original do activo ou activos financeiros. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Quando num período subsequente se registre uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o montante previamente reconhecido é revertido, sendo ajustada a conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Periodicamente, o Grupo BBVA Portugal abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da respectiva imparidade acumulada. Em caso de eventual recuperação dos referidos créditos, esta é reconhecida como dedução às perdas por imparidade reconhecidas na demonstração dos resultados, na rubrica de "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações".

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.5. a), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas directamente em capital próprio, na "Reserva de justo valor".

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na Reserva de justo valor devem ser transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade.

Para além dos indícios de imparidade definidos para activos registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em activos de rendimento variável:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera, e que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio prolongado e significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

As perdas por imparidade em activos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na Reserva de justo valor.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital próprio não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo BBVA Portugal efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem ser revertidas.

2.6. Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes, ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica é assegurado o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda é elevada;
- O activo está disponível para venda imediata no seu estado actual;

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica.

Os activos registados nesta rubrica são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações de peritos independentes, não sendo sujeitos a amortizações.

2.7. Outros activos tangíveis

Encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

O Banco procedeu a reavaliações de imóveis e de equipamento ao abrigo do Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro, e do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro. Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, foram registados passivos por impostos diferidos referentes a reavaliações de activos tangíveis não aceites fiscalmente no montante de 168 mEuros e 191 mEuros, respectivamente.

O aumento do valor líquido do imobilizado que resultou destas reavaliações foi registado na rubrica "Reservas de reavaliação". O valor líquido resultante das reavaliações efectuadas só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

As amortizações são calculadas e registadas em custos do exercício numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é, de acordo com as taxas máximas fiscalmente aceites:

	<u>Anos de vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4
Mobiliário e material	8 - 10
Máquinas e ferramentas	5 - 8
Instalações interiores	5 - 10
Equipamento de segurança	8 - 10
Material de transporte	4

Os terrenos não são objecto de amortização.

Periodicamente são realizadas análises de evidência de imparidade em activos tangíveis de acordo com a Norma IAS 36 – "Imparidade de activos". Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

O Grupo BBVA Portugal avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os activos tangíveis.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

2.8. Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados, por igual montante, no activo e no passivo, processando-se as correspondentes amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados na rubrica "Juros e encargos similares".

2.9. Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do Grupo BBVA Portugal. Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

2.10. Impostos sobre lucros

Todas as empresas do Grupo BBVA Portugal são tributadas individualmente, e as com sede em Portugal estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC).

A Sucursal Financeira Exterior da Madeira beneficia, ao abrigo do artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, de acordo com o disposto no artigo 33º A do Estatuto dos Benefícios Fiscais, considera-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global da entidade é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais. No entanto, não são registados impostos diferidos nas seguintes situações:

- Diferenças temporárias resultantes de goodwill;
- Diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável;
- Diferenças tributárias dedutíveis resultantes de lucros não distribuídos por empresas filiais e associadas, na medida em que o Grupo BBVA Portugal tenha a possibilidade de controlar a sua reversão e seja provável que a mesma não venha a ocorrer num futuro previsível.

Em 31 de Dezembro de 2007, dado existirem dividas quanto à sua recuperabilidade, não foram registados activos por impostos diferidos no montante de 2.212 mEuros relativos a prejuízos fiscais reportáveis (Nota 16).

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Grupo BBVA Portugal correspondem a Imparidades não aceites para efeitos fiscais, prejuízos fiscais reportáveis, diferimento de comissões e valores associados às responsabilidades com pensões.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

2.11. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências fiscais, legais e outras.

2.12. Benefícios a empregados

O Banco e a BBVA Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. subscreveram o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o sector bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

Os trabalhadores da BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. estão inscritos na Segurança Social. Para além disso, a BBVA Fundos assumiu o compromisso pelo pagamento de complementos de pensões de reforma aos seus trabalhadores.

A BBVA Leasimo – Sociedade de Locação Financeira, S.A. não subscreveu o ACTV, não tendo responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma ou de complementos de pensões.

As pensões pagas ao abrigo do ACTV são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores e da retribuição constante da tabela do ACTV para a categoria profissional do trabalhador à data da reforma, sendo actualizadas anualmente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As responsabilidades com benefícios a empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores.

A cobertura das responsabilidades é efectuada através do valor patrimonial do Fundo de Pensões Grupo BBVA (Portugal), do Fundo de Pensões Credit (Portugal), e de contratos de rendas vitalícias celebrados entre o Banco e a Gan Portugal Vida. O valor actual dos contratos de rendas vitalícias é determinado pela BBVA Fundos utilizando pressupostos actuariais iguais aos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões.

O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual utilizando o método “Unit Credit Projected”, e pressupostos actuariais considerados adequados (ver Nota 18). A taxa de desconto utilizada na actualização das responsabilidades reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas em Euros, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades com pensões.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado dos fundos de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são diferidos numa rubrica de activo ou passivo (“corredor”), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor dos fundos de pensões, dos dois o menor, reportados ao final do ano corrente. Caso os ganhos e perdas actuariais excedam o valor do corredor, deverá ser reconhecido em resultados, no mínimo, um montante correspondente ao referido excesso dividido pelo diferencial entre a idade média dos colaboradores no activo e a idade normal de reforma considerada no estudo actuarial.

Estas responsabilidades incluem os encargos com os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) e o subsídio por morte.

Na data de transição, foi adoptada a possibilidade permitida pelo IFRS 1, de não recalculer os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos (opção normalmente designada por “reset”).

O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado, bem como a amortização de ganhos e perdas actuariais, é reflectido pelo valor líquido na rubrica apropriada de “Custos com pessoal”.

As responsabilidades com benefícios a empregados assumidas pela BBVA Fundos são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores. Adicionalmente, os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados nas avaliações e os valores efectivamente verificados, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são integralmente reconhecidos em capitais próprios no exercício em que são gerados, sendo registados na demonstração dos ganhos e perdas reconhecidos, de acordo com o tratamento alternativo previsto na adenda ao IAS 19 publicada em Novembro de 2005.

Outros benefícios de longo prazo

O BBVA Portugal tem ainda outras responsabilidades por benefícios de longo prazo a trabalhadores, incluindo responsabilidades com prémios de antiguidade a pagar aos empregados que completem quinze, vinte e cinco e trinta e cinco anos de serviço efectivo, de acordo com o previsto na cláusula 150º do ACTV.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais. No entanto, tal como previsto na Norma IAS 19, os ganhos e perdas actuariais não podem ser diferidos, sendo integralmente reflectidos nos resultados do período.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.13. Comissões

Conforme referido na Nota 2.5., as comissões recebidas ou pagas relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na originação das operações, são reconhecidas como proveitos ou custos ao longo do período da operação, de acordo com o método da taxa efectiva.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos.

As comissões de gestão de fundos de investimento cobradas aos fundos geridos pela BBVA Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. são registadas no período a que respeitam, na rubrica "Rendimentos de serviços e comissões" (Nota 31).

2.14. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados ao valor nominal.

2.15. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Grupo BBVA Portugal considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

2.16. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelos Conselhos de Administração do Banco e das empresas do Grupo. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas incluem as abaixo apresentadas.

Determinação das responsabilidades por pensões

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas utilizando pressupostos actuariais e financeiros, nomeadamente no que se refere à mortalidade, crescimento dos salários e das pensões e taxas de juro de longo prazo. Neste sentido, os valores reais podem diferir das estimativas efectuadas.

Determinação de perdas por imparidade em crédito concedido

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.5. d). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuada pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade com base em análise colectiva foi efectuada segundo parâmetros apurados ao nível do Grupo BBVA Portugal para tipologias de crédito comparáveis.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O Banco considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma prudente o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Grupo BBVA Portugal com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco e das suas subsidiárias sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais. Em 31 de Dezembro de 2007, os activos por impostos diferidos não registados ascendiam a 2.212 mEuros (Nota 16).

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco e as suas subsidiárias valorizam ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados pelo custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados os modelos e técnicas de valorização descritos na Nota 2.5.. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 2.5., de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

2.17. Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Excepto no que diz respeito a matérias reguladas pelo Banco de Portugal, tal como referido na Nota 2.1, em 2007 o Banco utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações e efectivas para os períodos iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2007, desde que aprovadas pela União Europeia.

Em 2007, as únicas alterações com impacto nas divulgações apresentadas pelo Banco no Anexo às demonstrações financeiras consolidadas resultaram das seguintes Normas:

- “IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações”, no qual foram definidos requisitos adicionais de divulgações relativamente à relevância dos instrumentos financeiros na posição financeira e resultados do Banco e à natureza e extensão dos riscos provenientes de instrumentos financeiros;
- Alteração ao “IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras”, na qual foram definidos requisitos de divulgação adicionais, nomeadamente ao nível de gestão e requisitos de capital (ver Nota 42).

Na data de aprovação destas demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração, face à actividade desenvolvida pelo Grupo BBVA Portugal, as Normas e Interpretações relevantes que estão disponíveis para aplicação antecipada são as seguintes:

Novas Normas:

- “IFRS 8 – Segmentos operacionais”. Esta norma é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009. O IFRS 8 estabelece a obrigatoriedade de reporte de informação quantitativa e qualitativa sobre os segmentos, os quais correspondem a segmentos operacionais ou agregações de segmentos operacionais. Os segmentos operacionais correspondem a componentes da actividade para os quais o Grupo BBVA Portugal dispõe de informação financeira autónoma a qual é objecto de análise pelos órgãos de decisão do Banco nas decisões de afectação de recursos e de medição da performance. O IFRS 8 introduz ainda um requisito de divulgação de transacções com os maiores clientes.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- “IAS 1 (Revisão) – Apresentação das demonstrações financeiras”. Esta norma, de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009, introduz um conjunto de alterações relativamente à denominação das demonstrações financeiras. Os principais impactos desta revisão do IAS 1 são, entre outros, os seguintes:
 - Introdução de um novo requisito para incluir a demonstração da posição financeira no início do primeiro período comparativo caso seja aplicada de forma retrospectiva uma política contabilística, ocorra um “restatement” das demonstrações financeiras, ou existam reclassificações nas demonstrações financeiras;
 - Todos os ganhos e perdas (incluindo os que são contabilizados directamente em capitais próprios) devem ser apresentados no futuro:
 - Numa declaração única: “statement of comprehensive income”.
 - Em duas declarações (demonstração dos resultados e “statement of comprehensive income”).
 - Deixa de ser permitido apresentar os itens de “other comprehensive income” (por exemplo, ganhos ou perdas na reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda) separadamente na demonstração de alterações nos capitais próprios.

As normas referidas têm efeitos apenas a nível das divulgações. Deste modo, o Conselho de Administração antecipa que a adopção destas Normas em períodos futuros não terá um impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras do Grupo BBVA Portugal.

3. EMPRESAS DO GRUPO

São consideradas empresas subsidiárias os investimentos de carácter duradouro que correspondam a uma percentagem de participação igual ou superior a 50% e possam ser consideradas, conjuntamente com o Banco, uma unidade de decisão.

Os principais dados sobre a actividade das empresas subsidiárias do Banco, bem como o método de consolidação utilizado, podem ser resumidos como segue:

<u>Empresa</u>	<u>Actividade</u>	<u>Sede</u>	<u>Participação efectiva (%)</u>	<u>Método de consolidação</u>
BBVA Leasimo - Sociedade de Locação Financeira, S.A. (BBVA Leasimo)	Locação financeira	Lisboa	100,0%	Integral
BBVA Fundos - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (BBVA Fundos)	Gestão de fundos de pensões	Lisboa	100,0%	Integral
BBVA Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (BBVA Gest)	Gestão de fundos de investimento	Lisboa	100,0%	Integral
Invesco Management nº1, S.A.	Outras	Luxemburgo	99,99%	Integral
Invesco Management nº2, S.A.	Outras	Luxemburgo	96,88%	Integral

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2007, os dados financeiros mais significativos retirados das demonstrações financeiras individuais destas empresas podem ser resumidos da seguinte forma:

<u>Empresa</u>	<u>Activo líquido</u>	<u>Situação líquida</u>	<u>Resultado líquido</u>
BBVA Leasimo - Sociedade de Locação Financeira, S.A.	55.774	10.222	795
BBVA Fundos - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	3.810	3.306	1.555
BBVA Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	6.108	4.977	2.535
Invesco Management nº 1, S.A.	16.202	15.808	(131)
Invesco Management nº 2, S.A.	13.320	(11.178)	(549)

Em Dezembro de 2007, o Banco alienou a participação de 50,1%, que detinha junto da sociedade BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A. (BBVA IFIC), à sociedade Corporacion General Financiera, S.A. (uma entidade do Grupo BBVA), pelo montante de 27.358 mEuros. Na sequência da alienação o Grupo BBVA Portugal registou uma mais-valia que ascendeu a 10.045 mEuros (Nota 36), a qual foi apurada com base nas demonstrações financeiras da BBVA IFIC em 31 de Dezembro de 2007:

Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2007	34.556
Percentagem de participação	50,1%
Valor contabilístico da participação nas contas consolidadas	17.313
Mais-valia apurada na venda	10.045

Em Julho de 2006, o Banco adquiriu uma participação de 99,9% na sociedade Invesco Management nº1, S.A., com sede no Luxemburgo cujo custo de aquisição ascendeu a 16.211 mEuros. Esta sociedade detém uma participação de 96,876% na sociedade Invesco Management nº2, S.A..

4. RELATO POR SEGMENTOS

Para dar cumprimento aos requisitos da Norma IAS 14, o Grupo BBVA Portugal adoptou os seguintes segmentos de negócio:

- Retail: Inclui o negócio originado na rede de agências com empresas e particulares, e ainda financiamentos à construção e gestão de patrimónios.
- Corporate: Inclui o negócio com empresas cuja facturação é igual ou superior a 10 milhões de Euros ou que pertencem a um grupo que reúne estas condições.
- Mercados: Emissão, gestão, colocação e negociação de instrumentos financeiros para cobertura de operações com clientes ou para a carteira de negociação.
- Gestão de activos: Inclui a gestão e distribuição de fundos de investimento mobiliários, imobiliários e de pensões.
- Crédito especializado: Leasing ou crédito ao consumo em que o vendedor do produto assume um papel determinante no canal de distribuição.
- Outros: Regista os custos e proveitos de estrutura não imputáveis a qualquer das áreas anteriormente descritas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 2007 e 2006, a distribuição dos resultados e das principais rubricas de balanço por linhas de negócio é a seguinte:

	2007						Total
	Retail	Corporate	Mercados	Gestão de activos	Crédito especializado	Outros	
Margem financeira	50.389	19.069	31	355	9.012	(228)	78.628
Rendimentos de instrumentos de capital	396	-	-	-	-	(0)	396
Resultados de serviços e comissões	18.414	2.858	7.729	6.414	948	(1.960)	34.402
Outros resultados de exploração e outros	7.085	2.500	945	(59)	4.180	10.103	24.754
Produto bancário	76.284	24.427	8.705	6.710	14.140	7.915	138.180
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(52.495)	(11.045)	(4.913)	(1.090)	(7.911)	(13.810)	(91.265)
Amortizações do exercício	(3.075)	(517)	(192)	(9)	(558)	(221)	(4.571)
Provisões e imparidade	(7.679)	(6.215)	-	(41)	(1.328)	(2.565)	(17.828)
Resultado antes de impostos	13.034	6.649	3.600	5.569	4.343	(8.680)	24.516
Impostos	(4.250)	(1.855)	(990)	(1.480)	(1.394)	10.879	910
Resultado líquido do exercício	8.784	4.794	2.610	4.089	2.948	2.200	25.426
Interesses minoritários	-	-	-	-	(1.600)	-	(1.600)
Resultado líquido consolidado do exercício	8.784	4.794	2.610	4.089	1.348	2.200	23.826
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	74.935	-	-	-	74.935
Activos financeiros disponíveis para venda	-	186.776	-	-	-	27.141	213.916
Aplicações em instituições de crédito	49.984	238.752	256.255	-	-	(4.604)	540.387
Crédito a clientes	3.087.432	1.879.709	-	-	-	41.713	5.008.854
Recursos de outras instituições de crédito	1.690.299	2.132.797	300.126	-	-	(207.175)	3.916.047
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.416.823	172.439	-	-	-	108.464	1.697.726

	2006						Total
	Retail	Corporate	Mercados	Gestão de activos	Crédito especializado	Outros	
Margem financeira	49.912	13.854	11	318	8.358	(2.283)	70.169
Rendimentos de instrumentos de capital	347	-	-	-	-	-	347
Resultados de serviços e comissões	16.103	3.828	7.606	6.102	943	(140)	34.442
Outros resultados de exploração e outros	8.076	951	2.709	(41)	3.531	(1.867)	13.359
Produto bancário	74.437	18.633	10.326	6.380	12.832	(4.290)	118.317
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(59.557)	(12.104)	(5.318)	(1.170)	(6.710)	(37.304)	(122.163)
Amortizações do exercício	(3.179)	(490)	(167)	(11)	(654)	(202)	(4.704)
Provisões e imparidade	(5.356)	(984)	10	-	(2.248)	(3.941)	(12.518)
Resultado antes de impostos	6.345	5.054	4.852	5.199	3.219	(45.737)	(21.068)
Impostos	1.071	1.220	1.334	1.429	823	(5.738)	140
Resultado líquido do exercício	7.416	6.274	6.186	6.627	4.042	(51.475)	(20.928)
Interesses minoritários	76	-	-	-	(1.195)	-	(1.119)
Resultado líquido consolidado do exercício	7.492	6.274	6.186	6.627	2.847	(51.475)	(22.047)
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	33.011	-	-	-	33.011
Activos financeiros disponíveis para venda	2.273	85.493	-	-	-	24.627	112.393
Aplicações em instituições de crédito	-	214.717	93.043	-	452	31.391	339.603
Crédito a clientes	2.773.460	1.570.685	-	-	295.126	60.006	4.699.277
Recursos de outras instituições de crédito	1.684.172	1.375.274	124.054	-	245.798	(72.513)	3.356.785
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.067.222	495.621	-	-	-	82.794	1.645.637

Em 2007 e 2006, a totalidade da actividade do Grupo BBVA Portugal é desenvolvida em Portugal.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Caixa	23.016	18.527
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	55.854	40.796
Juros a receber	77	65
	-----	-----
	78.947	59.388
	=====	=====

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 2% e abatido um montante de 100.000 Euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Cheques a cobrar	30.384	59.055
Depósitos à ordem		
. No país	765	1.032
. No estrangeiro	12.488	9.101
	-----	-----
	43.637	69.188
	=====	=====

7. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Títulos		
. Instrumentos de capital	13.257	12.621
Instrumentos financeiros derivados (Nota 8)	61.678	20.390
	-----	-----
	74.935	33.011
	=====	=====

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.5.. Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o montante nominal e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

		2007							
		Montante nominal			Valor contabilístico				
		Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 6)	Passivos detidos para negociação	Activos por derivados de cobertura	Passivos por derivados de cobertura	Total
Instrumentos financeiros derivados									
Mercado de balcão (OTC)									
. Operações cambiais a prazo	104.968	-	104.968	-	-	-	-	-	-
. Swaps									
Taxa de juro	1.218.881	158.274	1.377.155	29.190	(28.444)	4.792	(9.362)	(3.824)	
Cotações	5.056	96.734	101.790	95	(392)	5.330	(14.792)	(9.759)	
Outros	-	-	-	-	-	8.072	-	8.072	
. Opções									
Taxa de juro	38.351	-	38.351	1.113	(1.063)	-	-	50	
Cotações	193.536	-	193.536	30.987	(30.095)	-	-	892	
. Contratos de garantia de taxa									
Caps	180.534	-	180.534	293	(293)	-	-	-	
Floors	306.850	-	306.850	-	-	-	-	-	
	2.048.176	255.008	2.303.184	61.678	(60.287)	18.194	(24.154)	(4.569)	
Transaccionados em bolsa									
. Futuros									
Cotações	16.151	-	16.151	-	-	-	-	-	
	16.151	-	16.151	-	-	-	-	-	
	2.064.327	255.008	2.319.335	61.678	(60.287)	18.194	(24.154)	(4.569)	

		2006							
		Montante nominal			Valor contabilístico				
		Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 6)	Passivos detidos para negociação	Activos por derivados de cobertura	Passivos por derivados de cobertura	Total
Instrumentos financeiros derivados									
Mercado de balcão (OTC)									
. Operações cambiais a prazo	100.975	-	100.975	-	-	-	-	-	-
. Swaps									
Taxa de juro	30.230	100.208	130.438	2.486	(2.615)	2.263	(6.397)	(4.263)	
Cotações	3.706	60.489	64.195	37	(230)	2.367	(9.206)	(7.032)	
Outros	-	-	-	-	-	5.981	-	5.981	
. Opções									
Taxa de juro	4.864	-	4.864	436	(331)	-	-	105	
Cotações	123.982	-	123.982	17.397	(16.395)	-	-	1.002	
. Contratos de garantia de taxa									
Caps	87.244	-	87.244	34	(34)	-	-	-	
Floors	86.000	-	86.000	-	-	-	-	-	
	437.001	160.697	597.698	20.390	(19.605)	10.611	(15.603)	(4.207)	
Transaccionados em bolsa									
. Futuros									
Cotações	10.851	-	10.851	-	-	-	-	-	
	10.851	-	10.851	-	-	-	-	-	
	447.852	160.697	608.549	20.390	(19.605)	10.611	(15.603)	(4.207)	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe (por montante nominal):

2007						
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
Instrumentos financeiros derivados						
Mercado de balcão (OTC)						
. Operações cambiais a prazo	24.777	53.692	26.499	-	-	104.968
. Swaps						
Taxa de juro	-	-	29.650	1.208.261	139.244	1.377.155
Cotações	3.851	-	3.840	94.099	-	101.790
. Opções						
Taxa de juro	-	-	3.701	34.650	-	38.351
Cotações	4.755	-	7.608	181.173	-	193.536
. Contratos de garantia de taxa						
Caps	-	-	-	142.246	38.288	180.534
Floors	-	-	-	275.850	31.000	306.850
	33.383	53.692	71.298	1.936.279	208.532	2.303.184
Transaccionados em bolsa						
. Futuros						
Cotações	14.216	1.935	-	-	-	16.151
	14.216	1.935	-	-	-	16.151
	47.599	55.627	71.298	1.936.279	208.532	2.319.335
2006						
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
Instrumentos financeiros derivados						
Mercado de balcão (OTC)						
. Operações cambiais a prazo	15.225	11.274	27.429	47.047	-	100.975
. Swaps						
Taxa de juro	-	-	3.000	52.084	75.354	130.438
Cotações	-	-	-	49.195	15.000	64.195
. Opções						
Taxa de juro	-	-	-	4.864	-	4.864
Cotações	-	-	-	69.815	54.167	123.982
. Contratos de garantia de taxa						
Caps	-	-	-	36.000	51.244	87.244
Floors	-	-	-	36.000	50.000	86.000
	15.225	11.274	30.429	295.005	245.765	597.698
Transaccionados em bolsa						
. Futuros						
Cotações	10.851	-	-	-	-	10.851
	10.851	-	-	-	-	10.851
	26.076	11.274	30.429	295.005	245.765	608.549

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
. Operações cambiais a prazo		
Instituições financeiras	52.169	100.975
Clientes	52.799	-
. Swaps		
Taxa de juro		
Instituições financeiras	782.355	130.438
Clientes	594.800	-
Cotações		
Instituições financeiras	101.790	64.195
. Opções		
Taxa de juro		
Instituições financeiras	19.568	2.500
Clientes	18.783	2.364
Cotações		
Instituições financeiras	102.318	66.100
Clientes	91.218	57.882
. Contratos de garantia de taxa		
Caps		
Instituições financeiras	90.267	43.622
Clientes	90.267	43.622
Floors		
Instituições financeiras	153.425	43.000
Clientes	153.425	43.000
. Futuros		
Bolsa	16.151	10.851
	<u>2.319.335</u>	<u>608.549</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

9. CONTABILIDADE DE COBERTURA

O BBVA Portugal utiliza instrumentos financeiros derivados para cobertura de riscos de taxa de juro e taxa de câmbio resultantes da actividade com clientes, nomeadamente, de depósitos estruturados e de operações de crédito a taxa fixa.

Apenas é aplicada Contabilidade de Cobertura se todos os requisitos abaixo forem preenchidos:

- Existe documentação formal de cobertura no início da operação;
- Espera-se que a cobertura seja eficaz e essa eficácia possa ser facilmente medida;
- A cobertura é avaliada numa base contínua, incluindo testes prospectivos e retrospectivos de efectividade ao longo do período de vida das operações.
- O grau de eficácia das relações de cobertura situa-se entre os 80% a 125%.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os saldos contabilísticos dos elementos cobertos e dos respectivos instrumentos de cobertura apresentam o seguinte detalhe:

2007									
Tipo de cobertura	Elementos cobertos				Instrumentos de cobertura				
	Montante nominal	Juros corridos	Correcções de valor	Valor contabilístico	Montante nominal	Juros	Prémios	Reavaliação	Justo valor
(Notas 12 e 20)									
<i>Cobertura de justo valor</i>									
Crédito a taxa fixa	101.782	610	3.842	106.234	101.782	(28)	-	(3.791)	(3.819)
Depósitos estruturados	140.703	(4.679)	5.764	141.788	153.226	4.357	(36)	(6.462)	(2.141)
	<u>242.485</u>	<u>(4.069)</u>	<u>9.606</u>	<u>248.022</u>	<u>255.008</u>	<u>4.329</u>	<u>(36)</u>	<u>(10.253)</u>	<u>(5.960)</u>
2006									
Tipo de cobertura	Elementos cobertos				Instrumentos de cobertura				
	Montante nominal	Juros corridos	Correcções de valor	Valor contabilístico	Montante nominal	Juros	Prémios	Reavaliação	Justo valor
(Notas 12 e 20)									
<i>Cobertura de justo valor</i>									
Crédito a taxa fixa	49.124	394	3.471	52.989	49.124	(7)	-	(3.451)	(3.458)
Depósitos estruturados	103.452	(2.499)	3.265	104.218	111.573	2.366	(91)	(3.809)	(1.534)
	<u>152.576</u>	<u>(2.105)</u>	<u>6.736</u>	<u>157.207</u>	<u>160.697</u>	<u>2.359</u>	<u>(91)</u>	<u>(7.260)</u>	<u>(4.992)</u>

Durante os exercícios de 2007 e 2006, os resultados em operações financeiras reconhecidos nos elementos cobertos e nos respectivos instrumentos de cobertura podem ser resumidos como segue:

Tipo de cobertura	2007	2006
<i>Cobertura de justo valor</i>		
Crédito a taxa fixa		
Elemento coberto	370	1.440
Instrumento de cobertura		
Swaps de taxa de juro	(320)	(1.368)
	<u>50</u>	<u>72</u>
Produtos Estruturados		
Elemento coberto	2.504	2.652
Instrumento de cobertura		
Swaps de taxa de juro	(332)	(730)
Equity swaps	(2.354)	(2.467)
	<u>(182)</u>	<u>(545)</u>
	<u>(132)</u>	<u>(473)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

10. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Instrumentos de dívida</u>		
De dívida pública portuguesa	16.084	15.895
De outros residentes		
. Outras obrigações	168.148	84.875
. Obrigações de caixa	-	-
De não residentes		
. Organismos financeiros internacionais	-	-
. Outras obrigações	21.289	4.613
<u>Instrumentos de capital</u>		
. Valorizados ao justo valor	2.392	2.273
. Valorizados ao custo histórico	4.823	4.823
	-----	-----
	212.736	112.479
	-----	-----
Juros a receber	1.951	694
Receitas com rendimento diferido	(141)	(184)
	-----	-----
	214.546	112.989
	-----	-----
Imparidade (Nota 21)	(630)	(596)
	-----	-----
	213.916	112.393
	=====	=====

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2007 e 2006 na Imparidade é apresentado na Nota 21.

11. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Empréstimos		
. no país	252.191	216.240
Depósitos		
. no estrangeiro	286.545	120.969
	-----	-----
	538.736	337.209
	-----	-----
Juros a receber	1.651	2.394
	-----	-----
	540.387	339.603
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito, apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Até três meses	464.787	275.109
De três meses a um ano	53.161	23.300
De um a cinco anos	20.788	38.800
	-----	-----
	538.736	337.209
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

12. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Crédito não titulado:		
Crédito interno		
. Empresas e administrações públicas		
Empréstimos	1.424.731	1.256.968
Créditos em conta corrente	616.830	520.502
Descobertos em depósitos à ordem	3.556	1.984
Créditos tomados - factoring	30.985	34.806
Operações de locação financeira	124.205	283.175
Outros créditos	1.618	3.164
. Particulares		
Habitação	1.716.907	1.519.822
Outros créditos	146.045	259.723
Crédito ao exterior	460.038	530.752
	-----	-----
	4.524.915	4.410.896
Crédito titulado:		
Papel comercial	443.150	210.300
Desconto e outros créditos titulados	47.154	65.708
	-----	-----
	490.304	276.008
	-----	-----
Créditos vencidos adquiridos pela Invesco	2.549	3.749
	-----	-----
	5.017.768	4.690.653
	-----	-----
Correcções de valor de activos que sejam objecto de operações de cobertura (Nota 9)	3.842	3.471
	-----	-----
	5.021.610	4.694.124
	-----	-----
Juros a receber:		
Crédito não titulado	13.059	17.377
Juros recebidos:		
Crédito não titulado	(474)	-
Crédito titulado	-	(215)
Comissões associadas ao custo amortizado:		
Despesas com encargo diferido	7.009	11.877
Receitas com rendimento diferido	(9.273)	(10.686)
	-----	-----
	5.031.931	4.712.477
	-----	-----
Crédito e juros vencidos	21.003	28.061
	-----	-----
	5.052.934	4.740.538
	-----	-----
Imparidade (Nota 21)	(44.080)	(41.261)
	-----	-----
	5.008.854	4.699.277
	=====	=====

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2007 e 2006 na Imparidade é apresentado na Nota 21.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2007 e , o crédito a clientes e as garantias prestadas incluem operações garantidas pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. (Madrid), nos montantes de aproximadamente 838.045 mEuros e 344.981 mEuros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2006, o crédito a clientes e as garantias prestadas incluem operações garantidas pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. (Madrid), nos montantes de aproximadamente 837.203 mEuros e 185.718 mEuros, respectivamente.

Estes montantes não são considerados para efeitos do apuramento do rácio de solvabilidade.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o prazo residual dos créditos a clientes, excluindo o crédito vencido e o papel comercial, apresentava a seguinte estrutura:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Até três meses	1.176.352	989.126
De três meses a um ano	501.215	593.314
De um a dois anos	229.425	268.388
Mais de dois anos	2.667.626	2.629.525
	-----	-----
	4.574.618	4.480.353
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2007, a composição da carteira de créditos a clientes por sectores de actividade, excluindo o crédito vencido e o papel comercial, é a seguinte:

Agricultura	35.146
Alimentos, bebidas e tabaco	54.167
Comércio	286.173
Construção	471.045
Engenharia	278.368
Madeira e cortiça	12.580
Serviços	633.407
Têxtil	16.414
Transportes e comunicações	64.824
Particulares:	
- Habitação	1.751.969
- Consumo	105.970
Outros	864.555

	4.574.618
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

13. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2007	2006
Activos não correntes detidos para venda		
· Imóveis	9.177	7.517
· Equipamentos e viaturas	-	446
· Outros	832	829
	-----	-----
	10.009	8.792
	-----	-----
Imparidade (Nota 21)		
· Imóveis	(1.408)	(925)
· Equipamentos e viaturas	-	(161)
· Outros	(829)	(829)
	-----	-----
	(2.237)	(1.915)
	-----	-----
	7.772	6.877
	=====	=====

O movimento nesta rubrica durante os exercícios de 2007 e 2006 pode ser apresentado da seguinte forma:

	Alteração do perímetro de consolidação ¹										31 de Dezembro de 2007		
	31 de Dezembro de 2006		Valor		Aquisições	Alienacões	Utilização de Imparidade	Dotações de Imparidade	Reposição de Imparidade	Transferências de Imparidade	Valor		Valor
	Bruto	Imparidade	Bruto	Imparidade							Bruto	Imparidade	líquido
Activos recebidos em dação em pagamento													
Imóveis	7.517	(925)	-	-	2.642	(982)	-	(521)	91	(53)	9.176	(1.408)	7.768
Equipamento e viaturas	446	(161)	(389)	162	1.913	(1.966)	-	(59)	89	(30)	4	-	4
Outros	829	(829)	-	-	-	-	-	-	-	-	829	(829)	-
	8.792	(1.915)	(389)	162	4.555	(2.948)	-	(580)	180	(83)	10.009	(2.237)	7.772

¹ - Venda da BBVA IFIC em 2007.

	Alteração do perímetro de consolidação ¹										31 de Dezembro de 2006		
	31 de Dezembro de 2005		Valor		Aquisições	Alienacões	Utilização de Imparidade	Dotações de Imparidade	Reposição de Imparidade	Transferências de Imparidade	Valor		Valor
	Bruto	Imparidade	Bruto	Imparidade							Bruto	Imparidade	líquido
Activos recebidos em dação em pagamento													
Imóveis	3.361	(428)	4.910	(641)	1.086	(1.840)	641	(497)	-	-	7.517	(925)	6.592
Equipamento e viaturas	342	(101)	-	-	1.854	(1.750)	-	(101)	85	(44)	446	(161)	285
Outros	829	(829)	-	-	-	-	-	-	-	-	829	(829)	-
	4.532	(1.358)	4.910	(641)	2.940	(3.590)	641	(598)	85	(44)	8.792	(1.915)	6.877

¹ - Inclusão da Invesco Management nº1, S.A.14. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros activos tangíveis" durante os exercícios de 2007 e 2006 foi o seguinte:

Descrição	31 de Dezembro de 2006			Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Imparidade (Nota 21)	Alienacões e abates	Alienação da BBVA IFIC	Valor líquido
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Imparidade (Nota 21)							
Imóveis:										
· De serviço próprio	72.625	(18.498)	(845)	607	(42)	(1.182)	(659)	(534)	-	51.472
· Despesas em edifícios arrendados	10.302	(9.023)	-	324	42	(320)	-	(204)	-	1.121
Activos tangíveis em curso	-	-	-	218	-	-	-	-	-	218
· Imóveis de serviço próprio	82.927	(27.521)	(845)	1.149	-	(1.502)	(659)	(738)	-	52.811
Equipamento:										
· Mobiliário e material	8.195	(7.632)	-	246	-	(276)	-	-	(9)	524
· Máquinas e ferramentas	5.518	(5.214)	-	474	-	(145)	-	-	(1)	632
· Equipamento informático	20.179	(18.213)	-	425	(4)	(1.120)	-	-	(1)	1.266
· Instalações interiores	13.079	(11.105)	-	525	-	(403)	-	-	-	2.096
· Material de transporte	1.398	(939)	-	1.217	-	(313)	-	(106)	(485)	772
· Equipamento de segurança	3.992	(3.408)	-	194	-	(170)	-	-	-	608
	52.361	(46.511)	-	3.081	(4)	(2.427)	-	(106)	(496)	5.898
Outros activos tangíveis:										
· Património artístico	77	-	-	-	-	-	-	-	-	77
	135.365	(74.032)	(845)	4.230	(4)	(3.929)	(659)	(844)	(496)	58.786

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Descrição	31 de Dezembro de 2005			Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Imparidade (Nota 21)	Regularizações	Alienações e abates	Valor líquido
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Imparidade (Nota 21)							
Imóveis:										
. De serviço próprio	71.889	(17.388)	(845)	385	670	(1.179)	-	-	(250)	53.282
. Despesas em edifícios arrendados	10.085	(8.689)	-	217	-	(334)	-	-	-	1.279
Activos tangíveis em curso										
. Imóveis de serviço próprio	-	-	-	716	(716)	-	-	-	-	-
	81.974	(26.077)	(845)	1.318	(46)	(1.513)	-	-	(250)	54.561
Equipamento:										
. Mobiliário e material	7.998	(7.357)	-	183	14	(275)	-	-	-	563
. Máquinas e ferramentas	5.343	(5.095)	-	156	18	(118)	-	-	-	304
. Equipamento informático	19.322	(16.948)	-	767	-	(1.175)	-	-	-	1.966
. Instalações interiores	12.788	(10.719)	-	292	-	(387)	-	-	-	1.974
. Material de transporte	2.003	(1.164)	-	105	-	(378)	-	-	(107)	459
. Equipamento de segurança	3.733	(3.269)	-	246	14	(140)	-	-	-	584
	51.187	(44.552)	-	1.749	46	(2.473)	-	-	(107)	5.850
Outros activos tangíveis:										
. Património artístico	77	-	-	-	-	-	-	-	-	77
. Outros	91	(82)	-	-	-	(5)	-	(4)	-	-
	133.329	(70.711)	(845)	3.067	-	(3.991)	-	(4)	(357)	60.488

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica “Imóveis de serviço próprio” inclui imóveis não afectos à actividade do Banco nos montantes de 4.302 mEuros e 2.116 mEuros, respectivamente, aos quais estão associadas perdas por imparidade no montante de 1.504 mEuros e 845 mEuros, respectivamente.

Estes imóveis são reconhecidos contabilisticamente ao custo de aquisição ou valor de realização, dos dois o menor, sendo registadas imparidades sempre que o valor de avaliação seja inferior ao respectivo valor líquido contabilístico.

15. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Activos intangíveis” durante os exercícios de 2007 e 2006 foi o seguinte:

Descrição	31 de Dezembro de 2006			Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Alienações e abates	Alienação da BBVA IFIC	Valor Líquido
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 21)						
Activos intangíveis									
Diferenças de consolidação	2.073	-	(2.073)	-	-	-	-	-	-
Trespases	150	(150)	-	-	-	-	-	-	-
Custos plurianuais	8.880	(8.880)	-	-	-	-	-	-	-
Software	4.154	(2.974)	-	-	300	(642)	(1)	(370)	467
Outros activos intangíveis	4.539	(4.539)	-	-	-	-	-	-	-
Activos intangíveis em curso	193	-	-	795	(296)	-	(14)	-	678
	19.989	(16.543)	(2.073)	795	4	(642)	(15)	(370)	1.145

Descrição	31 de Dezembro de 2005			Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Regularizações	Imparidade (Nota 21)	Valor Líquido
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas							
Activos intangíveis									
Diferenças de consolidação	-	-	2.073	-	-	-	-	(2.073)	-
Trespases	150	(150)	-	-	-	-	-	-	-
Custos plurianuais	8.880	(8.880)	-	-	-	-	-	-	-
Software	34.226	(32.948)	332	283	(713)	-	-	-	1.180
Outros activos intangíveis	4.539	(4.539)	-	-	-	-	-	-	-
Activos intangíveis em curso	283	-	193	(283)	-	-	-	-	193
	48.078	(46.517)	2.598	-	(713)	-	-	(2.073)	1.373

As “diferenças de consolidação” correspondem à diferença entre o custo de aquisição da Invesco Management nº1, S.A. e os capitais próprios atribuíveis ao Grupo BBVA Portugal na data de aquisição dessa participada.

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica “Activos intangíveis em curso” corresponde essencialmente a software adquirido a empresas externas, o qual ainda não se encontra em funcionamento.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

16. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 eram os seguintes:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Activos por impostos diferidos		
. Por diferenças temporárias	30.943	28.119
. Por prejuízos fiscais reportáveis	1.933	1.631
	-----	-----
	32.876	29.750
	-----	-----
Passivos por impostos diferidos		
. Por diferenças temporárias	(168)	(271)
	-----	-----
	32.708	29.479
	=====	=====
Activos por impostos correntes	339	352
	-----	-----
Passivos por impostos correntes		
. Imposto sobre o rendimento a pagar	(805)	(764)
	-----	-----
	(466)	(412)
	=====	=====

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2007 e 2006 foi o seguinte:

	2007				
	Saldo	Variação	Variação	Efeito da	Saldo
	em	em	em	alienação da	em
	31.12.2006	resultados	Reservas	BBVA IFIC	31.12.2007
. Activos intangíveis	562	(562)	-	-	-
. Prémio de antiguidade	453	(28)	-	-	425
. Subsídio por morte	1.104	(105)	-	-	999
. Imparidade e outras provisões temporariamente não aceites fiscalmente	4.953	2.376	-	(1.496)	5.833
. Pensões					
Reformas antecipadas	11.917	2.783	-	-	14.700
Outros custos relativos a pensões	7.920	17	-	-	7.937
. Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	(191)	23	-	-	(168)
. Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	333	(87)	-	-	246
. Prejuízos fiscais reportáveis	1.631	302	-	-	1.933
. Comissões	1.103	(293)	-	59	869
. Correções no justo valor dos elementos cobertos	(277)	77	-	-	(200)
. Valorização dos activos disponíveis para venda	(29)	-	155	-	126
. Outros	-	6	-	-	6
Arredondamentos	-	-	-	-	2
	29.479	4.509	155	(1.437)	32.708

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2006			
	Saldo	Varição	Varição	Saldo
	em 31.12.2005	em Resultados	em Reservas	em 31.12.2006
. Activos intangíveis	1.471	(909)	-	562
. Prémio de antiguidade	361	92	-	453
. Subsídio por morte	877	227	-	1.104
. Imparidade e outras provisões temporariamente não aceites fiscalmente	3.715	1.238	-	4.953
. Pensões				
Reformas antecipadas	6.710	5.207	-	11.917
Outros custos relativos a pensões	10.049	(2.129)	-	7.920
. Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	(210)	19	-	(191)
. Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	920	(587)	-	333
. Prejuízos fiscais reportáveis	2.573	(942)	-	1.631
. Comissões	1.037	66	-	1.103
. Correções no justo valor dos elementos cobertos	-	(277)	-	(277)
. Valorização dos activos disponíveis para venda	43	-	(72)	(29)
	<u>27.546</u>	<u>2.005</u>	<u>(72)</u>	<u>29.479</u>

Os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Impostos correntes</u>	(3.599)	(1.865)
	-----	-----
<u>Impostos diferidos</u>		
Registo e reversão de diferenças temporárias	4.207	2.947
Prejuízos fiscais reportáveis	302	(942)
	-----	-----
	4.509	2.005
	-----	-----
Total de impostos reconhecidos em resultados	910	140
	=====	=====
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários	24.516	(21.068)
	-----	-----
Carga fiscal	3,71%	0,68%
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto nos exercícios de 2007 e 2006 pode ser demonstrada como segue:

	2007		2006	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		24.516		(21.068)
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,50%	6.497	27,50%	(5.794)
Alteração do reconhecimento fiscal das contribuições efectuadas relativas a pensões e reformas antecipadas	-24,97%	(6.122)	0,00%	-
Constituição de impostos diferidos activos resultantes de prejuízos fiscais reportáveis de anos anteriores	-7,88%	(1.932)	0,00%	-
Utilização de prejuízos fiscais reportáveis para os quais não estava reconhecido imposto diferido	-2,61%	(639)	0,00%	-
Impostos diferidos activos não reconhecidos	0,00%	-	-2,93%	617
Impacto da alteração da taxa nominal de imposto	2,46%	603	0,00%	-
Benefícios fiscais				
Dividendos	-0,21%	(52)	0,23%	(48)
Sucursal Financeira Exterior	0,05%	12	0,00%	-
Outros	-0,03%	(7)	0,03%	(6)
Custos não aceites fiscalmente:				
Provisões e imparidade	7,89%	1.934	-9,12%	1.922
Valias na alienação da BBVA IFIC	-10,86%	(2.662)	0,00%	-
Outras valias	0,14%	33	0,15%	(31)
Reintegrações	0,27%	66	-0,06%	12
Seguros	0,24%	58	-0,25%	53
Custos com pensões	1,00%	244	-9,55%	2.013
Multas e outras penalidades	0,05%	12	-0,11%	24
Outros	0,11%	27	-1,13%	239
Tributação autónoma e derrama	0,91%	224	-0,76%	160
Outros	3,23%	794	-3,32%	699
	-3,71%	(910)	0,68%	(140)

O Banco e as suas subsidiárias não reconhecem impostos diferidos activos sobre prejuízos fiscais reportáveis sempre que não exista um elevado grau de certeza quanto à existência de lucros tributáveis futuros que possibilitem a respectiva utilização. Neste sentido, em 2007 e 2006 não foram registados impostos diferidos activos no montante de 2.212 mEuros e de 1.026 mEuros, respectivamente.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal dos sujeitos passivos de IRC durante um período de quatro anos, excepto nos casos (como o do Banco) de utilização de prejuízos fiscais reportáveis, em que o referido prazo de quatro anos se conta a partir do exercício em que tais prejuízos fiscais são utilizados, ou seja, e tendo em conta o prazo de seis anos de reporte de prejuízos fiscais, tal prazo poderá chegar aos 10 anos.

O Banco foi objecto de inspecções fiscais até ao exercício de 2004 (inclusivé).

Como resultado das referidas inspecções, o Banco foi alvo de correcções, em sede de IRC, aos prejuízos fiscais reportáveis por si inicialmente apurados, tendo sido, por via das liquidações adicionais emitidas em resultado dessas correcções, apurada matéria colectável relativamente aos exercícios de 2003 e de 2004.

As correcções efectuadas são relativas a diversas matérias, incluindo custos contabilísticos não dedutíveis para efeitos fiscais, provisões acima dos limites mínimos exigidos pelo Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal e questões relacionadas com a isenção dos rendimentos obtidos pelas Sucursais Financeiras Exteriores da Zona Franca da Madeira, entre outras.

De referir que grande parte dessas correcções foi objecto de reclamação graciosa/impugnação judicial, encontrando-se estes processos em fase de apreciação por parte das autoridades competentes. Dado que os valores liquidados adicionalmente e que resultaram no apuramento de matéria colectável relativamente aos exercícios de 2003 e de 2004 não foram objecto de pagamento, foram prestadas as necessárias garantias bancárias.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Neste âmbito, foram igualmente emitidas liquidações adicionais de IRC referentes a tributação autónoma, as quais, apesar de terem sido integralmente pagas, foram objecto de reclamação graciosa/impugnação judicial.

Relativamente aos exercícios de 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005, foram apresentadas reclamações de autoliquidação de IRC por parte do Banco relacionadas com diversas matérias de índole fiscal, incluindo contribuições efectuadas para o fundo de pensões, provisões para riscos gerais de crédito e custos com reformas antecipadas, entre outras. As reclamações entregues encontram-se ainda a ser analisadas por parte das autoridades fiscais.

Contudo, na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que ocorra qualquer correcção com impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2007.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

17. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Outras disponibilidades</u>	23	38
<u>Outros activos</u>		
Outros metais preciosos	20	19
<u>Devedores e outras aplicações</u>		
Devedores por operações sobre futuros	1.929	2.486
Devedores por alienação de equipamento	-	100
Sector Público Administrativo		
. IVA a recuperar	1.007	5.163
Bonificações a receber	44	43
Outros devedores diversos	7.159	8.812
	-----	-----
	10.139	16.604
	-----	-----
<u>Rendimentos a receber</u>		
Comissões	4.988	4.763
Outros	202	72
	-----	-----
	5.190	4.835
	-----	-----
<u>Despesas com encargo diferido</u>		
Seguros	26	2.394
Outras	1.173	1.588
	-----	-----
	1.199	3.982
	-----	-----
<u>Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 18)</u>		
Desvios actuariais	40.965	43.806
	-----	-----
<u>Outras contas de regularização</u>		
Operações cambiais a liquidar	7	70
Operações activas a regularizar	2.387	4.926
	-----	-----
	2.394	4.996
	-----	-----
	59.930	74.280
	-----	-----
<u>Imparidade – Outros activos</u>		
Outros devedores diversos (Nota 21)	(4.239)	(4.468)
	-----	-----
	55.691	69.812
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica “Rendimentos a receber – Comissões”, inclui 2.348 mEuros e 1.047 mEuros, respectivamente, relativos a valores a receber da BBVA Seguros, S.A., pela colocação de seguros através da rede comercial do BBVA Portugal (Nota 39).

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2007 e 2006 na Imparidade é apresentado na Nota 21.

18. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

As responsabilidades do BBVA Portugal, da BBVA Gest e da BBVA Fundos com pensões de reforma por velhice, sobrevivência e por invalidez encontram-se cobertas por Fundos de Pensões. A gestão destes Fundos, bem como a elaboração das avaliações actuariais necessárias ao cálculo das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência são da responsabilidade da BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Os pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades com referência a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 são os seguintes:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Pressupostos financeiros</u>		
Taxa de desconto	5,3%	4,75%
Taxa de rendimento de longo prazo	4,6%	4,7%
Taxa de crescimento dos salários e outros benefícios	3%	3%
Taxa de crescimento das pensões	2%	2%
<u>Pressupostos demográficos</u>		
Tábua de mortalidade	TV – 88/90	TV – 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80 a 50%	EVK 80 a 50%
Tábua de turnover	MSSL a 50%	MSSL a 50%
Idade de reforma	65	65
Percentagem de casados	85%	85%
Método de avaliação	“Projected Unit Credit”	

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o número de participantes abrangidos pelo plano de pensões é o seguinte:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Empregados no activo	712	708
Reformados e pensionistas	771	754
	-----	-----
	1.483	1.462
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o valor actual das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência e com assistência médica e as respectivas coberturas são as seguintes:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
A. Responsabilidades:		
Serviços passados:		
- Empregados no activo	59.205	66.114
- Reformados e pensionistas	214.556	212.257
- Subsídio por morte	3.787	-
	-----	-----
	277.548	278.371
	-----	-----
Assistência médica:		
- Empregados no activo	3.847	4.297
- Reformados e pensionistas	13.946	13.797
	-----	-----
	17.793	18.094
	-----	-----
	295.341	296.465
	-----	-----
B. Cobertura das responsabilidades:		
Valor patrimonial dos Fundos	287.874	248.473
Contratos de rendas vitalícias	7.500	8.314
Contribuições a entregar (Nota 23)	-	39.715
	-----	-----
	295.374	296.502
	-----	-----
C. (Excesso) / Insuficiência	(33)	(37)
	===	===

O movimento no valor actual das responsabilidades por serviços passados ocorrido durante os exercícios de 2007 e 2006 foi o seguinte:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Responsabilidades no início do exercício	296.465	263.129
Reformas antecipadas efectuadas no período	10.890	34.188
Alteração de pressupostos:		
- Taxa de desconto	(23.928)	(11.918)
Custo do serviço corrente	3.946	4.841
Custo dos juros	13.748	11.582
(Ganhos) e perdas actuariais	4.246	5.826
Pensões pagas pelos fundos de pensões	(14.096)	(11.385)
Contribuição dos colaboradores	283	202
Subsídio por morte	3.787	-
	-----	-----
Responsabilidades no fim do exercício	295.341	296.465
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A cobertura das responsabilidades do Grupo BBVA Portugal é efectuada através do Fundo de Pensões Grupo BBVA (Portugal), do Fundo de Pensões Credit (Portugal), e de contratos de rendas vitalícias celebrados entre o Banco e a Gan Portugal Vida. O valor actual dos contratos de rendas vitalícias é determinado pela BBVA Fundos utilizando pressupostos actuariais iguais aos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões. O movimento ocorrido na cobertura das responsabilidades foi o seguinte:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Saldo inicial:		
. Valor patrimonial dos Fundos	248.473	213.271
. Contratos de rendas vitalícias	8.314	9.081
. Contribuições a entregar	39.715	40.777
	-----	-----
	296.502	263.129
	-----	-----
Contribuições a efectuar (Nota 23)	-	39.715
Contribuições efectuadas	17.417	35
Contribuições dos colaboradores	283	201
Rendimento esperado dos fundos de pensões	13.030	11.565
Pensões pagas pelos fundos de pensões	(14.096)	(11.385)
(Ganhos) e perdas actuariais/financeiras	(17.762)	(6.758)
	-----	-----
Saldo final	295.374	296.502
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a carteira dos Fundos de Pensões incluía os seguintes activos com empresas do Grupo:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Obrigações	7.263	8.126
Unidades de Participação de Fundos geridos por entidades do Grupo	12.244	-
	-----	-----
	19.507	8.126
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido nos desvios actuariais durante os exercícios de 2006 e 2007 foi o seguinte:

Saldos em 31 de Dezembro de 2005	<u>44.063</u>
Amort Resultados	
(Ganhos) / Perdas actuariais e financeiras:	
- financeiras	6.593
- actuariais	5.945
Impacto da alteração da taxa de desconto	(11.871)
Amortização de desvios actuariais fora do Corredor	(924)
Saldos em 31 de Dezembro de 2006 (Nota 17)	<u>43.806</u>
(Ganhos) / Perdas actuariais e financeiras:	
- financeiras	17.762
- actuariais	4.246
Impacto da alteração da taxa de desconto	(23.928)
Amortização de desvios actuariais fora do Corredor	(921)
Saldos em 31 de Dezembro de 2007 (Nota 17)	<u>40.965</u>

Os desvios resultantes da alteração da tábua de mortalidade, efectuada em 2005, estão a ser amortizados ao longo de um período de 22 anos, correspondente ao período médio de vida activa até à idade de reforma, para os trabalhadores actualmente no activo.

O custo do exercício com pensões de reforma e responsabilidades com saúde inclui o custo do serviço corrente, o custo dos juros relativo à totalidade das responsabilidades, a amortização dos desvios actuariais fora do Corredor e os custos com acréscimos de responsabilidades por reformas antecipadas, deduzidos do rendimento esperado dos Fundos de Pensões:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Custo do serviço corrente	3.946	4.842
Custo dos juros	13.748	11.582
Amortização de desvios actuariais fora do Corredor	921	924
Acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas	10.890	34.188
Rendimento esperado dos Fundos de Pensões	(13.030)	(11.565)
	-----	-----
Custo do exercício (Nota 37)	<u>16.475</u>	<u>39.971</u>
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

19. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
À vista		
Depósitos à ordem		
. Instituições de crédito no país	3.952	11.000
. Instituições de crédito no estrangeiro	25.874	12.286
	-----	-----
	29.826	23.286
	-----	-----
Depósitos a prazo e outros recursos		
. Instituições de crédito no estrangeiro	3.858.015	3.074.507
. Instituições de crédito no país	10.075	245.000
	-----	-----
	3.868.090	3.319.507
	-----	-----
	3.897.916	3.342.793
	-----	-----
Juros a pagar	18.131	13.992
	-----	-----
	3.916.047	3.356.785
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os prazos residuais dos recursos de outras instituições de crédito, apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Até três meses	1.267.422	998.769
De três meses a um ano	574.890	774.536
De um a cinco anos	1.224.203	1.248.096
Mais de cinco anos	831.401	321.392
	-----	-----
	3.897.916	3.342.793
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

20. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Depósitos		
. À ordem	890.313	924.182
. A prazo	785.914	691.917
. De poupança	17.807	22.871
Outros recursos de clientes		
. Cheques e ordens a pagar	716	4.465
. Outros	242	156
	-----	-----
	1.694.992	1.643.591
	-----	-----
Correcções de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura (Nota 9)	(5.764)	(3.265)
	-----	-----
	1.689.228	1.640.326
	-----	-----
Encargos a pagar		
. Juros de recursos de clientes	8.552	5.495
	-----	-----
Despesas com encargo diferido		
. Juros de recursos de clientes	(54)	(184)
	-----	-----
	1.697.726	1.645.637
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os prazos residuais dos recursos de clientes e outros empréstimos, apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Até três meses	1.334.966	1.306.906
De três meses a um ano	209.117	219.546
De um a cinco anos	150.909	117.139
	-----	-----
	1.694.992	1.643.591
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

21. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade durante os exercícios de 2007 e 2006 foi o seguinte:

	Saldos em 31-12-2006	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Transferências	Alienação da BBVA IFIC	Saldos em 31-12-2007
Imparidade							
Crédito a clientes (Nota 12)	41.261	27.794	(12.720)	(3.848)	(87)	(8.320)	44.080
- Imparidade de outros activos financeiros:							
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 10)	596	45	(11)	-	-	-	630
- Imparidade de outros activos:							
Activos não correntes detidos para venda (Nota 13)	1.915	580	(180)	-	84	(162)	2.237
Outros activos tangíveis (Nota 14)	845	859	(200)	-	-	-	1.504
Outros activos intangíveis (Nota 15)	2.073	-	-	-	-	-	2.073
Outros activos (Nota 17)	4.468	170	(13)	(309)	(77)	-	4.239
	9.301	1.609	(393)	(309)	7	(162)	10.053
Provisões:							
- Outros riscos e encargos	3.331	1.620	(116)	(401)	80	(1.490)	3.024
	54.489	31.068	(13.240)	(4.558)	-	(9.972)	57.787

	Saldos em 31-12-2005	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Transferências	Saldos em 31-12-2006
Imparidade						
Crédito a clientes (Nota 12)	36.850	14.168	(8.134)	(1.515)	(108)	41.261
- Imparidade de outros activos financeiros:						
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 10)	596	-	-	-	-	596
- Imparidade de outros activos:						
Activos não correntes detidos para venda (Nota 13)	1.358	598	(85)	-	44	1.915
Outros activos tangíveis (Nota 14)	845	-	-	-	-	845
Outros activos intangíveis (Nota 15)	-	2.073	-	-	-	2.073
Outros activos (Nota 17)	4.114	1.231	(12)	(621)	(244)	4.468
	6.317	3.902	(97)	(621)	(200)	9.301
Provisões:						
- Outros riscos e encargos	306	2.700	(20)	-	345	3.331
- Riscos bancários gerais	40	-	(1)	(2)	(37)	-
	346	2.700	(21)	(2)	308	3.331
	44.109	20.770	(8.252)	(2.138)	-	54.489

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica “Provisões para outros riscos e encargos” diz respeito essencialmente a provisões constituídas para contingências fiscais, legais e fraudes diversas.

22. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2007	2006
Empréstimos subordinados:		
· Concedido em Março de 2007	95.000	-
· Concedido em Junho de 2006	75.000	75.000
· Concedido em Março de 2001	-	69.000
	-----	-----
	170.000	144.000
	-----	-----
Encargos a pagar		
· Juros de empréstimos subordinados	27	731
	-----	-----
	170.027	144.731
	=====	=====

Em 30 de Março de 2007 foi concedido pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. um empréstimo subordinado no montante de 95.000 mEuros através de um contrato de mútuo directo subordinado. Este empréstimo tem vencimento em 30 de Março de 2017 e vence juros à taxa Euribor a três meses acrescida de 0,65 pontos percentuais.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O Banco de Portugal autorizou, através de carta de Maio de 2007, que os recursos obtidos através deste empréstimo sejam considerados para efeito de cálculo dos fundos próprios complementares do BBVA Portugal dentro dos limites estabelecidos nos nºs 6º e 7º do Aviso 12/92, de 29 de Dezembro.

Em 29 de Junho de 2006 foi concedido pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. um empréstimo subordinado perpétuo no montante de 75.000 mEuros através de um contrato de mútuo directo subordinado. O BBVA Portugal poderá proceder ao reembolso – total ou parcial – do mútuo a partir do sétimo ano mediante autorização do Banco de Portugal. Este empréstimo vence juros à taxa Euribor a três meses acrescida de 1,25 pontos percentuais.

O Banco de Portugal autorizou, através de carta de Junho de 2006, que os recursos obtidos através deste empréstimo sejam considerados para efeito de cálculo dos fundos próprios complementares do BBVA Portugal dentro dos limites estabelecidos nos nºs 6º e 7º do Aviso 12/92, de 29 de Dezembro.

Em 30 de Março de 2001 foi concedido pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. um empréstimo subordinado no montante de 69.000 mEuros através de um contrato de mútuo directo subordinado. Durante o exercício de 2007, foi accionada a cláusula contratual que permitia o reembolso antecipado após o quinto ano.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

23. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Credores e outros recursos</u>		
Credores por operações sobre futuros	1.306	1.883
Sector Público Administrativo		
· Retenção de impostos na fonte	2.756	2.220
· Imposto sobre o Valor Acrescentado	708	824
· Contribuições para a Segurança Social	148	347
Cobranças por conta de terceiros	19	21
Contribuições para outros sistemas de saúde	205	252
Credores diversos		
· Contribuições a entregar – Fundo de Pensões (Nota 18)	-	39.715
· Fornecedores de imobilizado	-	8.044
· Outros credores	13.343	7.327
	-----	-----
	18.485	60.633
	-----	-----
<u>Encargos a pagar</u>		
Por gastos com pessoal		
· Remunerações variáveis	4.720	4.729
· Provisão para férias e subsídio de férias	4.152	4.753
· Prémio de antiguidade	3.837	3.881
· Subsídio por morte	-	4.036
· Outros	147	215
Por gastos gerais administrativos	1.351	1.305
Comissões a pagar por angariação de operações de crédito	715	1.706
Comissões por operações sobre instrumentos financeiros	1.035	771
Taxa para o ISP	12	21
Outros	857	1.801
	-----	-----
	16.826	23.218
	-----	-----
<u>Receitas com rendimento diferido</u>		
Comissões sobre garantias prestadas	339	369
	-----	-----
<u>Outras contas de regularização</u>		
Mais valias em bens de locação financeira	441	525
Posição cambial	7	70
Outras operações a regularizar	6.835	8.038
	-----	-----
	7.283	8.633
	-----	-----
	42.933	92.853
	=====	=====

A rubrica “Prémio de antiguidade” corresponde ao montante estimado dos encargos com o pagamento dos prémios de antiguidade previstos na cláusula 150º do Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o sector bancário. Este montante é determinado pela BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Tal como referido na Nota 18, a partir de 2007, o Fundo de Pensões passou a financiar também os benefícios de subsídio por morte.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A rubrica “Mais-valias em bens de locação financeira” corresponde às diferenças positivas entre o valor dos contratos de locação financeira efectuados sobre bens recuperados e o valor contabilístico dos respectivos bens na data de realização do novo contrato. Estes montantes são reconhecidos como proveitos de forma escalonada ao longo do período de vida dos novos contratos de locação.

24. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes e compromissos associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Garantias prestadas e outros passivos eventuais</u>		
Garantias e avales prestados	631.414	496.581
Aceites e endossos	3.075	4.847
Créditos documentários abertos	7.064	7.255
Outros passivos eventuais	4	81
	-----	-----
	641.557	508.764
	=====	=====
<u>Compromissos perante terceiros</u>		
Contratos a prazo de depósitos	108.282	150.000
Por linhas de crédito		
. Compromissos irrevogáveis	571.088	179.666
. Compromissos revogáveis	2.071.530	2.472.690
Por subscrição de títulos	225.600	201.100
Responsabilidades a prazo de contribuições para		
o Fundo de Garantia de Depósitos	680	600
Responsabilidade potencial para com		
o Sistema de indemnização aos investidores	882	792
Passivos eventuais	98	98
Outros	132	184
	-----	-----
	2.978.292	3.005.130
	=====	=====
<u>Responsabilidades por prestação de serviços</u>		
Depósito e guarda de valores	4.624.007	4.712.436
Valores recebidos para cobrança	61.544	52.416
Valores administrados pela instituição		
. Fundos mobiliários geridos pela BBVA Gest	600.015	725.385
. Fundos de pensões geridos pela BBVA Fundos	366.606	359.284
. Outros	117.159	140.407
Rendas vincendas e valores residuais	176.820	94.714
Outras	81.262	70.329
	-----	-----
	6.027.413	6.154.971
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos cujo objectivo é o de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, nomeadamente nos bancos que nele participam, de acordo com os limites estabelecidos no regime Geral das Instituições de Crédito. As contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como um custo do exercício a que dizem respeito (Nota 36). Em 2007, o BBVA Portugal utilizou a faculdade de não realizar o pagamento de 15% do valor das contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos, através da assunção de um compromisso irrevogável pelo montante não entregue. Neste âmbito, foram dadas em penhor 10.146.794 Obrigações do Tesouro. Em 2006, o BBVA Portugal efectuou o pagamento em numerário da totalidade das contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos.

O saldo da rubrica “Sistema de indemnização aos investidores” corresponde ao montante do compromisso irrevogável assumido pelo Banco, nos termos da legislação aplicável, de entregar àquele sistema em caso de accionamento, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

25. CAPITAL E PRÉMIOS DE EMISSÃO

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a estrutura accionista é a seguinte:

	N ° de <u>Acções</u>	<u>%</u>
BBVA Luxinvest, S.A., com sede no Luxemburgo	199.046.899	90,48%
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	20.952.951	9,52%
Outros	150	0,00%
	-----	-----
	220.000.000	100,00%
	=====	=====

Durante o exercício de 2006, na sequência da deliberação da Assembleia Geral de 22 de Dezembro de 2006, o Banco realizou um aumento de capital através da emissão de 60.000.000 acções pelo valor nominal de 1 Euro, as quais foram emitidas ao par e integralmente realizadas.

Durante o exercício de 2000, o Banco realizou um aumento do capital social no montante de 55.168 mEuros com um prémio de emissão de 7.008 mEuros.

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

26. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Reservas de reavaliação</u>		
· Reservas resultantes da valorização ao justo valor:		
De activos financeiros disponíveis para venda	(481)	105
De investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	634
· Reservas de reavaliação do imobilizado	2.196	2.196
· Reservas por impostos diferidos		
De activos financeiros disponíveis para venda	126	(29)
	-----	-----
	1.841	2.906
	-----	-----
<u>Outras reservas e resultados transitados</u>		
· Reservas:		
Reserva legal	14.263	14.418
Outras reservas	10.016	9.861
· Resultados transitados	(56.648)	(35.247)
	-----	-----
	(32.369)	(10.968)
	-----	-----
Resultado líquido do exercício	23.826	(22.047)
	-----	-----
	(6.702)	(30.109)
	=====	=====

Reservas de reavaliação*Reservas de reavaliação do imobilizado*

Provêm das reavaliações do imobilizado efectuadas pelo BBVA Portugal ao abrigo das disposições legais e apenas podem ser utilizadas para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o efeito das reavaliações de imobilizado corpóreo, efectuadas ao abrigo do Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro, e do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro, pode ser demonstrado da seguinte forma:

	<u>Valor bruto</u>	<u>Amortizações acumuladas</u>	<u>Reserva de reavaliação</u>
Imóveis	3.707	(1.511)	2.196
	=====	=====	=====

Reservas de justo valor

A reserva de justo valor reflecte as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, o Banco constitui um fundo de reserva até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferida para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício, até perfazer o referido montante.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Formação do resultado consolidado

A determinação do resultado líquido consolidado nos exercícios de 2007 e 2006 pode ser demonstrada da seguinte forma:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Resultado individual	20.809	(30.853)
	-----	-----
Resultados imputáveis ao BBVA Portugal: ¹		
- BBVA Gest	2.535	2.291
- BBVA Fundos	1.555	1.479
- BBVA Leasimo	795	726
- BBVA IFIC	1.477	1.200
	-----	-----
	6.362	5.696
	-----	-----
Impacto da conversão das contas individuais para IAS/IFRS:		
- Imparidade do crédito concedido líquida do efeito fiscal	(1.257)	2.888
- Responsabilidades com pensões	(924)	92
Anulação de dividendos distribuídos	(10.230)	-
Valia gerada na alienação da BBVA IFIC	6.837	-
Impostos diferidos relativos a pensões	2.330	-
Outros	(101)	130
	-----	-----
Resultado consolidado do exercício	23.826	(22.047)
	=====	=====

¹- Não está a ser evidenciado o contributo da Invesco Management nº 1, S.A., dado que este foi incorporado directamente nas demonstrações financeiras individuais do BBVA Portugal.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

27. INTERESSES MINORITÁRIOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Invesco Management nº1, S.A.	1	(128)
BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	-	15.772
	----	-----
	1	15.644
	====	=====

Em 2007 e 2006 a parcela dos resultados atribuível aos accionistas minoritários tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	(1.471)	(1.196)
Invesco Management nº1, S.A.	(129)	77
	-----	-----
	(1.600)	(1.119)
	====	=====

28. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Juros de disponibilidades	1.816	1.458
Juros de aplicações em instituições de crédito	18.225	13.410
Juros de crédito a clientes		
. Crédito interno	216.068	150.332
. Crédito ao exterior	22.108	16.267
Juros de crédito vencido	1.608	1.144
Juros de activos financeiros detidos para negociação:		
. Instrumentos derivados	22.818	6.384
Juros de activos financeiros disponíveis para venda:		
. Títulos	17.698	7.299
Juros de derivados de cobertura	1.511	842
Outros juros	1	40
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado:		
. Operações de crédito	2.777	3.402
. Aplicações em instituições de credito	-	1
Outras comissões recebidas:		
. Operações de crédito	3.914	2.244
	-----	-----
	308.544	202.823
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

29. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Juros de recursos de outras instituições de crédito		
. no país	3.374	2.852
. no estrangeiro	149.511	81.127
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	37.331	32.853
Juros de passivos financeiros de negociação		
. instrumentos financeiros derivados	24.035	5.732
Juros de derivados de cobertura	1.607	941
Juros de passivos subordinados	8.437	4.206
Outros juros e encargos similares	8	309
Outras comissões pagas:		
. operações de crédito	5.613	4.634
	-----	-----
	229.916	132.654
	=====	=====

Em 2007 e 2006, as “Outras comissões pagas – operações de crédito” incluem 4.341 mEuros e 3.456 mEuros relativos a comissões e a rappel pagos a fornecedores pela angariação de operações de crédito pela BBVA IFIC.

30. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica corresponde integralmente a dividendos recebidos, apresentando a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Rendimentos de activos disponíveis para venda:		
. SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	316	267
. Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S.A.	80	80
	-----	-----
	396	347
	===	===

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

31. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Rendimentos de serviços e comissões</u>		
Por garantias prestadas	3.899	3.686
Por compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	1.092	1.277
Por outras operações sobre instrumentos financeiros	81	93
Por serviços prestados		
· Administração de valores	8.277	9.771
· Depósito e guarda de valores	5.824	5.476
· Gestão de cartões	5.208	4.006
· Operações de crédito	1.402	1.514
· Cobrança de valores	1.092	1.188
· Montagem de operações	238	269
· Transferência de valores	142	104
· Outros serviços prestados	2.321	1.344
Por operações realizadas por conta de terceiros	2.105	1.793
Por gestão de fundos	6.327	5.676
Outras comissões recebidas	3.890	3.773
	-----	-----
	41.898	39.970
	=====	=====
<u>Encargos com serviços e comissões</u>		
Por garantias recebidas	3.431	2.251
Por compromissos assumidos por terceiros	38	-
Por serviços bancários prestados por terceiros		
· Depósito e guarda de valores	427	414
· Operações de crédito	35	36
· Cobrança de valores	10	11
· Administração de valores	1	-
· Outros	740	598
Por operações realizadas por terceiros	2.555	1.817
Outras comissões pagas	259	401
	-----	-----
	7.496	5.528
	=====	=====

Em 2007 e 2006, a rubrica “Comissões de depósito e guarda de valores” inclui 5.426 mEuros e 5.005 mEuros, respectivamente, correspondentes às comissões de banco depositário dos fundos de investimento mobiliário geridos pela BBVA Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. e dos fundos de pensões geridos pela BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Em 2007 e 2006, a rubrica “Comissões por serviços prestados – administração de valores” inclui 4.266 mEuros e 5.459 mEuros, respectivamente, correspondentes à remuneração do BBVA Portugal pela angariação de operações para o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. (Espanha).

Em 2007 e 2006, a rubrica “Outras comissões recebidas” inclui 2.348 mEuros e 1.047 mEuros, respectivamente, relativos à remuneração do BBVA Portugal pela colocação através da rede comercial do Banco, de seguros por conta da BBVA Seguros, S.A..

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

32. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Activos financeiros detidos para negociação:		
Títulos		
. Emitidos por residentes	3.092	1.335
. Emitidos por não residentes	6	35
Instrumentos financeiros derivados		
. Swaps		
Swaps de divisas	2.562	887
Swaps de taxa de juro	457	259
Equity swaps	(2.706)	(901)
. Futuros		
Sobre taxas de juro	641	(959)
Sobre cotações	(2.558)	821
. Opções		
Sobre taxas de juro	(63)	(72)
Sobre cotações	(103)	809
	-----	-----
	1.328	2.214
	-----	-----
Derivados de cobertura:		
. Swaps		
Swaps de taxa de juro	(652)	(2.098)
Equity swaps	(2.354)	(2.467)
	-----	-----
	(3.006)	(4.565)
	-----	-----
Correcções de valor de activos/passivos objecto de operações de cobertura	2.874	4.092
	-----	-----
	1.196	1.741
	=====	=====

33. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda:		
. Títulos emitidos por residentes	35	(1)
. Títulos emitidos por não residentes	(191)	28
	-----	-----
	(156)	27
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

34. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Reavaliação da posição cambial à vista	797	1.072
Reavaliação da posição cambial a prazo	83	(133)
	-----	-----
	880	939
	===	===

35. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Resultados em activos não financeiros		
. Outros activos tangíveis	(290)	102
. Activos não correntes detidos para venda	448	359
Outros	(14)	(13)
	-----	-----
	144	448
	===	===

36. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Outros rendimentos de exploração</u>		
Outros rendimentos e receitas operacionais:		
. Alienação da BBVA IFIC (Nota 3)	10.045	-
. Reembolso de despesas	7.289	5.476
. Recuperação de créditos incobráveis	3.195	2.752
. Rendimentos da prestação de serviços diversos	2.828	3.486
. Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	285	282
. Rendas de locação operacional	254	231
. Recuperação de créditos por venda de carteira (BBVA IFIC)	-	822
. Outros	3.036	1.183
	-----	-----
	26.932	14.232
	-----	-----
<u>Outros encargos de exploração</u>		
Outros impostos:		
. Impostos directos	461	486
. Impostos indirectos	1.212	370
Outros encargos e perdas operacionais:		
. Quotizações e donativos	98	110
. Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 24)	456	529
. Outros encargos e gastos operacionais:		
Campanha de incentivo FIM Extra 5	441	452
Regularizações associadas a contratos de crédito	369	471
Outros	1.205	1.610
	-----	-----
	4.242	4.028
	-----	-----
Outros resultados de exploração	22.690	10.204
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

37. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Salários e vencimentos		
. Órgãos de Gestão e Fiscalização	169	168
. Empregados	35.597	37.408
	-----	-----
	35.766	37.576
	-----	-----
Encargos sociais obrigatórios		
. Fundos de Pensões (Nota 18)	16.475	39.971
. Outros	5.442	6.374
	-----	-----
	21.917	46.345
	-----	-----
Encargos sociais facultativos	209	225
	-----	-----
Outros custos com pessoal		
. Indemnizações contratuais	1.166	2.086
Outros	260	363
	-----	-----
	1.426	2.449
	-----	-----
	59.318	86.595
	=====	=====

Em 2007 e 2006, as indemnizações contratuais incluem 1.166 mEuros e 2.021 mEuros, respectivamente, relativos a compensações pagas por rescisão antecipada de contratos de trabalho.

O número médio de colaboradores do Grupo em 2007 e 2006 apresenta a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Quadros directivos	58	74
Chefias e gerência	127	209
Quadros técnicos	390	162
Administrativos	225	373
Outros	-	4
	-----	-----
	800	822
	===	===

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

38. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Com fornecimentos	2.131	2.090
Com serviços		
. Rendas e alugueres	3.993	3.747
. Comunicações	3.750	3.998
. Publicidade e edição de publicações	2.446	3.487
. Seguros	2.265	1.113
. Deslocações, estadas e representação	1.409	1.677
. Conservação e reparação	1.197	1.119
. Transportes	211	232
. Serviços especializados		
Avenças e honorários	1.711	1.739
Informática	1.587	5.477
Mão de obra eventual	597	524
Judiciais, contencioso e notariado	595	1.068
Segurança e vigilância	313	325
Outros serviços especializados	4.057	4.453
. Outros serviços de terceiros	5.685	4.519
	-----	-----
	31.947	35.568
	=====	=====

Em 2007, o Banco desenvolveu um projecto interno denominado “Desafio 3,5 M”, tendo em vista a redução de custos essencialmente na área de informática, através do aproveitamento de sinergias com o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. e da substituição da subcontratação por contratação directa para os quadros do BBVA Portugal.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

39. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Grupo todas as empresas controladas pelo Grupo BBVA e os órgãos de gestão.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as demonstrações financeiras consolidadas do Banco incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas:

	2007	2006
Disponibilidades em outras instituições de crédito		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	153	227
Activos financeiros detidos para negociação		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	32.835	15.190
Activos financeiros disponíveis para venda		
BBVA Global Finance, Ltd.	1.715	1.677
Aplicações em instituições de crédito		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	285.755	120.546
Crédito a clientes		
Automercentil - Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis, Lda.	43.800	49.597
Derivados de cobertura (Activo)		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	14.086	6.894
Outros activos		
BBVA Seguros, S.A.	2.348	1.047
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	220	398
BBVA Global Finance, Ltd.	-	27
BBVA Gestion, S.A.	57	22
Passivos financeiros detidos para negociação		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	29.833	5.468
Recursos de outras instituições de crédito		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	3.880.153	3.077.078
Recursos de clientes		
BBVA Seguros, S.A.	1.714	1.479
Derivados de cobertura (Passivo)		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	24.137	15.597
Outros passivos subordinados		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	170.027	144.731
Extrapatrimoniais (Derivados)		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	2.359.556	779.961
	2007	2006
Margem financeira		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	(140.473)	(71.650)
Automercentil - Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis, Lda.	1.863	900
BBVA Global Finance, Ltd.	64	51
Comissões líquidas		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	4.266	5.459
BBVA Seguros, S.A.	1.324	1.047
BBVA Gestion, S.A.	57	95
Resultados em operações financeiras		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	(13.641)	(2.389)
Outros resultados de exploração		
Corporacion General Financiera S.A.	10.045	-

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

40. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROSPolíticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Banco

A política de gestão do risco no BBVA Portugal tem por objectivo gerir e controlar activamente a exposição à incerteza e está alinhada com os objectivos globais do Grupo BBVA.

Neste sentido, o Grupo BBVA Portugal tem vindo a dotar-se dos elementos tanto qualitativos (estrutura, sistemas e procedimentos), como quantitativos (metodologias e ferramentas) considerados necessários.

O Grupo BBVA Portugal dispõe de uma estrutura organizativa que, assente em princípios de uma gestão de riscos avançada, preserva a independência da função, mantendo a proximidade às áreas de negócio onde se originam os riscos.

Risco cambial

O risco cambial surge como consequência de variações nas taxas de câmbio das moedas, sempre que existem "posições abertas" nessas mesmas moedas.

No BBVA, a gestão do risco cambial é da responsabilidade da Área de Mercados, para a qual são transferidas, em tempo real, todas as posições originadas nas restantes áreas de negócio.

Estão definidos e são diariamente controlados, os limites para posições abertas, o "Stop Loss" e o Value at Risk (VaR) para este tipo de risco.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2007					
	Moeda					
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libra	Franco Suíço	Outras	Total
<i>Activo</i>						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	78.641	142	61	2	101	78.947
Disponibilidades em outras instituições de crédito	40.871	858	1.394	34	480	43.637
Activos financeiros detidos para negociação						
- Títulos	13.257	-	-	-	-	13.257
- Derivados (nacionais)	1.223.937	-	-	-	-	1.223.937
Activos financeiros disponíveis para venda	213.916	-	-	-	-	213.916
Aplicações em instituições de crédito	495.043	39.512	5.006	826	-	540.387
Crédito a clientes	4.967.969	40.496	-	-	389	5.008.854
Derivados de cobertura (nacionais)	253.041	1.967	-	-	-	255.008
	<u>7.286.675</u>	<u>82.975</u>	<u>6.461</u>	<u>862</u>	<u>970</u>	<u>7.377.943</u>
<i>Passivo</i>						
Passivos financeiros detidos para negociação (nacionais)	1.223.937	-	-	-	-	1.223.937
Recursos de outras instituições de crédito	3.872.045	41.225	2.047	-	730	3.916.047
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.653.021	39.514	4.318	804	69	1.697.726
Derivados de cobertura (nacionais)	253.041	1.967	-	-	-	255.008
Passivos subordinados	170.027	-	-	-	-	170.027
	<u>7.172.071</u>	<u>82.706</u>	<u>6.365</u>	<u>804</u>	<u>799</u>	<u>7.262.745</u>
		269	96	58	171	594

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2006					
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libra	Franco Suíço	Outras	Total
<i>Activo</i>						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	59.231	81	38	25	14	59.388
Disponibilidades em outras instituições de crédito	66.087	2.116	90	471	423	69.188
Activos financeiros detidos para negociação						
- Títulos	12.621	-	-	-	-	12.621
- Derivados (nacionais)	33.864	72	-	-	-	33.936
Activos financeiros disponíveis para venda	112.393	-	-	-	-	112.393
Aplicações em instituições de crédito	299.276	34.719	4.465	-	1.142	339.603
Crédito a clientes	4.687.087	12.036		81	73	4.699.277
Derivados de cobertura (nacionais)	160.594	103	-	-	-	160.697
	<u>5.431.152</u>	<u>49.127</u>	<u>4.594</u>	<u>577</u>	<u>1.653</u>	<u>5.487.103</u>
<i>Passivo</i>						
Passivos financeiros detidos para negociação (nacionais)	33.861	75	-	-	-	33.936
Recursos de outras instituições de crédito	3.353.369	2.839	258	-	319	3.356.785
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.592.960	46.905	4.241	370	1.162	1.645.637
Derivados de cobertura (nacionais)	160.499	198	-	-	-	160.697
Outros passivos subordinados	144.731	-	-	-	-	144.731
	<u>5.285.421</u>	<u>50.017</u>	<u>4.498</u>	<u>370</u>	<u>1.480</u>	<u>5.341.786</u>
		(890)	96	207	172	(415)

Tal como é visível nos quadros acima, o Grupo BBVA Portugal apresenta uma reduzida exposição a este tipo de risco.

Risco de liquidez

Entende-se por risco de liquidez o risco potencial para a entidade de não poder satisfazer os seus compromissos, dada a incapacidade de aceder aos mercados em quantidade e custo razoáveis.

No BBVA cabe ao Comité de Activos e Passivos o estabelecimento das linhas orientadoras da gestão do risco de liquidez, para que exista uma adequada gestão dos recebimentos e pagamentos no tempo.

O BBVA Portugal cobre as suas necessidades de fundos junto da casa mãe em Madrid, quer através de operações de mercado monetário a curto prazo, quer através de empréstimos a médio e longo prazo. Em paralelo, os excedentes de fundos são colocados na casa mãe em condições de mercado.

De acordo com os requisitos definidos pelo IFRS 7 apresentamos de seguida a totalidade dos “cash-flows” contratuais não descontados para os diversos intervalos temporais, com base nos seguintes pressupostos:

- Os depósitos à ordem de clientes registados na rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” são apresentados no intervalo temporal “à vista”;
- Os descobertos em depósitos à ordem e as contas correntes caucionadas registados na rubrica “Crédito a clientes” são apresentados no intervalo temporal “à vista”;
- A coluna “Outros” corresponde a valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos;
- As acções, unidades de participação e o crédito vencido a clientes foram classificados como a prazo indeterminado; e
- Para as operações cuja remuneração não é fixa, por exemplo, operações indexadas à Euribor, os “cash-flows” futuros são estimados com base no valor de referência em 31 de Dezembro de 2007.
- Foram incluídos os fluxos de juros calculados para todas as operações de balanço.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os prazos residuais dos cash flows contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

2007								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	78.947	-	-	-	-	-	-	78.947
Disponibilidades em outras instituições de crédito	43.626	-	-	-	-	-	-	43.626
Activos financeiros detidos para negociação	-	21.889	56.370	134.027	11.536	13.258	5.050	242.129
Activos financeiros disponíveis para venda	-	17.812	34.675	132.446	69.180	7.127	(141)	261.100
Aplicações em instituições de crédito	159.805	307.415	54.711	21.349	-	-	-	543.280
Crédito a clientes	639.093	998.401	797.040	1.410.849	3.081.218	23.551	(3.633)	6.946.520
Derivados de cobertura	-	2.056	8.939	21.840	19.211	-	4.005	56.051
	921.471	1.347.573	951.734	1.720.511	3.181.145	43.936	5.281	8.171.652
Passivos								
Passivos financeiros detidos para negociação	-	21.601	55.587	133.129	11.292	-	4.501	226.109
Recursos de outras instituições de crédito	30.029	1.322.372	620.043	1.523.644	885.704	-	-	4.381.792
Recursos de clientes e outros empréstimos	891.353	449.422	211.024	151.696	-	-	(53)	1.703.442
Derivados de cobertura	-	4.542	15.695	26.543	21.089	-	1.623	69.492
Outros passivos subordinados	-	2.441	7.232	38.665	194.068	-	-	242.405
	921.382	1.800.378	909.580	1.873.677	1.112.152	-	6.071	6.623.241
Gap de liquidez	89	(452.805)	42.154	(153.166)	2.068.993	43.936	(790)	1.548.411
2006								
	A vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	59.388	-	-	-	-	-	-	59.388
Disponibilidades em outras instituições de crédito	69.188	-	-	-	-	-	-	69.188
Activos financeiros detidos para negociação	266	1.015	2.155	17.752	5.226	12.621	4.145	43.179
Activos financeiros disponíveis para venda	-	693	16.614	102.302	-	7.095,26	(185)	126.518
Aplicações em instituições de crédito	137.738	138.560	26.066	40.294	-	-	-	342.658
Crédito a clientes	556.611	932.310	859.765	1.243.021	2.320.236	21.097	(1.954)	5.931.087
Derivados de cobertura	563	3.262	5.940	15.471	1.380	-	3.694	30.309
	823.753	1.075.839	910.540	1.418.840	2.326.842	40.813	5.700	6.602.327
Passivos								
Passivos financeiros detidos para negociação	540	1.156	2.470	17.107	5.081	-	4.001	30.355
Recursos de outras instituições de crédito	25.590	845.518	848.458	1.627.290	362.176	-	-	3.709.032
Recursos de clientes e outros empréstimos	935.747	378.784	222.783	115.895	-	(3.265)	5.311	1.655.255
Derivados de cobertura	1.264	5.039	9.429	17.598	5.291	-	3.785	42.407
Outros passivos subordinados	-	1.640	6.486	100.057	81.799	-	-	189.982
	963.141	1.232.137	1.089.626	1.877.947	454.347	(3.265)	13.098	5.627.031
Gap de liquidez	(139.388)	(156.298)	(179.086)	(459.107)	1.872.495	44.078	(7.398)	975.296

Os “gaps” negativos “até 3 meses” e “de 1 a 5 anos” reflectem o peso do crédito à habitação, operações tradicionalmente de longo prazo, nos activos do BBVA.

Todos os “gaps” incorporam os juros calculados para todas as operações de balanço, tal como exigido pelos IFRS.

Considerando o acima exposto, e a fonte de recursos a que o Grupo BBVA Portugal tem acesso, poder-se-á concluir por um risco de liquidez praticamente negligenciável.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro diz respeito ao impacto que movimentos nas taxas de juro têm nos resultados e no valor patrimonial da entidade. Este risco deriva dos diferentes prazos de vencimento ou de reapreciação dos activos, passivos e posições fora de balanço da entidade (risco de reapreciação), face a alterações na inclinação da curva de taxas de juro (risco de curva), face a variações na relação entre as curvas de mercado que afectam as distintas actividades bancárias (risco de base), bem como pela existência de opções implícitas em muitos produtos bancários (risco de opção).

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do valor actual dos cash-flows futuros de um instrumento financeiro sofrer flutuações em virtude de alterações nas taxas de juro de mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No BBVA, a exposição ao risco de taxa de juro é analisada sob uma dupla perspectiva: resultados e valor económico.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o tipo de exposição ao risco de taxa de juro pode ser resumida como segue:

	2007		
	Não sujeito a taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável
			Total
Activo			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	-	78.947
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	43.637
Activos financeiros detidos para negociação			
- Títulos	13.257	-	-
- Instrumentos financeiros derivados (nacionais)	-	263.744	960.193
Activos financeiros disponíveis para venda	7.127	19.741	187.048
Aplicações em instituições de crédito	-	20.788	519.599
Crédito a clientes	23.552	170.596	4.814.706
Derivados de cobertura (nacionais)	-	16.760	238.248
	43.936	491.629	6.842.378
			7.377.943
Passivo			
Passivos financeiros detidos para negociação			
- Instrumentos financeiros derivados (nacionais)	-	285.525	938.412
Recursos de outras instituições de crédito	-	47.786	3.868.261
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	149.229	1.548.497
Derivados de cobertura (nacionais)	-	66.026	188.982
Passivos subordinados	-	-	170.027
	-	548.566	6.714.179
			7.262.745
	43.936	(56.937)	128.199
			115.198
	2006		
	Não sujeito a taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável
			Total
Activo			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	-	59.388
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	69.188
Activos financeiros detidos para negociação			
- Títulos	12.621	-	-
- Instrumentos financeiros derivados (nacionais)	-	15.543	18.393
Activos financeiros disponíveis para venda	6.498	-	105.895
Aplicações em instituições de crédito	-	21.800	317.803
Crédito a clientes	31.532	242.818	4.424.927
Derivados de cobertura (nacionais)	-	96.709	63.988
	50.651	376.870	5.059.582
			5.487.103
Passivo			
Passivos financeiros detidos para negociação			
- Instrumentos financeiros derivados (nacionais)	-	18.060	15.876
Recursos de outras instituições de crédito	-	31.671	3.325.114
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	117.137	1.528.500
Derivados de cobertura (nacionais)	-	22.851	137.846
Passivos subordinados	-	-	144.731
	-	189.719	5.152.067
			5.341.786
	50.651	187.151	(92.485)
			145.317

Os montantes apresentados relativamente a instrumentos financeiros derivados, de negociação e de cobertura, correspondem ao somatório dos montantes nacionais relativos a swaps de taxa de juro.

No conceito de taxa variável estão incluídas todas as operações com prazo de vencimento residual inferior a um ano, bem como, todas as outras cuja taxa possa ser redefinida em função de indicadores de mercado, dentro daquele prazo.

A exposição ao risco de taxa de juro evidenciada no quadro acima corresponde essencialmente a operações de crédito ao consumo a taxa fixa, para as quais o Banco não contrata operações de cobertura junto do Mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser decomposta nos seguintes intervalos temporais:

	2007							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	78.947	-	-	-	-	-	-	78.947
Disponibilidades em outras instituições de crédito	43.637	-	-	-	-	-	-	43.637
Activos financeiros detidos para negociação								
- Títulos	-	-	-	-	-	13.257	-	13.257
- Instrumentos financeiros derivados	533.477	94.615	332.101	263.744	-	-	-	1.223.937
Activos financeiros disponíveis para venda	-	83.282	101.955	19.618	123	7.127	1.811	213.916
Aplicações em instituições de crédito	159.425	323.042	35.481	20.788	-	-	1.651	540.387
Crédito a clientes	668.554	3.502.562	633.268	109.434	61.162	23.552	10.322	5.008.854
Derivados de cobertura	45.416	91.930	100.902	16.760	-	-	-	255.008
	1.529.456	4.095.431	1.203.707	430.344	61.285	43.936	13.784	7.377.943
Passivo								
Passivos financeiros detidos para negociação								
- Instrumentos financeiros derivados	505.891	97.640	334.881	285.525	-	-	-	1.223.937
Recursos de outras instituições de crédito	30.029	3.383.475	436.627	47.203	583	-	18.130	3.916.047
Recursos de clientes e outros empréstimos	891.273	444.308	204.417	149.229	-	-	8.499	1.697.726
Derivados de cobertura	85.665	93.217	10.100	66.026	-	-	-	255.008
Passivos subordinados	170.027	-	-	-	-	-	-	170.027
	1.682.885	4.018.640	986.025	547.983	583	-	26.629	7.262.745
	(153.429)	76.791	217.682	(117.639)	60.702	43.936	(12.845)	115.198

De acordo com a política de gestão de riscos em vigor no Grupo BBVA Portugal, a gestão da exposição ao risco de taxa de juro assume maior relevância para operações de taxa fixa com prazo superior a um ano.

Considerando o volume de recursos à vista sob a forma de Depósitos à Ordem não remunerados, pouco sensíveis às variações das taxas de juro, o quadro acima evidencia uma muito reduzida exposição ao risco de taxa de juro.

Acresce que os mecanismos de transferência aos clientes dos efeitos nos mercados são automáticos nas operações indexadas, por exemplo, créditos a médio e longo prazo e mais lentos nas operações de curto prazo, muitas delas sucessivamente renegociadas, caso dos depósitos a prazo por exemplo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perda de valor do activo do BBVA Portugal, em consequência do incumprimento das obrigações contratuais, por motivos de insolvência ou incapacidade de pessoas singulares ou colectivas de honrar os seus compromissos para com o Banco.

A gestão do risco de crédito no Grupo BBVA fundamenta-se numa abordagem global que abarca cada uma das fases do processo: análise, autorização, seguimento e, se fôr o caso, recuperação.

O segundo pilar no qual assenta a gestão do risco no Grupo BBVA é representado pelas normas, políticas, procedimentos, metodologias, ferramentas e sistemas, que constituem um suporte básico para uma gestão eficiente.

Com o objectivo de poder assegurar uma adequada gestão do risco, o modelo definido de gestão do risco de crédito, suportado numa organização matricial, está integrado na estrutura geral de controlo do BBVA Portugal e envolve todos os níveis que intervêm na tomada de decisões de risco mediante a atribuição de funções e utilização de procedimentos, circuitos de decisão e ferramentas que delimitam claramente as responsabilidades.

Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro pode ser resumida como segue:

Tipo de instrumento financeiro	2007			2006		
	Valor contabilístico bruto	Provisões/ Imparidade	Valor contabilístico líquido	Valor contabilístico bruto	Provisões/ Imparidade	Valor contabilístico líquido
Patrimoniais:						
Disponibilidades em outras instituições de crédito	43.637	-	43.637	69.188	-	69.188
Activos financeiros detidos para negociação	74.935	-	74.935	33.011	-	33.011
Activos financeiros disponíveis para venda	214.546	(630)	213.916	112.989	(596)	112.393
Aplicações em instituições de crédito	540.387	-	540.387	339.603	-	339.603
Crédito a clientes	5.052.934	(44.080)	5.008.854	4.740.538	(41.261)	4.699.277
	<u>5.926.439</u>	<u>(44.710)</u>	<u>5.881.729</u>	<u>5.295.329</u>	<u>(41.857)</u>	<u>5.253.472</u>
Extrapatrimoniais:						
Garantias prestadas	641.557	-	641.557	508.764	-	508.764
Compromissos irrevogáveis	571.088	-	571.088	179.666	-	179.666
	<u>1.212.645</u>	<u>-</u>	<u>1.212.645</u>	<u>688.430</u>	<u>-</u>	<u>688.430</u>
	<u>7.139.084</u>	<u>(44.710)</u>	<u>7.094.374</u>	<u>5.983.759</u>	<u>(41.857)</u>	<u>5.941.902</u>

Qualidade do crédito dos activos financeiros sem incumprimentosCrédito a clientes – empresas

O Banco dispõe de um sistema de rating interno dos clientes nas seguintes categorias:

- . AA
- . A
- . BBB
- . B
- . CCC

O cálculo do Rating é produzido para o negócio de empresas tendo em conta a sua dimensão em termos de volume de vendas (Corporativa, Empresas e Pmes) e, por outro lado, o próprio segmento de negócio (Instituições Públicas, Instituições Financeiras, Promotor Imobiliário, etc).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O algoritmo de classificação que incorpora o sistema de rating compreende variáveis quantitativas (balanço e conta exploração), variáveis qualitativas (segmentos, sector, posição competitiva, accionistas, qualidade da gestão e da informação e flexibilidade financeira) e variáveis de contraste, consistência e alertas, bem como dados complementares obtidos junto de Agências Externas Especializadas.

A pontuação obtida está traduzida em termos de Probabilidade de Incumprimento, validada por Bases de Dados Históricas, e é transposta para uma Escala de Rating de AAA a CCC.

A BBVA Leasimo não dispõe de um sistema de rating interno dos seus clientes.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o crédito a empresas, excluindo o crédito concedido através da BBVA Leasimo, encontra-se classificado de acordo com o sistema de rating interno como segue:

Classe de activo	2007						
	Ratings						
	AA	A	BBB	BB	B	C	Total
Empresas							
Banca Comercial	121	2.140	92.856	274.270	87.077	159	456.623
Banca Corporativa	73.975	181.241	667.808	557.432	156.573	110	1.637.139
Banca Institucional (SPA)	-	-	26.447	-	-	-	26.447
Instituições Financeiras e Participadas	285.211	-	7.500	35.000	-	-	327.711
Banca Hipotecária	-	-	5.500	33.461	9.852	-	48.813
Leasing	-	-	6.998	23.485	5.586	192	36.261
	359.307	183.381	807.109	923.648	259.088	461	2.532.994

Classe de activo	2006						
	Ratings						
	AA	A	BBB	BB	B	C	Total
Empresas							
Banca Comercial	-	1.910	49.862	211.065	74.937	146	337.920
Banca Corporativa	291	249.288	368.183	576.034	161.503	1.755	1.357.054
Banca Institucional (SPA)	-	-	-	-	-	-	-
Instituições Financeiras e Participadas	-	-	7.500	95.000	-	140	102.640
Banca Hipotecária	-	-	11.000	16.275	4.107	-	31.382
Leasing	-	-	5.068	10.808	3.135	-	19.011
	291	251.198	441.613	909.182	243.682	2.041	1.848.007

Em 31 de Dezembro de 2007, as operações de crédito para os quais o Grupo BBVA Portugal não dispõe de rating atribuído podem ser decompostas conforme segue:

	2007	2006
Empresas		
Banca Hipotecária	432.574	386.837
Instituições Financeiras e Participadas	298.166	421.850
Banca Comercial	172.895	194.169
Banca Institucional (SPA)	84.351	75.619
Corporativa	35.609	28.458
Leasing	98.611	98.405
	<u>1.122.206</u>	<u>1.205.338</u>

Crédito a clientes – particulares

Ao nível do crédito a clientes particulares, o Banco tem vindo a focalizar-se essencialmente na concessão de crédito à habitação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No que diz respeito ao crédito à habitação, a relação entre o montante em dívida e o valor de mercado dos imóveis dados em garantia apresenta a seguinte decomposição:

Montante em dívida / garantia	2007		2006	
	Crédito vivo	%	Crédito vivo	%
<=75%	978.532	55,90%	892.374	56,88%
entre 75 e 90%	509.963	29,13%	450.556	28,72%
Mais de 90%	262.089	14,97%	225.909	14,40%
	<u>1.750.584</u>	<u>100%</u>	<u>1.568.839</u>	<u>100%</u>

Antiguidade do incumprimento das operações de crédito vencidas

Em 31 de Dezembro de 2007, as operações de crédito vencidas, excluindo as operações registadas na BBVA Leasimo, apresentam os seguintes colaterais:

	Crédito vencido	Crédito vincendo	Total	Colaterais
Até 3 meses	2.306	45.359	47.665	24.573
De 3 a 6 meses	770	8.106	8.876	11.102
De 6 a 12 meses	3.301	8.850	12.151	13.836
De 1 ano a 3 anos	5.755	10.722	16.477	14.769
De 3 anos a 5 anos	6.210	4.056	10.266	6.056
Juros vencidos	1.622	288.421	290.043	387.201
	<u>19.964</u>	<u>365.514</u>	<u>385.478</u>	<u>457.537</u>

Na participada BBVA Leasimo, o montante de crédito vencido ascende a 1.039 mEuros e o crédito vincendo associado ao vencido ascende a 12.283 mEuros. Relativamente a estes créditos, o justo valor dos colaterais ascende a 30.170 mEuros.

Reestruturações

Em 31 de Dezembro de 2007, as operações de crédito reestruturado registadas nas aplicações centrais do Grupo BBVA Portugal ascendem a 1.440 mEuros.

Títulos em carteira

Relativamente aos títulos em carteira, a qualidade dos activos do Grupo BBVA Portugal em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 pode ser resumida como segue:

Classe de activo	2007								Sem rating	Total
	Rating Externo			Rating Interno						
	AA+ / AA / AA-	A+ / A / A-	BBB / BBB-	A / A-	BB / BB-	BBB+ / BBB / BBB-				
Activos financeiros detidos para negociação	22	5.638	2.307	1.337	126	1.082	2.745	13.257		
Activos financeiros disponíveis para venda	18.246	499	18.628	49.788	-	118.360	8.395	213.916		
	18.268	6.137	20.935	51.125	126	119.442	11.140	227.173		

Classe de activo	2006								Sem rating	Total
	Rating Externo			Rating Interno						
	AA	A	BBB	AA	A	BB	BBB			
Activos financeiros detidos para negociação	-	4.507	6.224	164	869	180	446	231	12.621	
Activos financeiros disponíveis para venda	20.509	-	-	-	-	-	-	91.884	112.393	
	20.509	4.507	6.224	164	869	180	446	92.115	125.014	

De referir que ao nível dos títulos registados na categoria de “Activos financeiros detidos para negociação” e “Activos financeiros disponíveis para venda”, o rating apresentado corresponde ao mais baixo dos ratings divulgados pelas agências internacionais Fitch, Moody's e Standard & Poors.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nos restantes títulos, o rating apresentado corresponde ao rating interno desenvolvido pelo Banco, na medida em que os mesmos são equiparados a operações de crédito.

Risco de mercado

A actividade do Banco realizada através de instrumentos financeiros pressupõe a assunção ou transferência de um ou vários tipos de riscos.

Riscos de Mercado são os que surgem por manter instrumentos financeiros cujo valor pode ser afectado por variações em condições de mercado. Os riscos de mercado incluem:

- a) Risco de câmbio: surge como consequência de variações nas taxas de câmbio entre as moedas;
- b) Risco de taxa de juro: surge como consequência de variações nas taxas de juro de mercado;
- c) Risco de preço: surge como consequência de alterações nos preços de mercado, quer por factores específicos do próprio instrumento, quer por factores que afectam todos os instrumentos negociados no mercado.

O risco de mercado do Banco é avaliado com base nas seguintes metodologias:

- Value-at-Risk" (VaR) relativamente à carteira de "trading", a qual inclui a carteira de títulos e os instrumentos financeiros derivados.
- Análise de sensibilidade relativamente aos restantes activos e passivos do Banco. Esta análise de sensibilidade é efectuada com base nos pressupostos definidos pelo Banco de Portugal na Instrução 19/2005.

Carteira de "trading"

O VaR constitui a variável básica para medir e controlar o risco de mercado na Área de Mercados do BBVA Portugal. O VaR corresponde à perda máxima, com um determinado nível de confiança, que se pode produzir nas exposições de mercados de uma carteira para um certo horizonte temporal.

A metodologia utilizada pelo BBVA Portugal assenta na Matriz de co-variâncias a qual consiste em resumir a informação histórica dos mercados numa matriz de co-variâncias dos factores de risco para, a partir dela e das sensibilidades da carteira aos factores de risco, inferir no pressuposto de distribuição normal, a perda máxima para um dia com um nível de confiança de 99%. De referir que são consideradas as observações relativas a um ano, sendo atribuído igual peso a todas as observações.

No Grupo BBVA são seguidos dois métodos para o cálculo da matriz de covariâncias:

- VaR sem alisamento exponencial, para o qual a matriz de covariâncias se obtém equiponderando a informação diária do último ano transcorrido;
- VaR com alisamento exponencial, para o qual a matriz de covariâncias é estimada dando mais peso à informação, dos mercados, mais recente, actualmente é utilizada a primeira.

Nas opções a metodologia genérica consiste em calcular o VaR Vega (de volatilidade) aplicando a cada posição existente as volatilidades das volatilidades implícitas, calculadas a partir de séries históricas disponíveis para as opções sobre os principais subjacentes. Por exemplo, para posições em opções sobre taxa de juro, aplica-se a volatilidade histórica de volatilidades implícitas "at the money" de caps, floors e swaps.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os valores apurados para este indicador podem ser resumidos como segue:

	2007	2006
VaR máximo	208	194
VaR médio	103	65
VaR mínimo	36	10
VaR em 31 de Dezembro	91	46

A decomposição do VaR a 31 de Dezembro de 2007 por tipo de risco é apresentada de seguida:

Taxa de Juro	15
Cambial	4
Renda Variável	78
Efeito de diversificação	(6)
VaR total	<u>91</u>

Carteira de “non- trading”

A análise de sensibilidade relativamente à carteira “non trading” foi efectuada de forma a determinar o potencial impacto na Situação Líquida e na Margem Financeira do Banco no exercício de 2008 considerando uma descida das taxas de juro de referência em 200 basis points (bps) e assumindo uma deslocação paralela da curva de taxa de juro.

No que respeita aos activos e passivos do Banco, o impacto potencial na Margem financeira projectada para 2008 de uma variação das taxas de juro de referência em 200 basis points será de 2.889 mEuros.

Justo valor

O justo valor tem por base os preços de mercado. Nos casos em que não existe preço de mercado, como acontece, por exemplo, em Depósitos estruturados colocados nos clientes, o justo valor é calculado com recurso a modelos internos, assentes na técnica de desconto de cash-flows, utilizando a curva de taxas do mercado.

Em 31 de Dezembro de 2007, o justo valor dos activos e passivos financeiros é o seguinte:

Instrumentos financeiros	Saldos analisados			Saldos não analisados	Valor de balanço total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
Activos					
Aplicações em instituições de crédito	20.788	20.790	2	519.599	540.387
Crédito a clientes	2.746.155	2.722.710	(23.445)	2.262.699	5.008.854
	<u>2.766.943</u>	<u>2.743.500</u>	<u>(23.443)</u>	<u>2.782.298</u>	<u>5.549.241</u>
Passivos					
Recursos de outras instituições de crédito	(2.055.604)	(2.056.380)	(776)	(1.860.443)	(3.916.047)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(41.244)	(41.319)	(75)	(1.656.482)	(1.697.726)
Outros passivos subordinados	(170.000)	(148.958)	21.042	(27)	(170.027)
	<u>(2.266.848)</u>	<u>(2.246.657)</u>	<u>20.191</u>	<u>(3.516.952)</u>	<u>(5.783.800)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os principais pressupostos utilizados no apuramento do justo valor são os seguintes:

- Para cálculo do justo valor, o BBVA dividiu a sua carteira em operações com vencimento inferior/superior a 31 de Dezembro de 2008.
- Para operações com vencimento inferior ou igual a 31 de Dezembro de 2008 foi considerado que, dado o seu curto prazo, o valor contabilístico é um razoável indicador do seu justo valor.
- A parte da carteira com vencimento superior a um ano foi agrupada em classes homogéneas segundo características comuns a cada classe, nomeadamente produto, família de produto, subtipo de produto, moeda, rating, taxa de juro fixa/variável.
- Para operações negociadas no último mês do ano foram calculadas, para cada classe homogénea, taxas médias (se operações a taxa fixa) ou *spreads* médios (se operações a taxa variável), ambos ponderados pelo montante.

O cálculo do justo valor foi efectuado operação a operação, sendo numa primeira fase feita uma projecção do *cash-flow* com base nas condições contratuais e no valor dos indexantes a 31 de Dezembro de 2007, seguindo-se uma actualização dos *cash-flows* à taxa média (se fixa) ou indexante em 31 de Dezembro acrescida do *spread* médio (se variável), das operações realizadas em Dezembro de 2007.

Para algumas operações com características singulares (empréstimos subordinados), a taxa de actualização ou *spread* resulta de consultas ao mercado.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros pode ser resumida como se segue:

	2007				
Tipo de instrumento financeiro	Activos valorizados ao custo de aquisição	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor			Total
		Cotações em mercado activo	Técnicas de valorização baseadas em:		
			Dados de mercado	Outros	
Activos					
Activos financeiros detidos para negociação	-	13.258	29.577	32.100	74.935
Activos financeiros disponíveis para venda	19.829	9.609	184.478	-	213.916
Derivados de cobertura	-	-	18.194	-	18.194
	19.829	22.867	232.249	32.100	307.045
Passivos					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	(29.129)	(31.158)	(60.287)
Derivados de cobertura	-	-	(24.154)	-	(24.154)
	-	-	(53.283)	(31.158)	(84.441)
	2006				
Tipo de instrumento financeiro	Activos valorizados ao custo de aquisição	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor			Total
		Cotações em mercado activo	Técnicas de valorização baseadas em:		
			Dados de mercado	Outros	
Activos					
Activos financeiros detidos para negociação	-	12.621	2.557	17.833	33.011
Activos financeiros disponíveis para venda	4.227	920	106.804	442	112.393
Derivados de cobertura	-	-	10.611	-	10.611
	4.227	13.541	119.972	18.275	156.015
Passivos					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	(2.879)	(16.726)	(19.605)
Derivados de cobertura	-	-	(15.603)	-	(15.603)
	-	-	(18.482)	(16.726)	(35.208)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os principais pressupostos utilizados na construção dos quadros acima apresentados são os seguintes:

- Os valores relativos a cotações em mercado activo correspondem a instrumentos de capital e dívida cotados em Bolsa;
- A valorização dos instrumentos financeiros derivados, à excepção das opções, é efectuada através de técnicas de valorização baseadas em dados de mercado;
- Os títulos em carteira valorizados com base em cotações associadas a transacções são apresentados na coluna “Técnicas de valorização - dados de mercado”;
- Os restantes títulos em carteira cuja valorização corresponde a *bids* indicativos fornecidos por contribuidores ou a modelos de valorização internos desenvolvidos são apresentados em “Técnicas de valorização – outras”.

Em 2007, os impactos reconhecidos nas demonstrações financeiras em resultado da utilização de técnicas de valorização não baseadas em dados de mercado são os seguintes:

Instrumentos financeiros	2007	
	Variações no justo valor	
	Resultados em operações financeiras	Capitais próprios
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	146	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	(861)
Crédito a clientes	370	-
Derivados de cobertura (Activos e passivos)	(3.006)	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.504	-
	14	(861)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

41. ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

O impacto da adopção das Normas Internacionais de Contabilidade, tal como adoptadas pela União Europeia, pode ser resumido como segue:

	Nota	Capital próprio
Saldos de acordo com NCA em 31/12/2005		<u>230.030</u>
Impacto da adopção dos restantes IAS/IFRS:		
Responsabilidades com pensões	(a)	(98.113)
Imparidade	(b)	6.198
Impostos diferidos	(c)	20.260
Anulação de movimentos do ano de acordo com NCA's		
Responsabilidades com pensões	(a)	19.623
Impostos diferidos	(a)	(4.391)
Outros		(7)
Saldos de acordo com IAS/IFRS em 31/12/2005 ("pró-forma")		<u><u>173.600</u></u>

- (a) A adopção das Normas Internacionais de Contabilidade com referência a 1 de Janeiro de 2005 implicou as seguintes alterações face às demonstrações financeiras preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas em 2005:

- Reconhecimento em 1 de Janeiro de 2005, por contrapartida de resultados transitados, do impacto anteriormente referido no montante de 98.113 mEuros; e
- Anulação da amortização efectuada em 2005 de acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 de 21 de Fevereiro, no montante de 19.623 mEuros, e do respectivo efeito fiscal.

- (b) Com a adopção das IAS/IFRS, o Grupo BBVA Portugal passou a determinar a imparidade de crédito concedido e as responsabilidades com garantias prestadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.5. d). De acordo com NCA eram constituídas provisões pelo Grupo de acordo com as disposições emitidas pelo Banco de Portugal a este respeito, nomeadamente o Aviso nº 3/95, de 30 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de Janeiro. Neste sentido, eram constituídas as seguintes provisões:

- Provisão para crédito e juros vencidos - Incidia sobre as prestações vencidas de capital e juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos dependiam do tipo de garantias existentes e eram função crescente do período decorrido desde a data de incumprimento.
- Provisão para créditos de cobrança duvidosa – Incidia sobre o capital vincendo relativo a créditos concedidos com prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas, de acordo com critérios específicos definidos pelo Banco de Portugal. As percentagens provisionadas correspondiam, no todo ou em parte, às aplicadas relativamente ao crédito vencido das operações. De referir que os créditos nestas condições eram considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados com base nas taxas aplicáveis ao crédito vencido dessas operações. O Banco constituía ainda uma provisão adicional para créditos de cobrança duvidosa, com base numa análise do valor estimado de realização de um conjunto de empréstimos.

•

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Provisão para riscos gerais de crédito - Encontrava-se registada no passivo, e destinava-se a fazer face a riscos de cobrança do crédito concedido e garantias e avales prestados. Esta provisão era calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito não vencido, incluindo as garantias e avales:

- 1,5% no que se refere ao crédito ao consumo e às operações de crédito a particulares, cuja finalidade não possa ser determinada;
- 0,5% relativamente ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário;
- 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

O impacto da transição correspondeu à diferença entre o montante da imparidade calculado de acordo com os princípios definidos na Nota 2.5. d) e as provisões constituídas pelo Banco.

- (c) Corresponde ao impacto fiscal dos ajustamentos de transição das Normas de Contabilidade Ajustadas para as Normas Internacionais de Contabilidade, tal como adoptadas pela União Europeia.

42. GESTÃO DE CAPITAL

Os procedimentos adoptados para o cálculo dos rácios e limites prudenciais do Grupo BBVA Portugal são os que resultam das disposições emanadas do Banco de Portugal, de modo semelhante ao que se verifica para todas as questões que se insiram no âmbito das funções de supervisão do sistema bancário. Essas normas representam o enquadramento legal e regulamentar das diversas matérias de natureza prudencial.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2007, o detalhe dos fundos próprios do BBVA Portugal apresenta-se de seguida:

Fundos próprios de base	208.764
Fundos próprios complementares	172.376
Deduções	(607)

Fundos próprios totais	380.533
	=====
Activos ponderados	3.773.887
Extrapatrimoniais ponderadas	665.237

Riscos ponderados totais	4.439.124
	=====
Requisitos de Fundos Próprios para risco de crédito, risco de crédito contraparte e transacções incompletas	355.130
Requisitos de Fundos Próprios para riscos de posição, riscos cambiais e riscos de mercadorias	596
Requisitos de Fundos Próprios	355.726
Rácio TIER I	4,8%
Rácio TIER II	3,9%
Rácio de solvabilidade	8,6%

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.
INVENTÁRIO DE TÍTULOS CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em mEuros)

Natureza e espécie de títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Cotação unitária ¹	Valor de aquisição	Juros corridos	Valor de balanço	Data de vencimento	Taxa de juro (%)
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO								
Títulos								
Emitidos por Residentes								
Instrumentos de Capital								
Acções								
ALTRI	8.871	0,25	0,01	51	-	47	n.a.	n.a.
BCP	98.697	1,00	0,00	297	-	288	n.a.	n.a.
BES	97.127	5,00	0,02	1.538	-	1.457	n.a.	n.a.
BPI - SGPS SA	118.107	1,00	0,01	691	-	633	n.a.	n.a.
BRISA PRIV SHR	84.214	1,00	0,01	813	-	846	n.a.	n.a.
CIMPOR	91.378	1,00	0,01	560	-	548	n.a.	n.a.
CORT AMORIM	31.958	1,00	0,00	66	-	63	n.a.	n.a.
EDP	539.833	1,00	0,00	2.397	-	2.413	n.a.	n.a.
ENGIL SGPS	35.777	1,00	0,01	197	-	183	n.a.	n.a.
GALP	96.652	1,00	0,02	1.272	-	1.777	n.a.	n.a.
IMPRESA SGPS	29.372	0,50	0,00	75	-	61	n.a.	n.a.
JERONIMO MARTINS	85.571	1,00	0,01	447	-	462	n.a.	n.a.
PORTUCEL	239.454	1,00	0,00	608	-	534	n.a.	n.a.
PORTUGAL TELECOM SGPS SA-REG	196.979	0,03	0,01	1.843	-	1.759	n.a.	n.a.
PT MULTIMEDIA	84.061	0,01	0,01	688	-	803	n.a.	n.a.
REN	19.951	1,00	0,00	71	-	72	n.a.	n.a.
SAG GEST - SOLUÇÕES AUTOMÓVEIS	15.000	1,00	0,00	26	-	47	n.a.	n.a.
SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO	6.896	1,00	0,01	77	-	60	n.a.	n.a.
SONAE COM SGPS SA	35.573	1,00	0,00	139	-	117	n.a.	n.a.
SONAE INDUSTRIA	39.487	5,00	0,01	333	-	262	n.a.	n.a.
SONAE SGPS	388.510	1,00	0,00	768	-	769	n.a.	n.a.
GRUPO SOARES DA COSTA	15.541	1,00	0,00	35	-	32	n.a.	n.a.
Emitidos por Não Residentes								
Instrumentos de Capital								
Acções								
BCO SANTANDER	1.500	0,50	0,01	23	-	22	n.a.	n.a.
				<u>13.017</u>	<u>-</u>	<u>13.257</u>		

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.
INVENTÁRIO DE TÍTULOS CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em mEuros)

Natureza e espécie de títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Cotação unitária ¹	Valor de aquisição	Juros corridos	Valor de balanço	Data de vencimento	Taxa de juro (%)
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA								
Títulos								
Emitidos por Residentes								
Instrumentos de Dívida								
Dívida Pública Portuguesa								
BILHETES DO TESOURO	15.250.000	1,00	0,10	14.722	-	15.109	23-01-2009	0,00
O.T. - 16 JUNHO 2014	12.000.000	0,01	0,00	122	3	126	16-06-2014	4,38
O.T. 5.375% JUNHO 1998/23-06-2008	10.146.794	0,01	0,00	102	3	104	23-06-2008	5,38
O.T. - 15 JULHO 2008	9.700.000	0,01	0,00	99	1	98	15-07-2008	3,25
OT Jul / 2009	36.750.000	0,01	0,00	360	7	374	15-07-2009	3,95
O.T. - 15 Abril 2011	15.000.000	0,01	0,00	147	3	150	15-04-2011	3,20
Outros Títulos								
Emitidos por Residentes								
Dívida não Subordinada								
MODELO CONTINENTE 2005/2010	35.000	245	24,50	8.575	182	8.757	03-08-2010	5,07
SONAE DISTRIBUIÇÃO	6.000.000	10	1,00	60.000	946	60.946	10-09-2015	5,02
OBRIGAÇÕES PORTUCEL 2005/2010 - II	25.000	1.000	99,71	25.000	15	24.943	28-12-2010	5,48
OBRIGAÇÕES PORTUCEL 2005/2008	25.000	1.000	99,44	25.000	16	24.875	28-12-2008	5,73
JERON MARTINS 2012	1.000	50.000	4.978,50	50.000	160	49.945	11-12-2012	5,48
PORT TELECOM INT FIN 260312	20.000	1.000	93,14	19.035	575	19.204	26-03-2012	3,75
Instrumentos de capital								
Unidades de Participação								
SIBS	287.307	5,00	1,33	3.831	-	3.831	n.a.	n.a.
UNICRE	15.588	5,00	1,95	305	-	305	n.a.	n.a.
FINANGESTE	5.050	4,99	1,13	600	-	57	n.a.	n.a.
Partes de capital em empresas coligadas								
UNID. PARTICIPAÇÃO IBEXII	125.432	5,00	0,64	622	-	801	n.a.	n.a.
UNID. PARTICIPAÇÃO EUC	300.000	5,00	0,53	1.500	-	1.591	n.a.	n.a.
Emitidos por Não Residentes								
Dívida não Subordinada								
MERRILL LYNCH	1.000	499	49,91	498	9	509	15-07-2008	4,09
BNP	35	10.000	1.357,14	345	-	475	15-03-2010	0,00
BBV INTERNATIONAL FINANCE	340	4.988	496,00	1.692	30	1.716	22-07-2008	3,97
				<u>212.555</u>	<u>1.951</u>	<u>213.916</u>		

¹ Montantes expressos em percentagem do valor nominal para as obrigações e outros títulos de rendimento fixo e em Euros para as acções e outros títulos de rendimento variável.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007, que evidencia um total de 6.135.478 milhares de euros e um total de capital próprio de 220.307 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 23.826 milhares de euros, a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a Demonstração das alterações no capital próprio consolidado do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, e o resultado consolidado das suas operações e dos fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;

MARTINEZ, CARVALHEDA, PLÁCIDO E ASSOCIADO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Pcta Conde de Arnoso, 1-A, 5º B
2610 - 043 AMADORA

Telefone: 21 4707780
Telefax: 21 4707789

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do principio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

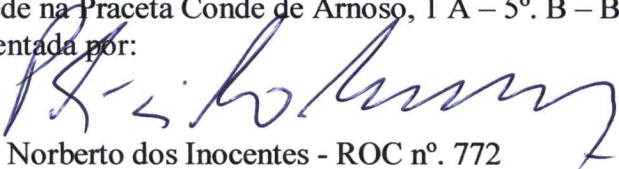
7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.**, em 31 de Dezembro de 2007, e o resultado consolidado das suas operações e dos fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas pela União Europeia.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2008

MARTINEZ, CARVALHEDA, PLÁCIDO E ASSOCIADO, SROC

Com sede na Praceta Conde de Arnoso, 1 A – 5º. B – Buraca, 2720 123 Amadora

Representada por:


Plácido Norberto dos Innocentes - ROC nº. 772

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

Av. da Liberdade, 222 - 1250-148 Lisboa

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONTAS CONSOLIDADAS

Ex mos. Senhores Accionistas,

O Conselho Fiscal, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete a V.Ex.as. o seu relatório e parecer sobre as Contas Consolidadas do **BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.**, da responsabilidade do Conselho de Administração e referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

1 - RELATÓRIO

Do Conselho de Administração, obtivemos todos os elementos e informações necessárias à apreciação e acompanhamento das actividades desenvolvidas pelo conjunto das empresas do Grupo, o que agradecemos.

Efectuamos as verificações julgadas necessárias ao processo de consolidação das contas, que compreendem o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa a Demonstração das alterações no capital próprio consolidado e o respectivo Anexo, que foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas pela União Europeia.

Apreciámos as referidas Demonstrações Financeiras consolidadas, com referência a 31 de Dezembro de 2007 e o respectivo Relatório do Conselho de Administração, o Relatório dos Auditores Externos bem como a Certificação Legal das Contas consolidadas, emitidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que deverão ser integrados no contexto deste relatório e com os quais concordamos.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

Av. da Liberdade, 222 - 1250-148 Lisboa

2 - PARECER

Assim, como resultado das verificações e apreciações efectuadas, em nossa opinião, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório do Conselho de Administração, estando de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, traduzem adequadamente a situação financeira consolidada do BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), SA., e o resultado consolidado das suas operações e dos fluxos de caixa consolidados, pelo que somos de parecer que sejam aprovadas as Contas Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, bem como o Relatório de Gestão apresentado pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2008

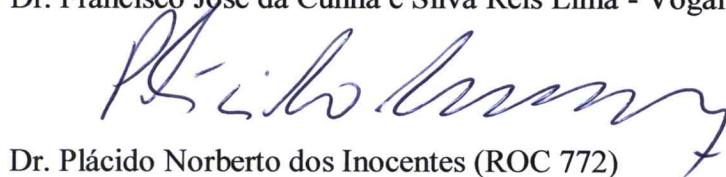
O CONSELHO FISCAL



Dr. Luís Fernando Sampaio Pinto Bandeira - Presidente



Dr. Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima - Vogal



Dr. Plácido Norberto dos Inocentes (ROC 772)

em representação de *Martinez, Carvalheda, Plácido e Associado, SROC.*

RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS CONSOLIDADAS

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. ("Banco"), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007, que evidencia um total de 6.135.478 mEuros e capitais próprios de 220.307 mEuros, incluindo um resultado líquido de 23.826 mEuros, as Demonstrações dos resultados consolidados, dos fluxos de caixa consolidados e das alterações no capital próprio consolidado do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 140 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - Matricula na CRC de Lisboa e NIPC 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa
Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt

• Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto - Tel +(351) 225 439 200 - Fax +(351) 225 439 650

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. em 31 de Dezembro de 2007, bem como o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo nesta data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2008


DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães